



MAPASAN

2018

Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E
PRODUTIVA RURAL

MINISTÉRIO DA CIDADANIA - BRASÍLIA, 2018

APRESENTAÇÃO

O Estado Brasileiro tem realizado a gestão de suas políticas públicas por meio de sistemas integrados, cujos exemplos mais conhecidos são o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A abordagem sistêmica permite coordenar e articular os setores de governo e também entre as esferas de governo, conferindo racionalidade, coerência e economicidade a ações conjuntas que, desse modo, podem melhor alcançar objetivos que quase sempre envolvem múltiplas dimensões.

Neste sentido, foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) pela Lei nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). O SISAN reúne diversos setores de governo com o propósito de promover e garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para a população brasileira.

O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do país.

As estruturas organizacionais do SISAN estão hoje institucionalizadas em um modelo que descentraliza a gestão, em direção aos níveis estaduais e municipais. Através desse sistema federativo descentralizado, os órgãos governamentais (municipais, estaduais, distritais e federais) devem atuar em conjunto para realização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas a promover e garantir a realização progressiva do DHAA.

As ações de segurança alimentar e nutricional tem ocorrido em todo o território nacional, por exemplo, a partir da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Bolsa Família (PBF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Cisternas, na Estratégia de Prevenção e Controle da obesidade, na distribuição de Benefícios Eventuais Alimentação etc.

Todos Estados e o Distrito Federal realizaram a adesão ao SISAN, formando um grupo de técnicos e gestores comprometidos com a consolidação deste Sistema. O desafio atual do governo federal é fortalecer a atuação dessas instâncias estaduais, bem como promover a adesão dos municípios, que hoje conta com o total de 360 municípios.

Assim, destaca-se a importância de realizar uma pesquisa sistemática sobre as estruturas de gestão e Políticas de SAN em todo o território nacional: o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN), na perspectiva de identificar as ações que são desenvolvidas e as lacunas que existem no Território Nacional.

Por fim, agradecemos a participação de todos aqueles que responderam voluntariamente aos formulários do MapaSAN. Contou com a participação de 22 Estados, Distrito Federal e 2.319 municípios. Temos certeza de que esta publicação será para todos os responsáveis por esta política um relevante instrumento para fortalecer cada vez mais a Segurança Alimentar e Nutricional, cujos impactos têm sido efetivos na proteção e na melhoria das condições de vida das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade.

José Roberto Carlos Cavalcante

Secretário Nacional de Inclusão
Social e Produtiva Rural

Lelo Coimbra

Secretário Especial de
Desenvolvimento Social

LISTA DE SIGLAS:

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;
BA - Banco de Alimentos;
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional¹;
CC - Cozinha Comunitária;
CEASA - Centrais Estaduais de Abastecimento;
Centro POP - Centros de Referência Especializados em População de Rua;
CNSAN - Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento;
CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional;
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social;
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
DEPROA - Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos para Promoção da Alimentação Saudável;
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada;
EAN - Educação Alimentar e Nutricional;
EPSAN - Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional;
GOV - Governo Federal;
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
INSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional;
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional;
MapaSAN - Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional;
MP - Mercado Público;
ONGs - Organizações Não-Governamentais;
OSC - Organização da Sociedade Civil;
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos;
PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos;
PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família;
PCT - Povos e Comunidades Tradicionais;

¹ A CAISAN, também, pode significar Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, principalmente, quando se tratar de órgão estadual ou municipal

PLAMSAN - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
PLANSAN - Plano de Segurança Alimentar e Nutricional;
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar;
PPA - Plano Plurianual;
PSB - Proteção Social Básica;
PSC - Prestação de Serviços à Comunidade;
PSE - Proteção Social Especializada
RI - Regimento Interno;
RP - Restaurante Popular;
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional;
SC - Sociedade civil;
SE – Secretaria-Executiva;
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;
SESC - Serviço Social do Comércio;
SESI - Serviço Social da Indústria;
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
SUAS - Sistema Único de Assistência Social;
UDAF - Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar;
UF – Unidade da Federação (estados, Distrito Federal e municípios);

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Ações das Caisans financiadas com recursos próprios nos anos de 2016, 2017 e 2018.	15
Tabela 2. UF que elaboram ou que estão elaborando os seus Plansan	21
Tabela 3. Municípios respondentes e cobertura do MapaSAN 2018 por região	34
Tabela 4. Municípios respondentes do MapaSAN 2018 segundo porte populacional dos municípios	34
Tabela 5. Recorrência de respondentes do MapaSAN 2018 em edições anteriores	35
Tabela 6. Distribuição dos municípios respondentes do MapaSAN de acordo com o número de participações nas três edições da pesquisa	37
Tabela 7. Evolução da quantidade e do percentual de municípios com Comsea, nas três edições do MapaSAN.....	41
Tabela 8. Municípios com Comsea e cobertura por região (dados coletados nas três edições do MapaSAN	41
Tabela 9. Grupos sociais beneficiados com doações de alimentos ou concessão de benefício alimentação nos municípios	47
Tabela 10. Quantidade de percentuais de municípios que atendem PCT por segmento, com doação de alimentos ou concessão de benefícios alimentação.....	48
Tabela 11. Quantidade e percentual de respostas e casos (municípios) que realizam planejamento, execução e monitoramento intersetorial das ações de EAN	57
Tabela 12. Profissionais que participam das ações de EAN realizadas na Saúde/Atenção Básica	62
Tabela 13. Grupos sociais beneficiados pelas ações de EAN nos EPSAN.....	63
Tabela 14. Quantidade de municípios que responderam que adquirem alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade, por Estado.....	67
Tabela 15. Quantidade total e média de Feiras Livres por município em cada região	75
Tabela 16. Tipos de Feiras Livres Cadastradas no MapaSAN 2018, classificadas segundo tipo de alimentos comercializados.....	77
Tabela 17. Periodicidade das Feiras Livres Cadastradas no MapaSAN 2018	79
Tabela 18. Quantidade e média de Mercados Públicos por região	83
Tabela 19. Distribuição percentual de UDAF cadastradas por região	101
Tabela 20. Valores médios e totais do orçamento disponível para financiar gestão, custeio e manutenção das UDAF por Região.....	103
Tabela 21. Quantidade média simples e interna (aparada em 5%) de alimentos distribuídos mensalmente por UDAF em cada região (em Kg).....	105
Tabela 22. Quantidade média simples e interna (aparada em 5%) de alimentos distribuídos por UDAF em cada UF (em Kg).....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Áreas constituintes das Caisans, categorizadas de acordo com grau de composição e participação efetiva de representantes	14
Gráfico 2. Ações realizadas pelas Caisans Estaduais/Distrital	14
Gráfico 3. Distribuição percentual de Caisans segundo disponibilidade de orçamento próprio para financiar suas ações	15
Gráfico 4. Estruturas das Caisans existentes e em funcionamento nos estados/DF	16
Gráfico 5. Tempo de atuação do(a) presidente na gestão estadual/distrital.....	16
Gráfico 6. Tempo de atuação do(a) Presidente da Caisan na área de SAN	17
Gráfico 7. Formação acadêmica de Secretários Executivos das Caisans estaduais/distrital	17
Gráfico 8. Tempo de atuação como Secretário(a) Executivo(a) da Caisan	18
Gráfico 9. Classificação das Caisans segundo a participação de representantes nas reuniões e atividades	18
Gráfico 10. Participação de respondentes das Caisans em anos	19
Gráfico 11. Componentes instituídos pela Lei de SAN nas UF pesquisadas	20
Gráfico 12. Ações contempladas no Planos de SAN dos estados/DF e ações financiadas com recursos próprios	22
Gráfico 13. Realização de conferência de SAN contempladas nos Plansans das UF	23
Gráfico 14. Realização de diagnóstico ou estudo específico de SAN para subsidiar a elaboração do Plansan nos estados/DF	24
Gráfico 15. Caráter decisório dos Conseas estaduais/distrital	27
Gráfico 16. Estrutura que constituem os Conseas Estaduais/Distrital	28
Gráfico 17. Tempo de atuação do presidente do Consea estadual/distrital no cargo ou função da organização de sociedade civil na qual atua	29
Gráfico 18. Público-alvo das capacitações e formações demandadas pelo Consea	30
Gráfico 19. Principais temáticas das capacitações e formações na área de SAN demandadas pelos Conseas	30
Gráfico 20. Instituições e órgãos públicos que oferecem cursos de capacitação/formação em SAN junto aos Conseas estaduais/distrital	30
Gráfico 21. Quantidade de Conferências Estaduais/Distrital de SAN realizadas por 20 UF, segundo informações dos Conseas respondentes.	31
Gráfico 22. Temário das últimas Conferências Estaduais/Distrital de SAN realizadas.	32
Gráfico 23. Quantidade de municípios respondentes do MapaSAN 2018 e cobertura (em %) por estado	33
Gráfico 24. Distribuição percentual de respondentes do MapaSAN 2018 segundo participações do município em edições anteriores	35
Gráfico 25. Cobertura do MapaSAN 2018 de municípios respondentes, em percentual de municípios do estado.....	36
Gráfico 26. Quantidade de municípios com Caisan entre municípios que participaram do MapaSAN 2014, 2015 e 2018	38
Gráfico 27. Comparação entre as distribuições percentuais dos municípios que aderiram e não aderiram ao Sisan, de acordo com a situação do Plamsan	39
Gráfico 28. Quantidade de Conferências Municipais de SAN realizadas por ano, com base nos dados de municípios que participaram do MapaSAN 2018.....	40

Gráfico 29. Percentual de municípios com e sem Comsea nas três edições do MapaSAN	41
Gráfico 30. Distribuição percentual dos municípios com Comsea segundo caráter decisório	42
Gráfico 31. Ações de SAN realizadas pelos municípios, em percentual de municípios respondentes que realizam a ação.....	42
Gráfico 32. Proporção de municípios que disponibilizam recursos próprios para financiamento das ações de SAN segundo porte populacional	43
Gráfico 33. Média de recursos próprios disponibilizados por municípios para financiamento das ações de SAN, segundo porte populacional (em milhões de reais)	44
Gráfico 34. Média de recursos municipais disponibilizados para financiamento das ações de SAN em 2017 e 2018 por região (em milhões de reais)	45
Gráfico 35. Fontes de recursos para fornecimento de alimentos, cestas básicas ou pecúnia para pessoas em situação de INSAN.....	46
Gráfico 36. Tipos benefícios de concessão de alimentos concedidos pelos municípios	46
Gráfico 37. Porcentagem de municípios que apoiam práticas agricultura urbana, considerando o total de municípios respondentes por Região	49
Gráfico 38. Fontes de recursos para apoiar práticas de agricultura urbana nos municípios	50
Gráfico 39. Formas de apoio às práticas de agricultura urbana concedidos pelos municípios	50
Gráfico 40. Tipos de práticas de agricultura urbana encontradas nos municípios	50
Gráfico 41. Proporção de municípios que realizam EAN, segundo porte populacional.	53
Gráfico 42. Fontes de financiamento das ações de EAN realizadas pelos municípios na Assistência Social.	54
Gráfico 43. Fontes de financiamento das ações de EAN realizadas pelos municípios na Saúde	54
Gráfico 44. Formatos de atividades de EAN, em percentual de municípios que realizam EAN	55
Gráfico 45. Atores sociais envolvidos na definição das ações de EAN	56
Gráfico 46. Percentual de municípios que promovem EAN no contexto das respectivas áreas de políticas públicas	58
Gráfico 47. Profissionais que participam das ações de EAN no ambiente escolar	58
Gráfico 48. Distribuição percentual de municípios, segundo a periodicidade destas ações de EAN no ambiente escolar.....	59
Gráfico 49. Caracterização das ações de EAN realizadas no ambiente escolar, em percentual de municípios	59
Gráfico 50. Grupos beneficiados pelas ações de EAN no ambiente escolar, em % de municípios.....	59
Gráfico 51. Ações de regulamentação de ambientes alimentares, em percentual de municípios	60
Gráfico 52. Planejamento das ações de EAN realizadas na Atenção Básica da Saúde, em % de municípios	61
Gráfico 53. Grupos beneficiados pelas ações de EAN nos serviços de atenção básica da Saúde	61
Gráfico 54. Distribuição percentual de municípios conforme a frequência das ações de EAN nos EPSAN	62
Gráfico 55. EPSAN nos quais são realizadas ações de EAN, em % de municípios	63
Gráfico 56. Distribuição percentual de municípios segundo a frequência das ações de EAN realizadas na rede direta da Assistência Social	64
Gráfico 57. Serviços da rede direta da Assistência Social aos quais as ações de EAN são integradas, em % de municípios.....	64
Gráfico 58. Grupos beneficiados pelas ações de EAN na rede da Assistência Social, em % de municípios	65

Gráfico 59. Categorias profissionais que participam das ações de EAN realizadas nos serviços sócioassistenciais, em percentual de municípios	65
Gráfico 60. Porcentagem de municípios que adquirem produtos da agricultura familiar, considerando o total de municípios respondentes por Região	66
Gráfico 61. Programas que recebem alimentos da agricultura familiar por municípios.....	67
Gráfico 62. Programas que adquirem alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade nos municípios	68
Gráfico 63. Proporção de municípios com e sem Feira Livre de acordo com o porte populacional	73
Gráfico 64. Boxplot de municípios em função da quantidade de Feira Livre existente	75
Gráfico 65. Boxplot da quantidade de Feiras Livres por município em cada região, com destaque para os municípios com quantidade acima da média.	76
Gráfico 66. Tipo de suporte fornecido às Feiras Livres	80
Gráfico 67. Boxplot com a distribuição de quantidade de Feiras Livres que recebem suporte dos municípios por região.....	81
Gráfico 68. Boxplot da quantidade de Mercados Públicos por município em cada região, com destaque para municípios com quantidade deste tipo de EPSAN acima da média regional	84
Gráfico 69. Grupos sociais específicos atendidos por Restaurantes Populares	87
Gráfico 70. Distribuição percentual de Restaurantes Populares segundo o regime de gestão	87
Gráfico 71. Distribuição de Cozinhas Comunitárias segundo porte populacional dos municípios	90
Gráfico 72. Histograma de distribuição de CC segundo o valor médio cobrado por uma refeição, servida no horário do almoço, fornecido por Cozinhas Comunitárias, no mês de referência de pesquisa.	92
Gráfico 73. Distribuição percentual de Cozinhas Comunitárias segundo regime de gestão	92
Gráfico 74. Boxplot das médias de recursos disponíveis para manutenção e custeio das Cozinhas Comunitárias por região	93
Gráfico 75. Distribuição percentual de Bancos de Alimentos entre as regiões	94
Gráfico 76. Distribuição percentual de Bancos de Alimentos em funcionamento segundo regime de gestão	95
Gráfico 77. Boxplot das médias de pessoas atendidas pelas entidades que recebem alimentos dos Bancos de Alimentos	97
Gráfico 78. Tipos de entidades beneficiadas com fornecimento de alimentos mensalmente, em pp de BA.	98
Gráfico 79. Distribuição percentual de UDAF segundo regime de gestão	101
Gráfico 80. Distribuição percentual de UDAF segundo característica funcional da estrutura utilizada..	102
Gráfico 81. Órgãos da administração pública com os quais as UDAF compartilham imóveis.....	102
Gráfico 82. Parte(s) do imóvel que é(são) compartilhada(s) com a UDAF.....	103
Gráfico 83. Boxplot de valores disponíveis no orçamento de 2018 de 49 municípios com recursos disponíveis para financiamento da manutenção das UDAF por UF.....	104
Gráfico 84. Entidades receptoras de alimentos da Agricultura Familiar distribuídas pelas UDAF cadastradas.....	106

SUMÁRIO

Apresentação	2
Lista de Siglas:.....	3
Lista de Tabelas.....	5
Lista de Gráficos	6
Introdução	10
SISAN nos Estados	13
Gestão do SISAN.....	13
Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	13
Lei de SAN nos estados	20
Plano de SAN	20
Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional	25
Conferências Estaduais de SAN	31
SISAN nos Municípios	33
Participação dos municípios respondentes do MapaSAN 2018 em edições anteriores	35
Câmara Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	38
Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Plamsan)	39
Lei Municipal de SAN.....	39
Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	40
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea)	41
Ações de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios	42
Financiamento das ações de SAN com recursos municipais.....	43
Doações de alimentos e concessão de benefícios de alimentação à população em situação de insegurança alimentar e nutricional	45
Agricultura Urbana.....	49
Educação Alimentar e Nutricional	52
Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.....	66
Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional	69
Feiras Livres	72
Periodicidade das Feiras Livres	79
Suporte dos municípios às Feiras Livres	80
Mercados Públicos	83
Restaurante Popular	85
Cozinha Comunitária	89
Banco de Alimentos.....	94
Unidades de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar (UDAF).....	100

INTRODUÇÃO

O MapaSAN tem por objetivo a coleta de informações sobre a gestão e a política de SAN no país, visando subsidiar gestores das três esferas de governo a realizarem o planejamento estratégico de ações de SAN. Outro objetivo da pesquisa é ampliar disponibilidade de informações que contribuam para o fortalecimento da institucionalização do Sisan nos três níveis federativos, além de subsidiar a elaboração de planos municipais e estaduais de SAN incluindo novas ferramentas e mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas ao direito à alimentação adequada.

O MapaSAN é desenvolvido a partir de informações fornecidas pelos próprios gestores estaduais e municipais que respondem a um questionário online em formato de *survey*, após ter acesso ao manual com todas as questões que irão ser solicitadas. A pesquisa *survey* pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma ou mais instituições por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário².

Em termos metodológicos, a pesquisa originariamente foi concebida com a pretensão de ser censitária, contudo, no momento da primeira edição, diante da baixa institucionalidade³ do Sisan nos municípios, a pesquisa foi realizada de forma aberta, de modo a coletar informações da maior quantidade de municípios possíveis, caracterizando a participação como opcional ou voluntária. Assim, no caso do MapaSAN, não há sorteio por amostragem, a pesquisa é aberta a participação de todos municípios.

Tendo uma meta inicial de coletar informações de 200 municípios prioritários de médio e grande porte, com população acima de 200 mil habitantes (incluindo capitais e regiões metropolitanas), a pesquisa contou com a participação de 1.628 municípios em todo território nacional em 2014.

Os respondentes da pesquisa receberam no momento de abertura do questionário online o manual com as questões, para ser previamente encaminhado para as áreas de políticas públicas no âmbito municipal, como saúde, educação, desenvolvimento agrário e assistência social (por exemplo), para depois um representante local repassar as informações coletadas para os formulários da página da pesquisa.

As informações fornecidas para a pesquisa são de inteira responsabilidade dos gestores estaduais/distritais ou municipais que respondem o questionário online. O desenho da pesquisa procura estimular e orientar aos gestores respondentes da pesquisa a garantirem a qualidade e a fidedignidade das informações, que podem vir de diferentes órgãos da administração pública municipal ou estadual.

Esta é a finalidade do manual da pesquisa, que fornece conhecimento prévio das informações que serão solicitadas aos órgãos públicos envolvidos com a pauta da SAN, que planejam, executam, monitoram e avaliam as ações, políticas e programas em todas as áreas em que tais ações sejam desenvolvidas.

Deste modo, é possível mapear o nível de institucionalidade e as principais características das instâncias fundamentais que constituem o Sisan nacional, incluindo a gestão e a execução de políticas públicas de SAN no estados e municípios.

O MapaSAN foi concebido em 2014 no âmbito do Ministério da Cidadania, pelo Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos para Promoção da Alimentação Saudável – DEPROA, que articulou uma parceria para desenvolvimento e aplicação do questionário e da base de dados da pesquisa em conjunto com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), tomando como referência o Censo SUAS. Na sua concepção inicial, o MapaSAN coletou informações de três eixos:

1) Identificação do órgão Gestor das Ações de SAN;

² PINSONNEAULT, A. & KRAEMER, K. L. *Survey research in management information systems: an assesment. Journal of Management Information System*, 1993.

³ O termo *institucionalidade* refere-se ao grau de consolidação e de formalização das instâncias do Sisan nos estados (em geral) e nos municípios (em específico, pelo aspecto histórico-institucional e estado da arte de implantação do Sisan nos municípios daquele momento). Para aderir o município precisa instituir os componentes fundamentais e obrigatórios para iniciar o processo administrativo que efetiva adesão.

- 2) Gestão das Ações e da Política de SAN; e
- 3) Equipamentos Públicos de SAN (EPSANs).

O primeiro eixo, basicamente, solicitou dados cadastrais de quem estava respondendo a pesquisa; já o segundo eixo tinha ênfase na coleta de informações sobre a gestão das ações de SAN e sobre os componentes do Sisan nos estados e municípios; e, finalmente, o terceiro, coletava informações sobre os EPSANs.

Em 2015, o MapaSAN foi revisado com a adição de um novo bloco de questões: Ações de SAN. Este novo eixo da pesquisa levou a elaboração de questões relacionadas as ações de SAN realizadas pelos estados, DF e municípios, as quais passaram a constituir um questionário específico na pesquisa. Também foram incluídas questões específicas referentes às políticas e ações de SAN desenvolvidas junto à Povos e Comunidades Tradicionais.

Dada à configuração peculiar do Sisan, aspectos intersetoriais, interinstitucionais e federativos da gestão da política implicam nas diversas áreas e atores públicos envolvidos na definição das prioridades a serem mapeadas, a cada ano, pela pesquisa.

O MapaSAN 2015 foi realizado a partir de três eixos temáticos, os quais foram organizados em grupos de 10 questionários organizados conforme segue:

- 1) Formulário de Identificação do Órgão Respondente – informações relacionadas ao técnico ou gestor responsável pelas informações fornecidas, além de dados relacionados ao órgão ao qual estava vinculado.
- 2) Formulário de Gestão do Sisan – informações sobre a Gestão do Sisan no município, com informações acerca dos componentes do Sisan no município e sobre a sua gestão no âmbito do Sisan, incluindo orçamento, Plano de SAN, Caisan, Comsea, Conferências e Lei municipal de SAN, entre outras informações relevantes.
- 3) Formulário de Ações de SAN – informações sobre as ações de SAN desenvolvidas pelos municípios, incluindo fontes de financiamento, beneficiários e tudo o mais relacionado a diversos programas, ações e políticas públicas de SAN promovidas no âmbito municipal.
- 4) Formulário de Ações de SAN para Povos e Comunidades Tradicionais – informações relacionadas às ações de SAN voltadas à segmentos de PCT promovidas pelos municípios foram levantadas.
- 5) Formulário de Equipamentos Públicos de SAN - informações sobre os equipamentos públicos de SAN existentes nos municípios que participaram da pesquisa.

As informações coletadas na pesquisa contribuem para o aprimoramento de políticas públicas que visem à garantia do DHAA no âmbito estatal, especialmente para o fortalecimento do Sisan, ao ampliar a rede de instituições, estados e municípios à rede pública e governamental que articula ações voltadas à promoção da SAN no Brasil.

Outra finalidade da pesquisa é a produção de conhecimento e divulgação de informações sobre as estruturas deste Sistema e as políticas públicas de SAN nos estados e municípios, ampliando os instrumentos de monitoramento, avaliação e divulgação de dados relevantes. As bases de dados, após a finalização da pesquisa são disponibilizadas para a sociedade, pesquisadores, gestores públicos e diversos atores sociais envolvidos na rede nacional do Sisan. A Caisan disponibilizou diversas ferramentas, relatórios e a própria base de dados do MapaSAN 2018, 2015 e 2014 no seu portal⁴.

Tais informações, ao serem sistematizadas e publicadas, possibilitam aos gestores, das três esferas de governo, realizarem o planejamento estratégico de ações, políticas e programas, ampliando o escopo informacional para o fortalecimento do Sisan, além de subsidiarem a elaboração, monitoramento e avaliação dos planos municipais e estaduais de SAN. Esse diagnóstico é particularmente importante em um País como o Brasil, no qual há grandes diferenças (regionais, econômicas e de porte populacional)

⁴ Portal da Caisan Nacional: www.caisan.gov.br

entre os estados e municípios brasileiros, na execução e capacidade de gestão e operação das políticas públicas, particularmente as de SAN.

De um modo geral e sob diversos aspectos, o MapaSAN 2015 consistiu em uma atualização dos dados do MapaSAN 2014, com ampliação de formulários e blocos de questões relacionadas às ações de SAN realizadas pelos municípios e ações de SAN voltadas para Povos e Comunidades Tradicionais. Também foi feita uma reestruturação das questões referentes aos Equipamentos Públicos de SAN.

Como a pesquisa de 2015 consistiu, em parte, de uma atualização ampliada dos dados de 2014 com adição de mais dois blocos de questões (Ações de SAN e Ações de SAN para Povos e Comunidades Tradicionais) além de um novo formulário de equipamentos e de cadastro, os dados que foram atualizados pelos municípios respondentes na pesquisa de 2015 foram considerados na composição da base unificada para comparação dos resultados em termos longitudinais, ou seja, uma comparação de alterações e permanências ao longo dos anos. A base de dados de 2018 deve ser incorporada a esta base unificada para efeito de comparação de variáveis que sejam equivalentes, mas que em alguns casos requer procedimentos de transformação de dados em função de diferenças estruturais nos dados.

A primeira rodada da pesquisa, realizada em 2014, alcançou 1.628 municípios e 26 estados. Participaram do MapaSAN 2015, 2.430 municípios, o que representa 43,6% do total de municípios brasileiros. Considerados os dados do MapaSAN 2014 e 2015 combinados, no total 2.789 municípios participaram da pesquisa, o que representa 50,1% dos municípios brasileiros.

O MapaSAN 2018 é o resultado de um processo interinstitucional de qualificação e ampliação da pesquisa realizada anteriormente em 2014 e 2015. A estrutura da pesquisa está organizada em 3 eixos temáticos principais:

Eixo 1) SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEU MUNICÍPIO

- Formulário de Identificação do Órgão Respondente pelo município
- Formulário 1 - Gestão da Política e do Sisan no âmbito municipal

Eixo 2) POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEU MUNICÍPIO.

- Formulário 2 - Ações de SAN no âmbito municipal

Eixo 3) EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEU MUNICÍPIO.

- Formulário 3 - Equipamentos Públicos de SAN no âmbito municipal
 - Formulário 3.1. Feiras Livres
 - Formulário 3.2. Banco de Alimentos
 - Formulário 3.3. Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar
 - Formulário 3.4. Restaurante Popular
 - Formulário 3.5. Cozinha Comunitária

O MapaSAN passou a ser ampliado e especializado quanto aos dados que seriam levantados em cada uma das edições da pesquisa, regularmente ou suplementarmente. A regularidade da pesquisa é de 2 anos, com exceção de 2014, por seu caráter piloto, a pesquisa seguinte foi realizada parcialmente em 2015 (etapa municipal) e 2016 (etapa estadual).

Este documento apresenta os principais resultados do MapaSAN 2018, planejado e executado pelo Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social e a SAGI nos anos de 2017 e 2018. A publicação aqui apresentada divulga os resultados da pesquisa mais recente relacionada à gestão do Sisan, às políticas e ações de SAN e os equipamentos públicos de SAN nos estados, no DF e nos municípios brasileiros.

SISAN NOS ESTADOS

Gestão do SISAN

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é um sistema de gestão intersetorial, participativa e de articulação entre os três níveis de governo para a implementação e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, para promover o acompanhamento, o monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional do país.

A execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) envolve a integração dos esforços entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade civil para realização de ações e programas estratégicos como: Acesso a Água (Cisternas); Fomento Rural às atividades produtivas da agricultura familiar; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana; Distribuição de Alimentos; Inclusão Produtiva Rural de Povos e Comunidades Tradicionais e/ou Grupos e populações tradicionais e específicos; apoio a estruturação de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, como Rede de Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias; ações de apoio a Educação Alimentar e Nutricional etc.

As ações de governo são integradas e coordenadas a partir da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, a partir de uma gestão intersetorial e participativa e articulação entre os entes federados para a implementação das políticas promotoras da segurança alimentar e nutricional, numa perspectiva de complementaridade e otimização das potencialidades de cada setor, esfera de governo e sociedade civil.

A seguir serão apresentados resultados obtidos juntos aos gestores estaduais, que representam o SISAN na sua esfera territorial.

Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)

A Caisan é o órgão responsável pela articulação das políticas públicas, ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito nacional, estadual/distrital e municipal.

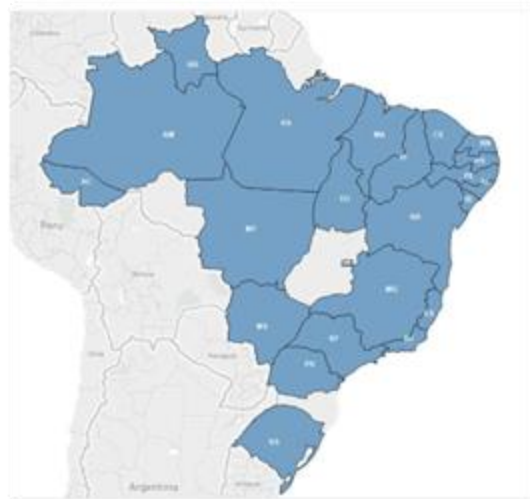
As Caisans estaduais/distritais constituem a instância governamental que atua para conceber, implantar, gerir, monitorar e avaliar as ações de SAN e a gestão do Sisan nas Unidades da Federação.

No MapaSAN de 2018, Caisans de 22 estados e do DF⁵ participaram da pesquisa, fornecendo informações sobre a gestão do Sisan e sobre ações de SAN realizadas pelo governo. Somente as Caisans dos estados de Goiás e Santa Catarina, Acre e Amapá não fizeram parte da pesquisa, como se observa no Cartograma 1, acima.

Áreas de políticas públicas que compõe as Caisans

Na composição das Caisans pesquisadas destacam-se cinco áreas de políticas públicas que estão presentes em todos os Estados e Distrito Federal: **Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura e Cultura**. Com relação a participação efetiva, a assistência social representa a área cujos representantes participam mais ativamente (20 Caisans, 87% do total). A Saúde e a educação são áreas cujos representantes participam respectivamente em 78% (18 Caisans) e 74% (17 Caisans) das Caisans

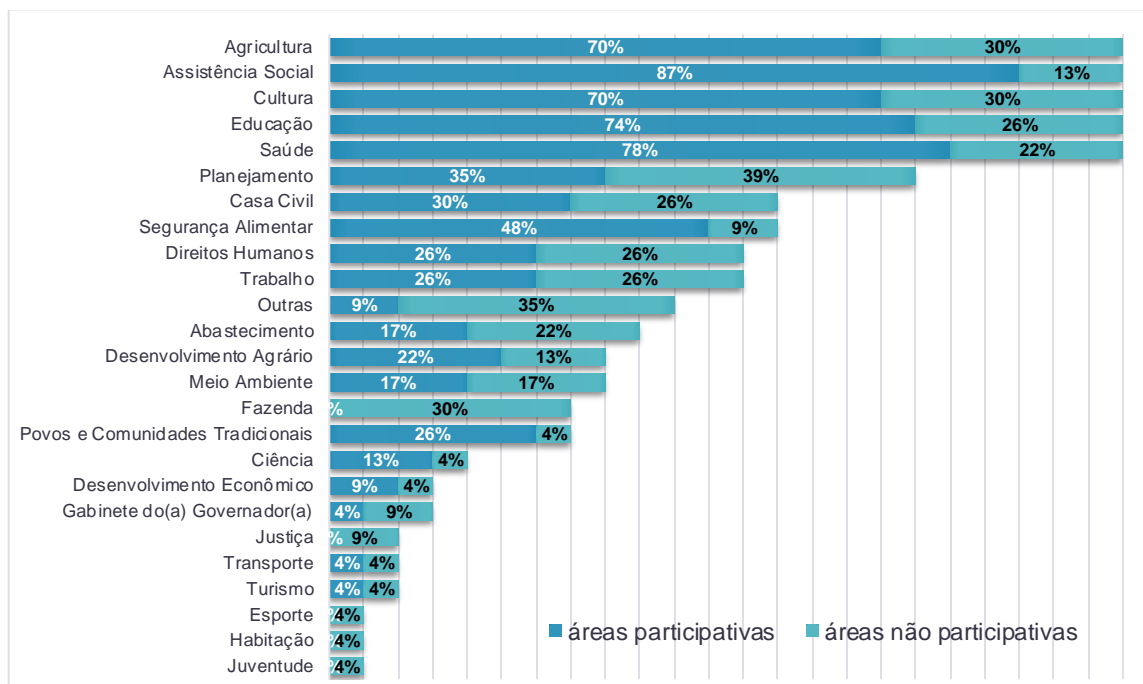
Cartograma 1. Caisans estaduais/distrital que participaram



⁵ UF das Caisans estaduais que participaram do MapaSAN 2018: AM, MG, BA, AL, SP, AC, SE, RS, PA, RN, PI, RR, ES, CE, MS, RJ, PE, TO, MT, MA, PR, PB e DF

pesquisadas. Sendo que a Agricultura / Desenvolvimento Agrário ou Rural e a Cultura representam 70% (16 Caisans) das participações efetivas de representantes nas reuniões e atividades.

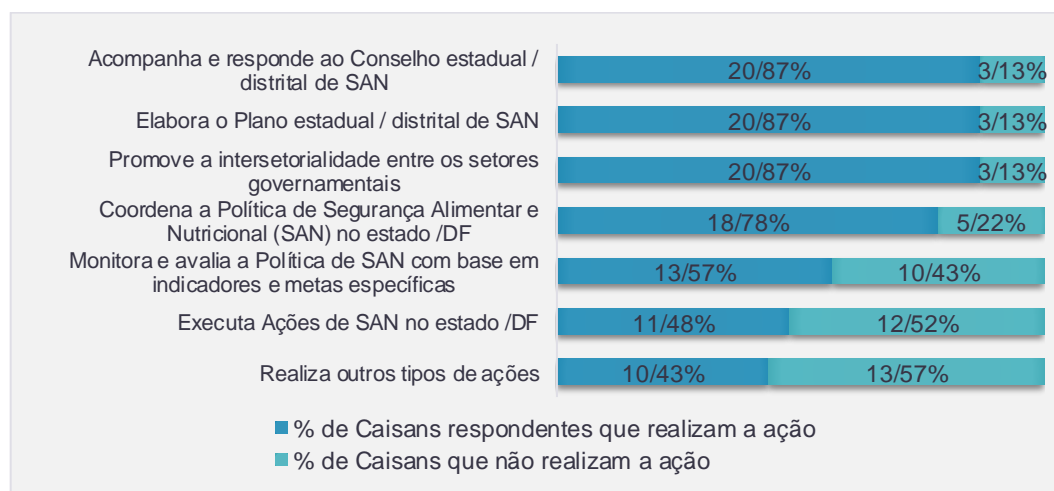
Gráfico 1. Áreas constituintes das Caisans, categorizadas de acordo com grau de composição e participação efetiva de representantes



Ações realizadas pelas Caisans estaduais/distrital

Quanto as principais ações realizadas pelas Caisans, foi possível verificar que a maioria, 87% (20 Caisans) elabora Plano estadual/distrital de SAN, promove a intersetorialidade das ações, programas e políticas de SAN entre os setores governamentais e acompanha e responde demandas dos Conseas estaduais. Em 18 Caisans (78%) respondentes coordenam diretamente a Política estadual/distrital de SAN e 13 (57%) de 23 monitoram e avaliam a Política de SAN com base em indicadores e metas específicas. São 11 (43%) Caisans que executam diretamente ações de SAN e 10 (43%) que realizam outros tipos de ações, não especificadas na pergunta do MapaSAN 2018.

Gráfico 2. Ações realizadas pelas Caisans Estaduais/Distrital



Consultadas sobre como classificam as principais funções desempenhadas pela Caisan, os gestores de 11 UF (52%) informaram que a função de articulação é a predominante. 6 UF (29%) são melhor caracterizadas por suas funções de monitoramento das políticas de SAN. Em 3 UF (14,3%) a função que

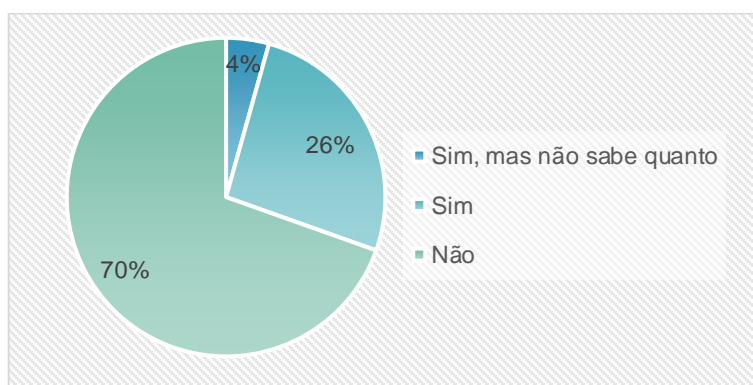
melhor define o papel principal das Caisans é a informativa e em 1 UF (4,8%), a propositiva. Duas Caisans não responderam a esta questão.

Orçamento e execução orçamentária das Caisans estaduais/distrital

O financiamento da gestão das Caisans nos estados e no DF é fundamental para o desenvolvimento do Sisan e das políticas de SAN em todo território nacional. De um modo geral, as Caisans executam ações de articulação e coordenação da política no âmbito estadual e promovem assessoria técnica aos municípios para implantação de componentes municipais do Sisan, também realizam eventos de capacitação, avaliações técnicas, pesquisas ou diagnósticos situacionais e outras ações de fortalecimento do Sisan no estado e nos municípios. Para realizar suas ações, contam com fontes de recursos próprios e de fontes federais disponíveis para subsidiar as Caisans no fortalecimento do Sisan nos estados, municípios e, conseqüentemente, no país com um todo.

Das 23 Caisans respondentes do MapaSAN 2018, somente 7 dispunham de orçamento próprio para execução das suas ações, o que corresponde à 30%, sendo que deste percentual, 26% conheciam o valor disponível ao responder a pesquisa e uma Caisan (4%) não soube informar o valor dos recursos disponíveis no período de referência da pesquisa.

Gráfico 3. Distribuição percentual de Caisans segundo disponibilidade de orçamento próprio para financiar suas ações



Ações das Caisans financiadas com recursos próprios

As ações realizadas pelas Caisans financiadas nos estados que dispõem de recursos próprios estão concentradas em ações de fortalecimento dos componentes municipais do Sisan na maioria dos casos (71%), tendo aumentado de 3 para 5 UF que financiam este tipo de ação entre 2016 e 2018, como pode ser verificado na Tabela abaixo:

Tabela 1. Ações das Caisans financiadas com recursos próprios nos anos de 2016, 2017 e 2018.

	2016	% Caisans	UF	2017	% Caisans	UF	2018	% Caisans	UF
Ações para fortalecer o Sisan nos Municípios	3	43%	AM, ES, PE	4	57%	AM, MG, ES, PE	5	71%	AM, MG, ES, MS, PE
Assessoria aos municípios	4	57%	AM, MG, ES, PE	4	57%	AM, MG, ES, PE	4	57%	AM, MG, ES, PE
Capacitação de gestores e/ou conselheiros estaduais na área de SAN	1	14%	AM	1	14%	AM	3	43%	AM, ES, MS
Deslocamento de técnicos	3	43%	AM, ES, RR	4	57%	AM, MG, ES, RR	3	43%	AM, ES, RR
Eventos com participação da sociedade civil	2	29%	AM, ES	2	29%	AM, ES	3	43%	AM, MG, PE
Qualificação do corpo técnico	2	29%	AM, ES	1	14%	AM	3	43%	AM, ES, PE

Eventos exclusivos para representantes governamentais	1	14%	ES		0%		2	29%	ES, MG
Material de consumo	2	29%	ES, MG	1	14%	ES	2	29%	ES, MS
Articulação e referenciamento com outros serviços públicos		0%			0%		1	14%	ES
Capacitações e/ou formações nos municípios	1	14%	MG	1	14%	ES	1	14%	MG
Consultorias e assessorias de terceiros	1	14%	PE	1	14%	PE	1	14%	MG
Monitoramento e Avaliação	1	14%	PE	1	14%	PE	1	14%	PE

Estrutura e funcionamento das Caisans estaduais/distrital

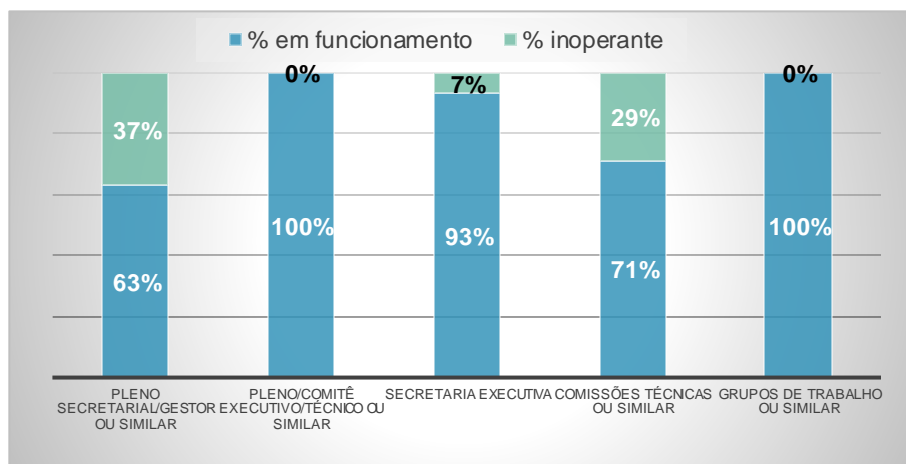
No âmbito nacional, a Caisan constitui um órgão governamental intersetorial que congrega diversos Ministérios, visando articulação intersetorial na concepção, execução, gestão, monitoramento e avaliação da Política Nacional de SAN, o que corresponde a institucionalidade do Sisan nacional sob competência do governo federal.

Os estados têm autonomia para definir a estrutura organizativa de suas Caisans. Algumas estruturas são mais frequentemente encontradas nas Caisans são:

a) pleno secretarial ou de gestores de primeiro escalão; b) pleno/comitê executivo, constituído por técnicos que atuam na SAN nas diferentes áreas de políticas públicas; c) Secretaria Executiva; d) comissões técnicas permanentes; e, e) grupos de trabalhos temporários.

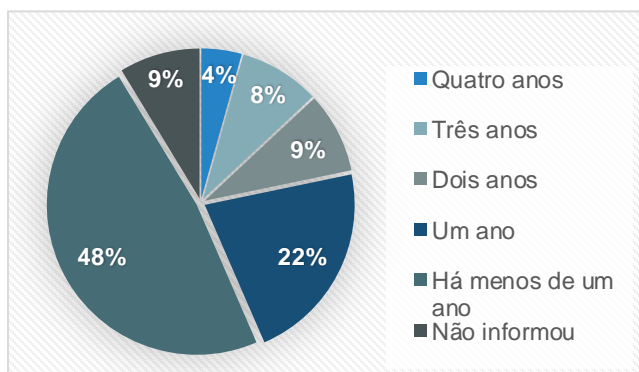
A Secretaria Executiva está presente em 15 das 23 Caisans que responderam, sendo que uma delas não estava funcionando no período da pesquisa. 83% das Caisans possuem tanto comitês técnicos quanto pleno gestor ou secretarial como parte de sua estrutura.

Gráfico 4. Estruturas das Caisans existentes e em funcionamento nos estados/DF



Perfil de presidentes das Caisans estaduais/distrital

Gráfico 5. Tempo de atuação do(a) presidente na gestão estadual/distrital



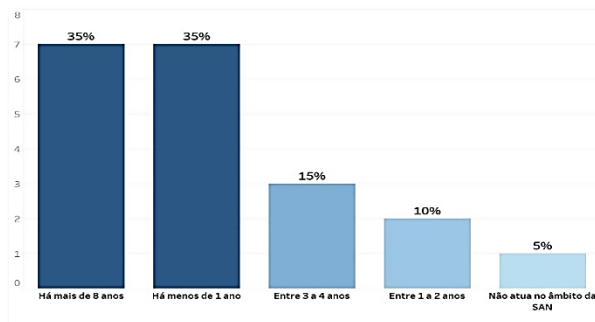
Destaca-se que 12 Presidentes de Caisans são homens e 10 são mulheres e um(a) não informou. 11 das 23 Caisans são presididas por Secretários de estado da área do Desenvolvimento Social ou Assistência Social. Dois presidentes atuam como gestores na área da Agricultura e outros dois na área de Direitos Humanos. Sete presidentes de Caisans também são gestores de primeiro escalão em áreas não especificadas pelos respondentes.

O tempo aproximado de atuação como presidentes das Caisans é de até 1 ano em 70% dos casos (11 UF).

Totalizam 35% (7) os presidentes de Caisans que atuam há mais 8 anos na área da SAN e outros 35% (7) presidentes cujo tempo de atuação na área é menor do que um ano. A pesquisa constatou aproximadamente 40% (9 UF) dos(as) presidentes das 23 Caisans pesquisadas tem mais de oito anos de experiência na gestão estadual/distrital e cerca de 30% (7 UF) possuem menos de um ano na administração estadual.

A partir destes dados é possível afirmar que, ao mesmo tempo que existe uma proporção de gestores públicos presidindo as Caisans com larga experiência, tanto em SAN quanto na administração pública estadual/distrital, há um grupo de gestores com pouca experiência em ambas as áreas, o que é compreensível, em função das rotatividade de gestores decorrentes das eleições ou da renovação de gestores em funções e cargos na administração pública, conforme estruturado no país.

Gráfico 6. Tempo de atuação do(a) Presidente da Caisan na área de SAN

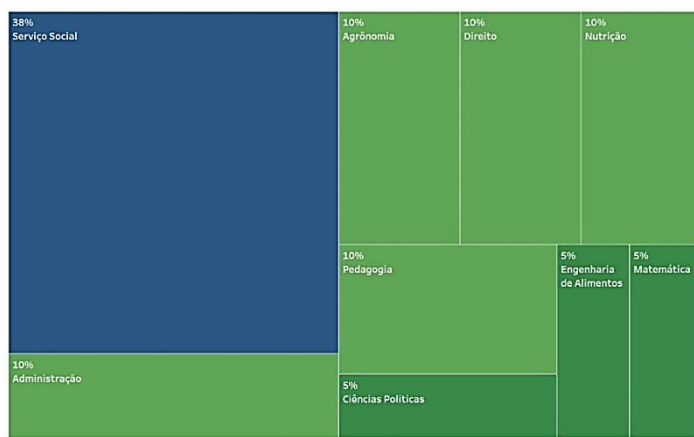


Perfil dos profissionais que atuam na Secretária Executiva das Caisans

Nas 23 UF pesquisadas, verificou-se que o nível de escolaridade de gestores ocupando o cargo na Secretaria Executiva das Caisans estaduais/distrital é majoritariamente de profissionais graduados e pós-graduados, sendo que 35% possuem formação de nível superior e 52% em nível de pós-graduação. Entre estes, a maioria dos profissionais, 8 (35%) das 23 Caisans, tem formação acadêmica na área de Serviço Social, conforme Gráfico 7.

O tempo de atuação no cargo de Secretário(a) Executivo(a) da Caisan, frequentemente está associado à experiência em gestão. A pesquisa aponta que 43,5% (10 UF) dos(as) SE das Caisans exercem a função há menos de um ano, 21,7% (5 UF) este tempo de experiência é de três anos e em 13% (3 UF), 13% (3UF) é maior do que quatro anos.

Gráfico 7. Formação acadêmica de Secretários Executivos das Caisans estaduais/distrital



Vínculo institucional das Caisans estaduais/distrital

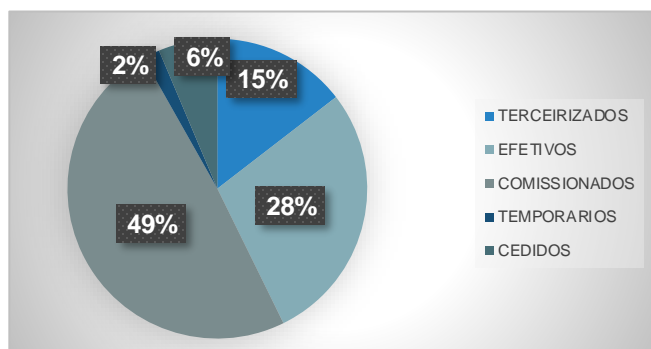
A maioria absoluta de 18 (78%) das 23 Caisans estão vinculadas à Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar) sendo que apenas 2 estão vinculadas à Secretaria de Agricultura, Agropecuária, desenvolvimento agrário ou similar. Quanto as demais 3 Caisans, cada uma delas está vinculada aos seguintes órgãos da administração pública estadual/distrital: Casa Civil, Secretaria de Planejamento e Gestão, Gabinete do/a Governador/a.

Recursos humanos atuando nas Caisans estaduais/distrital

Nas 23 Caisans trabalham 110 pessoas, o que perfaz uma média de 4,8 por Caisan em nível nacional. 91,3% das Caisans (21) dispõem de um ou mais funcionários comissionados que, somados, totalizam 54, compondo uma média de aproximadamente 2,6 comissionados em cada uma delas. 52% das Caisans (12) contam uma média de 2,6 funcionários efetivos e 26,1% (6) podem contar com 2,7 de funcionários terceirizados, em média.

Quase a metade dos profissionais que atuam nas Caisans exercem cargos comissionados (49%), sendo que 28% são funcionários concursados ou efetivos e 15%, terceirizados. 6% são funcionários cedidos de outros órgãos da administração pública estadual/distrital e somente em 2% são de contratos temporários.

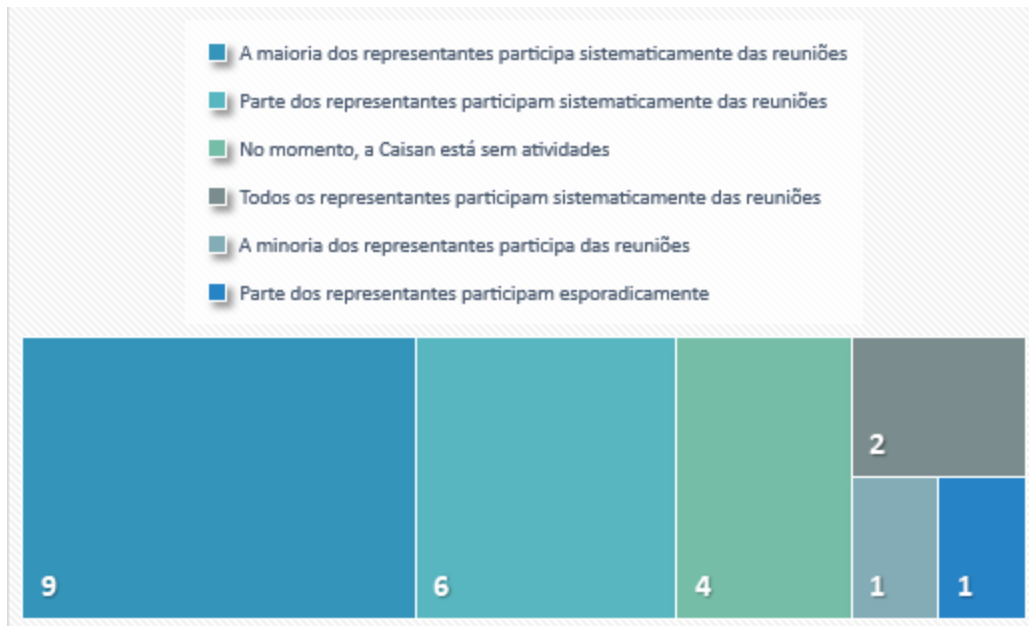
Gráfico 8. Tempo de atuação como Secretário(a) Executivo(a) da Caisan



Participação de representantes governamentais nas atividades das Caisans

Gestores foram perguntados acerca da participação de representantes nas reuniões e eventos da Caisan. Somente duas Caisans pesquisadas afirmaram contar com a participação de todos os representantes sistematicamente das reuniões, o que reforça a necessidade de estímulo e envolvimento de gestores e/ou técnicos nas demais Unidades da Federação. Já 9 Caisans estão entre aquelas que afirmaram que a maioria dos representantes participa sistematicamente das reuniões (39%). Outros 6 gestores assinalaram que apenas parte dos representantes participam sistematicamente das reuniões da Caisan, o que representa 26% do total de Caisans respondentes nesta condição.

Gráfico 9. Classificação das Caisans segundo a participação de representantes nas reuniões e atividades

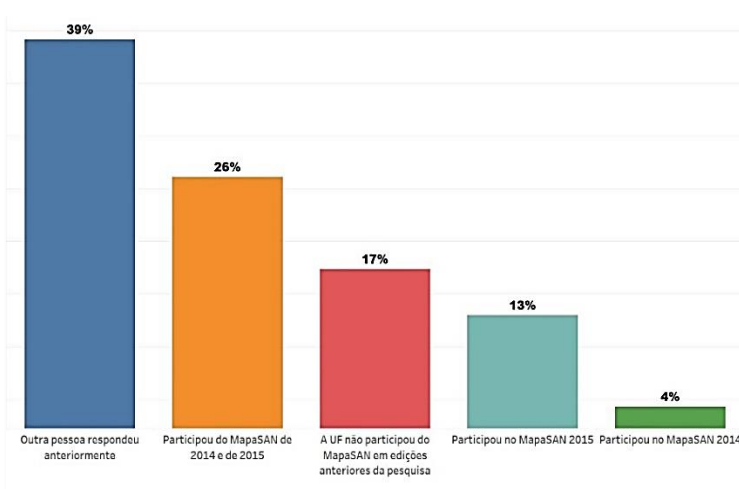


Perfil de respondentes das Caisans do MapaSAN 2018

As Caisans estaduais e distrital é que definem quem irá responder o questionário do MapaSAN. Na edição de 2018 em 9 UF o(a) gestor(a) responsável pela pesquisa não havia participado de rodadas anteriores, isso representa 39% do total de representantes das Caisans que responderam o respectivo questionário.

Em 6 UF (26%) os respondentes já haviam participado do MapaSAN 2014 e 2015. Já em 3 UF, os respondentes haviam participado somente do MapaSAN 2015 e em 1 UF o/a respondente havia participado somente em 2014. Assim em 10 ou 43%, os respondentes acumulam a experiência de terem respondido à questionários precedentes do MapaSAN, conhecendo melhor a pesquisa e diminuindo, com isso, a margem de erro na interpretação das questões, que requer certo nível de conhecimento do Sisan e da Política nacional e estadual de SAN.

Gráfico 10. Participação de respondentes das Caisans em anos

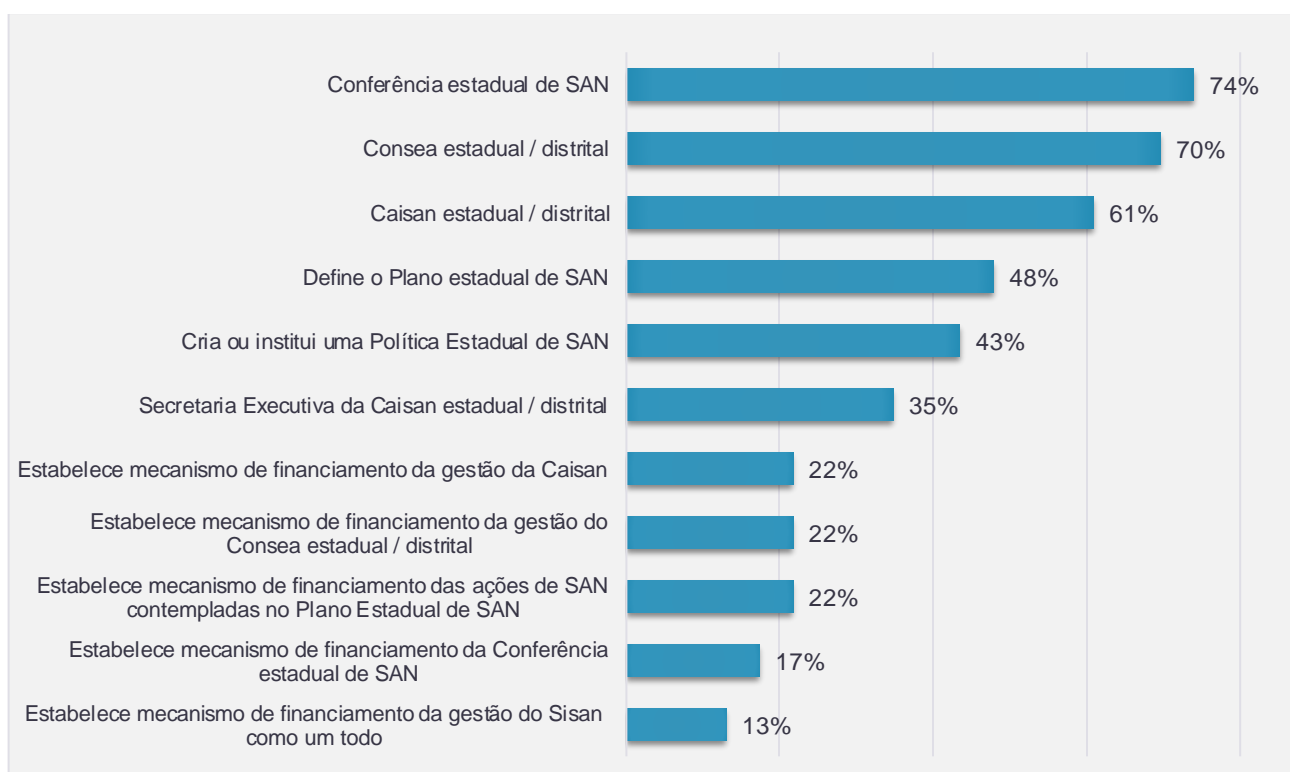


Lei de SAN nos estados

No âmbito do governo federal, a Lei Orgânica de SAN (LOSAN) cria o Sisan e os seus componentes, afirmando as obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o DHAA e explicitou outras obrigações que se relacionam com essas, tais como: informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização desse direito. Um dos desafios postos na implementação do Sisan está relacionado à estruturação dos estados, Distrito Federal e municípios brasileiros quanto a sua capacidade de gestão das políticas públicas relacionadas à SAN.

Os componentes estaduais e distritais do Sisan podem ser instituídos por lei ou decreto. No âmbito Federal, Considera-se que as leis apresentam a segurança jurídica e a continuidade do sistema em decorrência do tipo de instrumento legal que o institui e a seus componentes. Foram 17 das 23 UF (74%) que instituíram o Sisan por lei. No Gráfico 11 são apresentados os componentes que as leis de SAN criam nas 17 UF que utilizaram este tipo de instrumento legal do Sisan no estado:

Gráfico 11. Componentes instituídos pela Lei de SAN nas UF pesquisadas



A conferência é instituída em 74% das UF pesquisadas, cujos componentes estaduais e distrital do Sisan são instituídos por lei. Já o Consea e a Caisan são instituídos por lei, respectivamente, em 70% (16) e 61% (14) das UF. A lei de SAN define o Plano estadual de SAN em 48% dos casos (11 UF) e cria uma política estadual de SAN em 43% das UF (10). Somente em 3 UF (13%) estabelece os mecanismos de financiamento da gestão do Sisan como um todo.

Plano de SAN

O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) é o principal instrumento de gestão da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída pelo Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Nele também estão previstas as diferentes ações do governo federal que se propõem a respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para todas as pessoas que estão no Brasil.

Ao assinar a adesão ao Sisan, estados, Distrito Federal e municípios se comprometem também na elaboração de Planos de SAN para os seus territórios.

Atualmente, 16 UF já elaboraram os seus Plansan. Durante a pesquisa, entre as UF que participaram, foi informado que 11 tinham elaborado (48%) e 9 UF estavam com seus planos estaduais em fase de elaboração (39%), no período de referência da pesquisa. 3 UF não tinham Plansan elaborado (13%) ou em fase de elaboração, dentre as quais, 2 UF informaram que tinham previsão de elaborar o seu Plansan.

Tabela 2. UF que elaboram ou que estão elaborando os seus Plansan

	%	UF
Estados com Plansan elaborado em 2019		AC, AM, BA, CE, DF, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PR, RS, SC, SP, TO
Plansan elaborado, em andamento	48%	BA, CE, DF, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PR, TO
Plansan em elaboração	39%	AC, AL, AM, ES, MT, PI, RJ, RS, SE
Sem Plansan	13%	RN, RR, SE

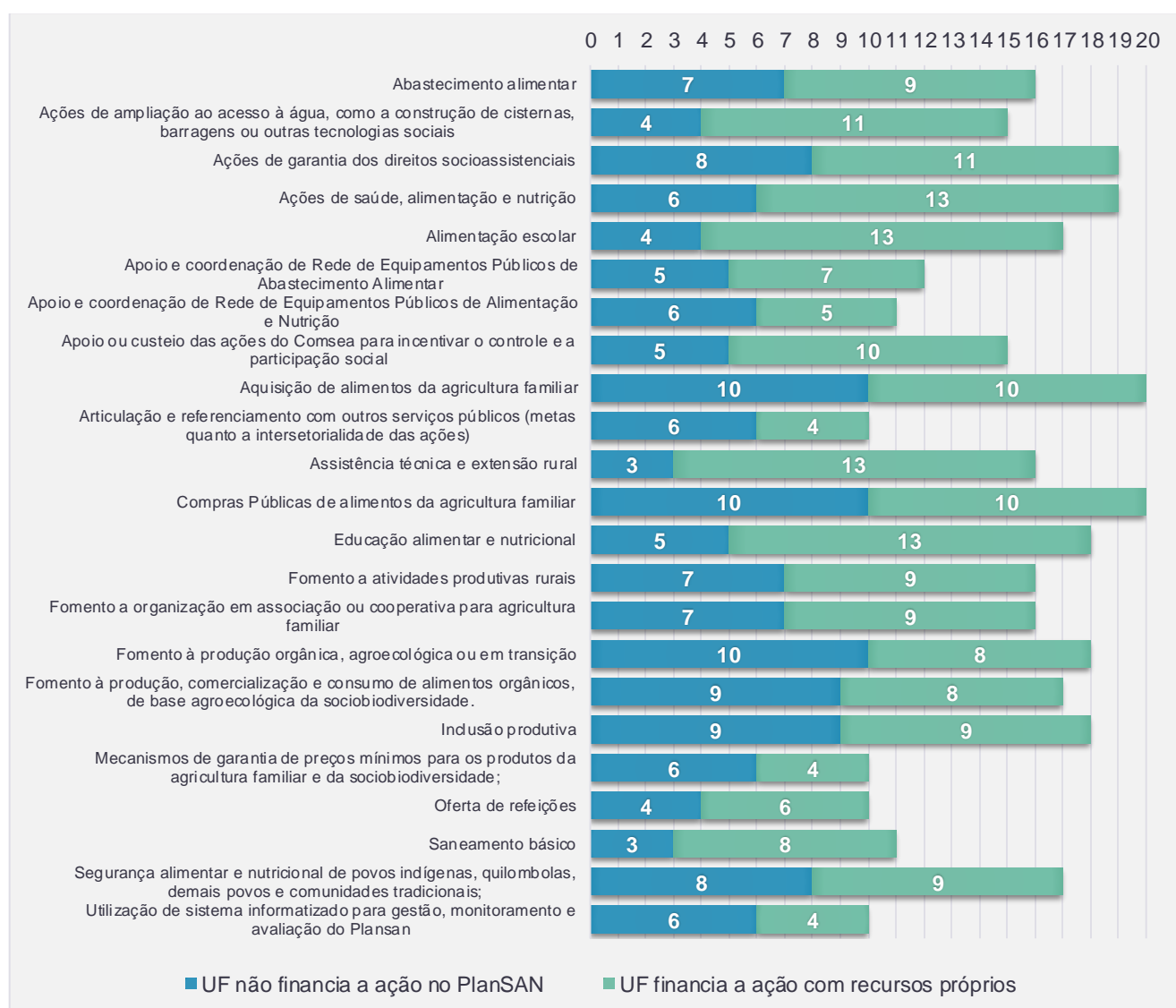
O Plansan foi incluído no Plano Plurianual de 13 (62%) das 21 UF que responderam a esta questão, considerados dados válidos. Já 5 UF (24%) não incluíram a o Plansan no PPA e gestores de outras 3 UF (14%) não souberam responder e outras 2 UF não responderam a este quesito da pesquisa.

Ações contempladas nos Planos Estaduais/Distrital de SAN

Cada estado elabora seu Plano Estadual de SAN em função de um diagnóstico local sobre as necessidades e características alimentares de sua população e de seu território, do estado da arte das políticas de SAN e da situação da gestão pública local e nacional. A autonomia do ente federado para constituir sua política de SAN, materializada no Plansan, resulta em diferentes combinações de ações, programas e políticas públicas na composição de uma agenda com objetivo de garantia o direito à alimentação e a SAN da população de seu estado ou município.

No Gráfico 11 são apresentadas as ações contempladas nos Planos de SAN dos 20 estados e do DF de acordo com o informado na pesquisa. Ainda são destacadas quantas UF financiam ou cofinanciam cada uma das ações de SAN informadas. Verificou-se no MapaSAN2018 que 16 UF (80%) contemplam ações de abastecimento alimentar no Plano estadual/distrital de SAN, sendo que em 9 UF (56%) este tipo de ação conta com aporte total ou parcial de recursos próprios para o seu financiamento. A aquisição de alimentos da agricultura familiar está presente em todos os 20 Plansan, sendo que metade das UF aporta recursos para esta ação. O mesmo cenário se apresenta quanto às compras públicas de alimentos da agricultura familiar, que são contempladas em 20 Plansan com aporte de recursos próprios em 50% dos casos.

Gráfico 12. Ações contempladas no Planos de SAN dos estados/DF e ações financiadas com recursos próprios



Ações de garantia dos direitos socioassistenciais são contempladas em 19 dos 20 Plansan (95%), dos quais 11 UF (58%) aportam recursos para financiamento ou cofinanciamento. Ações de saúde, alimentação e nutrição também são contempladas em 19 UF (95%) sendo cofinanciadas em 13 UF (68%)

e ações de alimentação escolar constam nos Plano de SAN de 17 UF (85%), das quais 13 UF (76%) contam com aporte de recursos próprios.

As ações de Educação Alimentar e Nutricional são contempladas no Plansan de 18 UF (90%) e cofinanciadas em 13 UF (72%). O fomento à produção orgânica e agroecológica está presente em 18 UF (90%) com aporte de recursos próprios em 44% e o fomento à produção, comercialização e consumo de alimentos de base agroecológica ou da sociobiodiversidade presente também em 18 UF tem cofinanciamento em 47% dos casos.

Ações de inclusão produtiva são realizadas nos Planos de SAN de 18 UF (90%) com aporte de recursos em 9 UF (50%). Já as ações voltadas à SAN de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) são previstas em 17 UF (85%) com aporte de recursos em 53% dos casos.

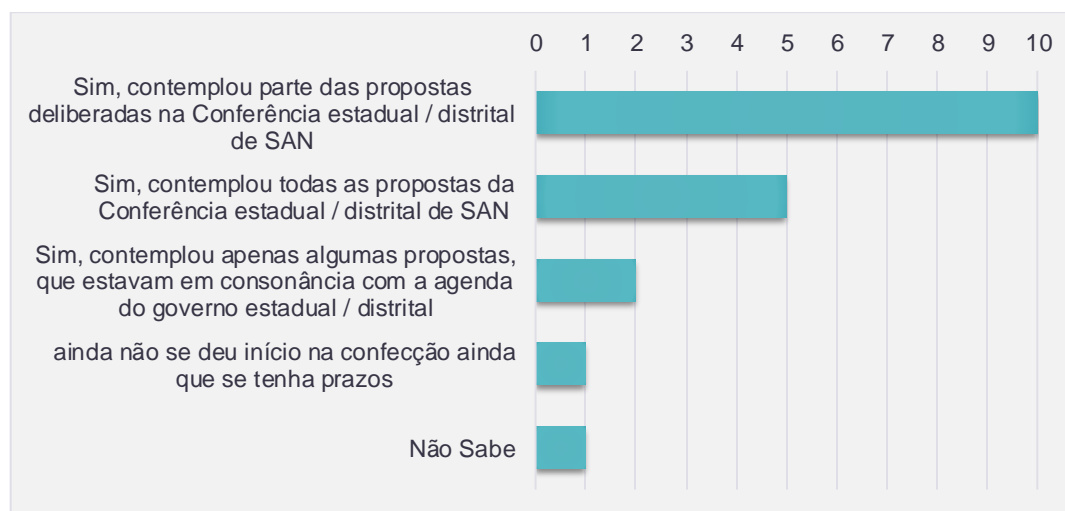
Ações de ampliação de acesso à água tais como cisternas, barragens e outras tecnologias também estão contempladas em 15 UF (75%) sendo que em 11 UF (75%) há aporte de recursos próprios para financiar, cofinanciar ou fornecer contrapartida à recursos oriundos de outras fontes, com as do governo federal, por exemplo.

Em menor proporção são contempladas nos Plano de SAN as ações de apoio e coordenação da Rede de Equipamentos Públicos de Abastecimento Alimentar que constam em 12 UF (60%) com aporte em 7 UF (58%), enquanto que as ações de apoio e coordenação de Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição estão presentes em 11 UF (55%) com cofinanciamento em 45% das UF com plano elaborado ou em elaboração.

Contemplação das deliberações das conferências estaduais/distrital de SAN no Plansan

Das 23 UF que participaram do MapaSAN 2018, 19 forneceram informações sobre a contemplação de deliberações das conferências no Plano de SAN. Considerados apenas os dados válidos, a maioria de 10 UF (53%) contemplaram parte das propostas deliberadas nas Conferências Estaduais/Distrital de SAN. Em 5 UF (26%), os gestores respondentes da pesquisa informaram que todas as deliberações da última conferência de SAN foram contempladas no Plansan elaborado ou em fase de elaboração.

Gráfico 13. Realização de conferência de SAN contempladas nos Plansans das UF



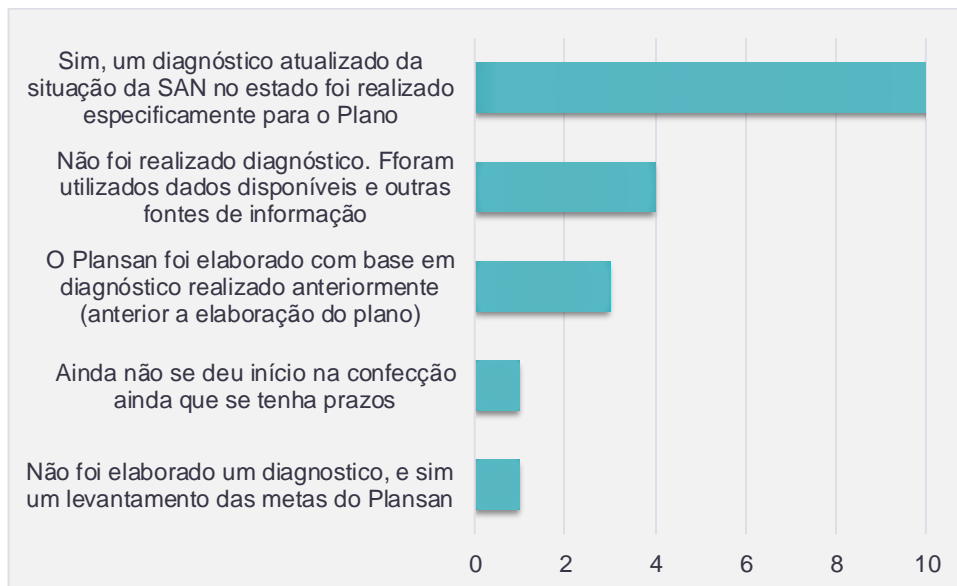
Realização de diagnóstico ou estudo específico para subsidiar elaboração do Plansan

O Plano de SAN é um instrumento que materializa na prática toda a política de SAN da UF. É de fundamental importância que o mesmo seja elaborado com base na realidade epidemiológica, cultural, regional e socioeconômica da população do estado no qual será desenvolvido. Desta maneira recomenda-se que seja realizado um estudo ou diagnóstico específico para subsidiar a elaboração do Plano de SAN antes deste ser concebido e implantado.

Consultados sobre a realização de diagnóstico ou estudo que fundamentassem a elaboração do Plansan 20 dos 23 UF responderam a esta questão. Dentre estas, verificou-se que 10 UF (55%) realizaram um

diagnóstico atualizado da situação da SAN no estado especificamente para subsidiar o Plano de SAN. Em 4 UF não se realizou um estudo situacional específico, mas utilizaram-se dados disponíveis de outras fontes de informação sobre a SAN da população, objeto das ações, programas e políticas incluídas no Plansan.

Gráfico 14. Realização de diagnóstico ou estudo específico de SAN para subsidiar a elaboração do Plansan nos estados/DF



Monitoramento do Plansan

O monitoramento das ações e metas do Plansan constitui parte essencial para o sucesso das ações, programas e políticas que concorrem para o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Das 23 UF que participaram da pesquisa, 11 UF possuem planos de SAN elaborados e 9 UF em planos em fase de elaboração, como descrito anteriormente. Verificou-se na pesquisa que 13 UF realizam ou planejam realizar o monitoramento da execução. 3 UF informaram que não previram monitoramento e 2 UF não souberam responder e 5 UF não responderam à questão.

Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

Cartograma 2. Conseas estaduais/distrital que participaram do MapaSAN 2018



A Lei Nº 11.346/2006 estabelece o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) como um dos componentes do Sisan. Os conselhos são espaços de participação e controle social. Todos os Estados aderiram ao Sisan e possuem os seus respectivos conselhos.

As pesquisas do MapaSAN de 2014, 2015 e de 2018 foram realizadas com municípios e, no âmbito estadual/distrital, foram realizadas com questionários separados para Caisans e Conselhos estaduais e distrital de Segurança Alimentar e Nutricional - Conseas.

A etapa da pesquisa realizada com Conseas também resultou na participação de 22 Unidades da Federação⁶ (Cartograma 2), mas com a diferença que não participaram os Conseas dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, e Rio Grande do Sul. De modo geral, houve participação de 22 Caisans e 22 Conseas a pesquisa que coletou dados em todas as Unidades da Federação, com exceção do Goiás, tendo sido o único estado sem participação do Consea ou da Caisan na MapaSAN 2018.

Segunda as informações da pesquisa MapaSAN 2018, no âmbito dos estados e do Distrito Federal, foram considerados válidos os dados fornecidos por 21 Conseas das seguintes UF: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, MS, PA, PI, PR, RJ, RO, RR, SC, SE, SP e TO. O universo de dados coletados pela pesquisa abrange cerca de 78% das UF brasileiras.

Em 18 UF os gestores participantes da pesquisa não haviam participado da pesquisa em edições anteriores, realizadas em 2014 e 2015. Ou seja, 85,7% dos respondentes participou pela primeira vez respondendo o questionário do MapaSAN em 2018. Outros 3 UF, ou 14,3%, já haviam participado de uma ou mais edições do MapaSAN, coletando informações e respondendo o questionário online.

Ações realizadas pelos Conseas

Todos os 21 Conseas que participaram do MapaSAN 2018 realizam ações de controle social das políticas públicas de SAN e organização de conferências estaduais ou distrital de SAN. Ressalte-se que a realização de conferências estaduais pressupõe a organização e realização de conferências regionais ou territoriais que a precedem no âmbito do estado/DF.

Correspondem a 90% (19 UF) os Conseas que organizam eventos, seminários, encontros e/ou cursos de formação sobre a temática de SAN. 18 UF ou 85% elaboram documentos de aconselhamento e cobrança aos governantes (pareceres, exposição de motivo e/ou recomendações) no âmbito das políticas públicas de SAN e do Sisan no contexto estadual/distrital. 85% também participa da elaboração do Plano estadual / distrital de SAN.

Em 17 UF (81%), os Conseas elaboram propostas para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do estado/DF, além de acompanhar atividades e responder às demandas das Caisans estaduais/distrital. São 15 Conseas os que recebem denúncias de violação do DHAA e as encaminham para as instâncias competentes, o que representa 72% do total de UF pesquisadas.

⁶ UF dos Conseas que participaram do MapaSAN 2018: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, MS, MT, PA, PI, PR, RJ, RO, RR, SC, SE, SP, TO.

Em 13 UF (62%), o Consea monitora e avalia a Política de SAN com base em indicadores e metas específicas e em 12 UF (57%) o conselho utiliza o Plano Estadual/Distrital de SAN para monitorar Política de SAN no estado/DF.

Políticas de SAN sobre as quais os Conseas realizam controle social

Os 21 Conseas que realizam *controle social*, o fazem sobre as seguintes políticas/programas de SAN realizadas no seu território, em ordem decrescente:

20 UF (95%) - Aquisição de alimentos da agricultura familiar

17 UF (81%) - Ações de saúde e nutrição e ações de Educação Alimentar e Nutricional

14 UF (67%) - Alimentação escolar

13 UF (62%) - Ações de garantia dos direitos socioassistenciais

11 UF (53%) - Inclusão produtiva e geração de renda; Fomento à organização em associação ou cooperativa para agricultura familiar; e, Fomento à produção orgânica, agroecológica ou em transição.

10 UF (48%) - Ações de ampliação ao acesso à água, como a construção de cisternas, barragens ou outras tecnologias sociais; Assistência técnica e extensão rural; Fomento da produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade; e, Doação de alimentos.

9 UF (43%) - Abastecimento alimentar (garantia de disponibilidade de alimentos no município); Apoio e/ou custeio gestão intersetorial da Política de SAN e/ou as ações da Caisan; e, Fomento a atividades produtivas rurais.

8 UF (38%) - Articulação e referenciamento com outros serviços públicos.

6 UF (29%) - Oferta de refeições.

Denúncias de violações do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)

15 Conseas que declararam receber denúncias de violações do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e informaram quais são os tipos de denúncias recebidas. A seguir são apresentadas quais tipos de violações estes Conseas recebem e o percentual em relação ao total de conselhos que recebe este tipo de denúncia, em ordem decrescente:

10 UF (67%) - Falta de acesso a programas e ações do governo.

8 UF (53%) - Contaminação de alimentos por agrotóxicos; e, vulnerabilidade, fome e/ou insegurança alimentar e nutricional grave de Povos e Comunidades Tradicionais.

7 UF (47%) - Qualidade de alimentos produzidos em Equipamentos Públicos e/ou na Alimentação Escolar.

6 UF (40%) - Irregularidades de programas e ações governamentais; Desnutrição na população; Contaminação de trabalhadores ou agricultores por agrotóxico; Falta de acesso a crédito para agricultura familiar; e, Vulnerabilidade socioeconômica de famílias ou populações.

5 UF (33%) - Contaminação de recursos hídricos por agrotóxicos; Qualidade ou escassez de água para consumo humano.

4 UF (27%) - Desvio de recursos públicos; Produção, comercialização e distribuição de alimentos contaminados ou em má qualidade para consumo humano; Pulverizações indiscriminadas de determinadas aéreas com Agrotóxicos; e, interrupção/falta de continuidade de programas e ações do governo.

3 UF (20%) - Má distribuição de cestas de alimentos; Contaminação e/ou intoxicação de crianças, jovens ou outras pessoas por agrotóxicos, na cidade ou no campo.

2 UF (13%) - Contaminação de lavouras ou animais por agrotóxicos; Desmatamento ilegal de áreas protegidas; e Inadequação de ações e programas de governo a grupos específicos.

Orçamento, financiamento e apoio administrativo às ações dos Conseas estaduais/distrital

Em 29% dos estados (6 UF), o Consea estadual/distrital dispõe de recurso orçamentário próprio para a gestão de suas ações. O restante 71% (15 UF) não conta com recursos próprios, financiados pelo orçamento da UF para financiar suas ações.

Dos 6 estados que afirmaram disponibilizar de recursos para financiamento de suas ações, 4 informaram os valores disponíveis para os anos de 2016 e 2017. Em média foram disponibilizados R\$ 154 mil para o primeiro ano e R\$ 128 mil para o segundo ano. As UF que tinham disponibilidade de recursos em 2016 e 2017 são: MG (R\$ 500 mil e R\$ 354 mil), MA (R\$ 55 mil e R\$ 107 mil), SC (R\$ 32 mil e R\$ 32 mil) e DF (R\$ 30 mil e R\$ 20 mil). Duas UF executaram 100% do recurso orçamentário disponível e outras duas executaram 60% do seu orçamento, nos dois anos consultados.

No ano de 2018, 5 UF tiveram recursos garantidos pelo orçamento do estado/DF, perfazendo uma média de R\$ 147 mil. As seguintes UF tiveram recursos disponíveis neste ano: MG (R\$ 420 mil, 30% executado), MA, (R\$ 130 mil, 40% executado), SC (R\$ 32 mil, não informado), DF (3,6 mil, sem execução) e PR (R\$ 150 mil, 60% executado).

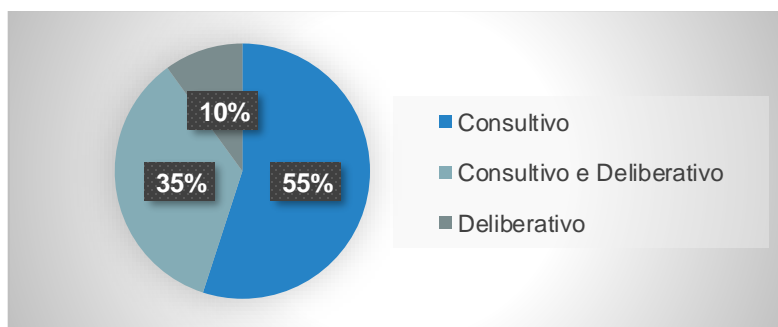
A maioria dos Conseas de 17 UF, representando 81% do total, também recebe apoio da administração pública que fornece material de escritório e/ou expediente para realização de suas atividades cotidianas. Passagens são disponíveis para 62% dos Conseas (13) e diárias, para custeio com viagens, para 57% (12 UF).

Apoio em comunicação para divulgação das ações do Consea e para produção de material gráficos impressos estão disponíveis por 52% ou 11 UF pesquisadas. Apoio logístico (disponibiliza veículo ou ressarcimento de gastos com deslocamento) é garantido a 10 UF, o que representa 48% do total. 3 UF não contam com nenhum dos apoios desta natureza por parte da administração pública do estado.

Caráter decisórios dos Conseas estaduais/distrital e participação de representantes

O Consea é um órgão de participação e controle social que articula intersetorialmente as ações, programas e políticas de SAN nas três esferas governamentais. Via de regra é um conselho de caráter consultivo, mas devido à autonomia federativa de estados e municípios cada ente federado tem poder para determinar qual caráter legal-administrativo terão suas decisões sobre a gestão do Sisan e da política de SAN em cada uma das três esferas da União.

Gráfico 15. Caráter decisório dos Conseas estaduais/distrital



No que diz respeito às Unidades da Federação o MapaSAN 2018 contactou que as decisões de 11 dos 21 Conseas pesquisados⁷, 55% possuem caráter decisório *consultivo* (tem papel de propor e recomendar sobre as ações de SAN à gestão estadual), à exemplo do Consea Nacional. 10% dos Conseas pesquisados (2 UF⁸) têm caráter decisório *deliberativo* – tem poder de decisão para determinar quais

⁷ DF, AL, BA, ES, SP, PI, RR, AP, CE, SC e AC têm Conseas consultivos.

⁸ MT e AM.

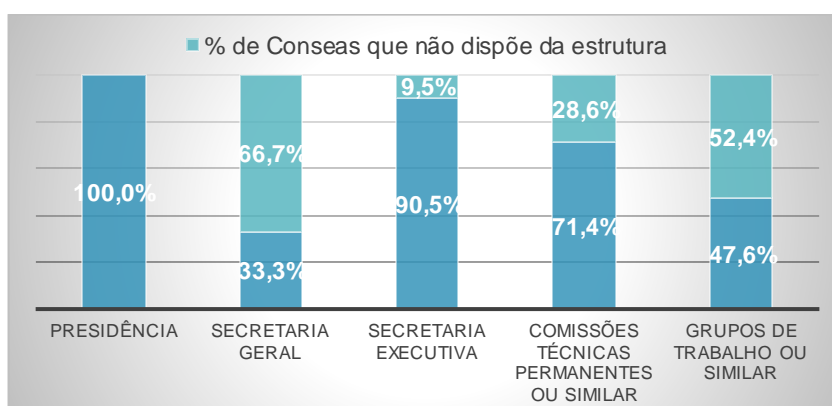
devem ser as ações da política de SAN na gestão estadual/distrital. Representam 35% do total os Conseas cujas decisões possuem caráter *consultivo e deliberativo* (7 UF⁹).

Estrutura e funcionamento dos Conseas Estaduais/Distrital

A maioria absoluta dos Conseas estaduais (16 UF) estão vinculados à Secretarias de Assistência Social, Desenvolvimento Social, Ação/Promoção Social ou similar, representando 76,2% do total. Em outras 3 UF o Consea está sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento agrário ou similar, o que significa 14,3% dos 21 Conseas que participaram da pesquisa.

No que se refere às estruturas constituintes dos Conseas pesquisados no MapaSAN 2018, verificou-se que todos instituíram a presidência dos conselhos pesquisados. Entretanto a função de secretaria ou secretaria geral entre seus membros, existe somente em 1/3 ou (7 UF) dos Conseas.

Gráfico 16. Estrutura que constituem os Conseas Estaduais/Distrital



Já a estrutura da Secretaria Executiva está presente em 90,5% dos Conseas, em 19 das 21 UF pesquisadas, sendo que Comissões Técnicas permanentes ou estruturas similares estão presentes em 71,4% (15 UF) e os grupos de trabalhos ou similares, constituem parte de 47,6% (10 UF) dos Conseas respondentes.

Proporcionalidade entre representantes governamentais e da sociedade civil

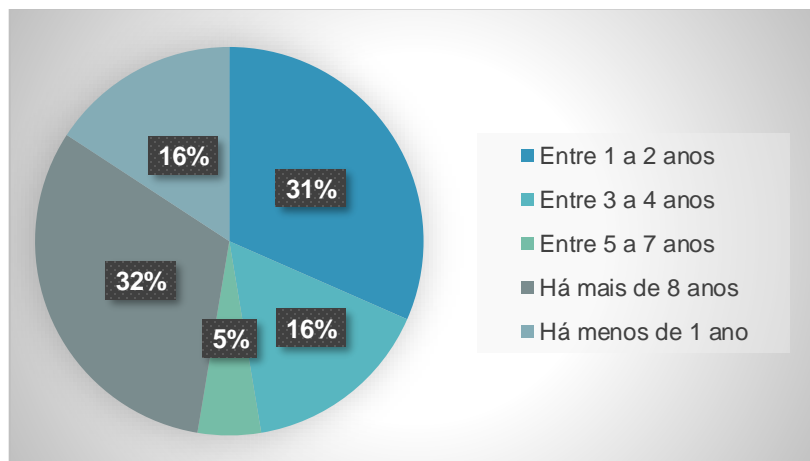
Todos os Conseas tem a proporção de 1/3 de representantes de órgãos governamentais e 2/3 de representantes de organizações da sociedade civil.

⁹ MG, PR, SE, MA, RJ, RO e TO

Perfil de presidentes dos Conseas estaduais/distrital

O tempo de exercício da presidência dos Conseas variava de 5 meses a 4 anos no período de referência da pesquisa. A média de tempo de presidência dos Conseas foi de 1 ano e 9 meses. O percentual de 32% dos presidentes de Consea atuam em suas organizações da sociedade civil há mais de 8 anos. A maioria dos presidentes de Conseas estaduais/distrital do sexo feminino, representando 62% do total, sendo o restante, 38%, do sexo masculino.

Gráfico 17. Tempo de atuação do presidente do Consea estadual/distrital no cargo ou função da organização de sociedade civil na qual atua



Área de governo com representação nos Conseas

Quatro áreas de políticas públicas, não por acaso, são aquelas nas quais se desenvolvem a maior parte das ações e programas que constituem as políticas de SAN nos três níveis da Federação: Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar), Desenvolvimento agrário, Saúde e Educação. Em 20 dos 21 Conseas pesquisados estas 4 principais áreas de políticas públicas estão presentes, o que representa 95% das UF respondentes.

Na sequência, em ordem decrescente, aparecem: as políticas de Cultura, com representação nos Conseas de 16 UF (76%); Fazenda, Planejamento, Administração ou Setor Financeiro do governo estadual/distrital, contam com representações em 13 UF (62%) do conselhos estaduais de SAN; Desenvolvimento Agrário ou Rural, com foco nas políticas voltadas à agricultura familiar, têm representação em 52% ou em 11 UF; a Casa Civil ou gabinete do/a governador/a contam com representação específica em 10 UF (48%).

Setores da sociedade civil organizada com representação nos Conseas

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) com maior proporção em representações nos Conseas são, em ordem decrescente as seguintes: 1) movimento, associação ou cooperativa de agricultores familiares, com representação em 18 UF (90%); 2) organizações ligadas à área de nutrição, com representação, também, em 18 UF (90%).

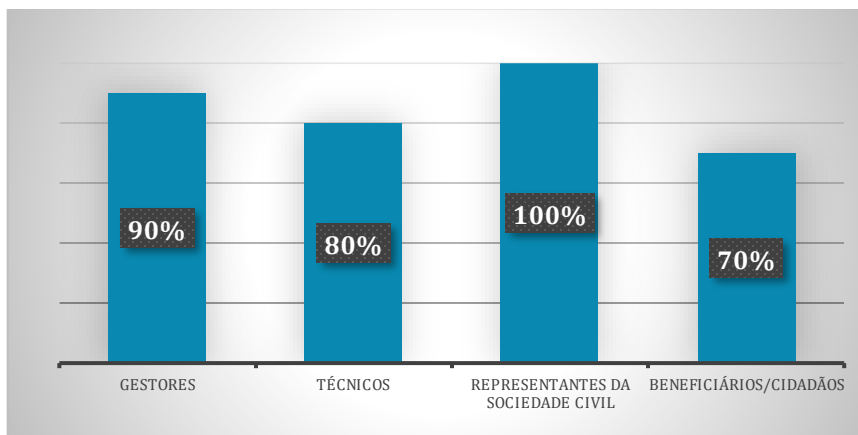
Em seguida aparecem os seguintes setores: 3) representações de movimento populares de saúde de organizações ligadas ao setor de saúde, com representação em 16 UF (80%); 4) Movimento pastoral e 5) representações de Povos e Comunidades Tradicionais, presentes em 16 Conseas (80%); 6) Representações religiosas em geral constituem representantes dos Conseas em 14 UF (70%); 7) movimento sindical, com representação em 13 UF (65%); Sistema S (SENAI, SESI, SESC, SENAR, SEBRA, outros) contam com espaços de representação política em Conseas de 11 UF, o que significa 55%.

Demanda dos Conseas por capacitação e formação na área de SAN

95% dos Conseas (20 UF) declararam haver necessidade de cursos de capacitação e formação na área de SAN.

Com relação ao público destas capacitações, as demandas são equilibradas para as 4 categorias consultadas, sendo que para todos os Conseas (100%) que afirmaram haver necessidade de capacitação ou formação na área de SAN, a demanda teria como público-alvo representantes da sociedade civil do conselho. Para 90% (18 UF) deveriam ser realizadas capacitações ou formações junto à gestores da administração pública estadual/distrital. 80% (16 UF) dos Conseas têm demanda de capacitação/formação de técnicos e 70% (14 UF) demandam este tipo de ação junto à beneficiários, cidadãos de direito de programas de SAN.

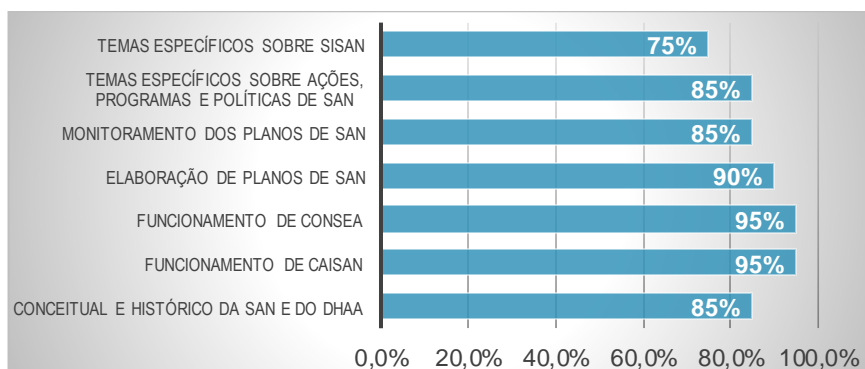
Gráfico 18. Público-alvo das capacitações e formações demandadas pelo Consea



Para 19 dos 20 Conseas (95%) que demandam capacitações na área de SAN os temas que deveriam ser abordados são o funcionamento do Consea e o funcionamento da Caisan. Em seguida são demandadas capacitações e formações sobre a elaboração do Plano de SAN, para 90% dos Conseas (18 UF). Os temas específicos relacionados às ações, programas e políticas de SAN, bem como temáticas sobre o monitoramento do Plansan, conceituais e históricas deveriam ser abordados para 85% do Conseas (17 UF). Já para 75% dos Conseas (15 UF) temas específicos sobre o Sisan deveriam ser abordados nas capacitações e formações demandadas.

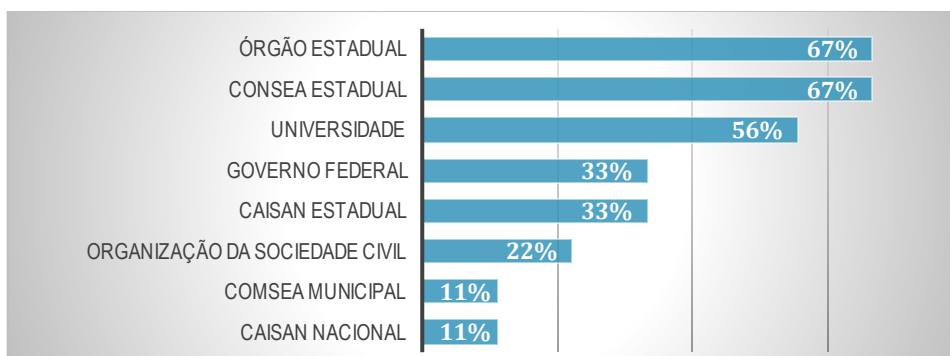
O público que necessita dos cursos de capacitação teria garantida acessibilidade para realização de cursos de educação à distância em 10 das 20 UF (50%) com demandas por capacitação.

Gráfico 19. Principais temáticas das capacitações e formações na área de SAN demandadas pelos Conseas



Em 9 das 21 UF (43%) já têm ocorrido cursos voltados para agenda de SAN. Os cursos existentes nestas UF são ofertados principalmente por algum órgão estadual/distrital e pelo próprio Consea Estadual/Distrital em 67% dos casos (6UF). As universidades oferecem este tipo de formação ou capacitação em 5 UF, o que representa 56% das UF em que são ofertados cursos na área de SAN em demanda pelos Conseas.

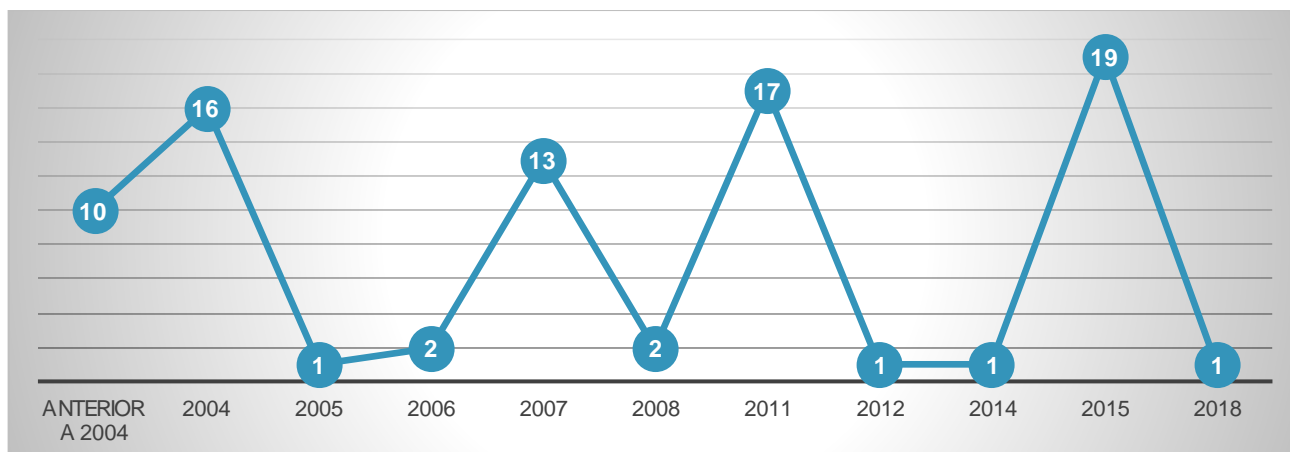
Gráfico 20. Instituições e órgãos públicos que oferecem cursos de capacitação/formação em SAN junto aos Conseas estaduais/distrital



Conferências Estaduais de SAN

As Conferências nacional, estadual e municipal de SAN constituem as instâncias máximas de deliberação sobre a Política nacional, estadual e municipal de SAN, respectivamente, no âmbito do Sisan. Todos os estados e o Distrito Federal pesquisados já haviam realizado conferências estaduais de SAN. No MapaSAN 2018, quando consultados sobre a quantidade de Conferências Estaduais/distrital realizadas 20 respondentes informaram este dado, o que corresponde ao total de dados válidos para esta questão. Em média, cada UF realizou mais de 4 Conferência estaduais/distrital de SAN em sua história. No total, segundo os respondentes, foram realizadas 88 Conferências estaduais/distritais de SAN.

Gráfico 21. Quantidade de Conferências Estaduais/Distrital de SAN realizadas por 20 UF, segundo informações dos Conseas respondentes.



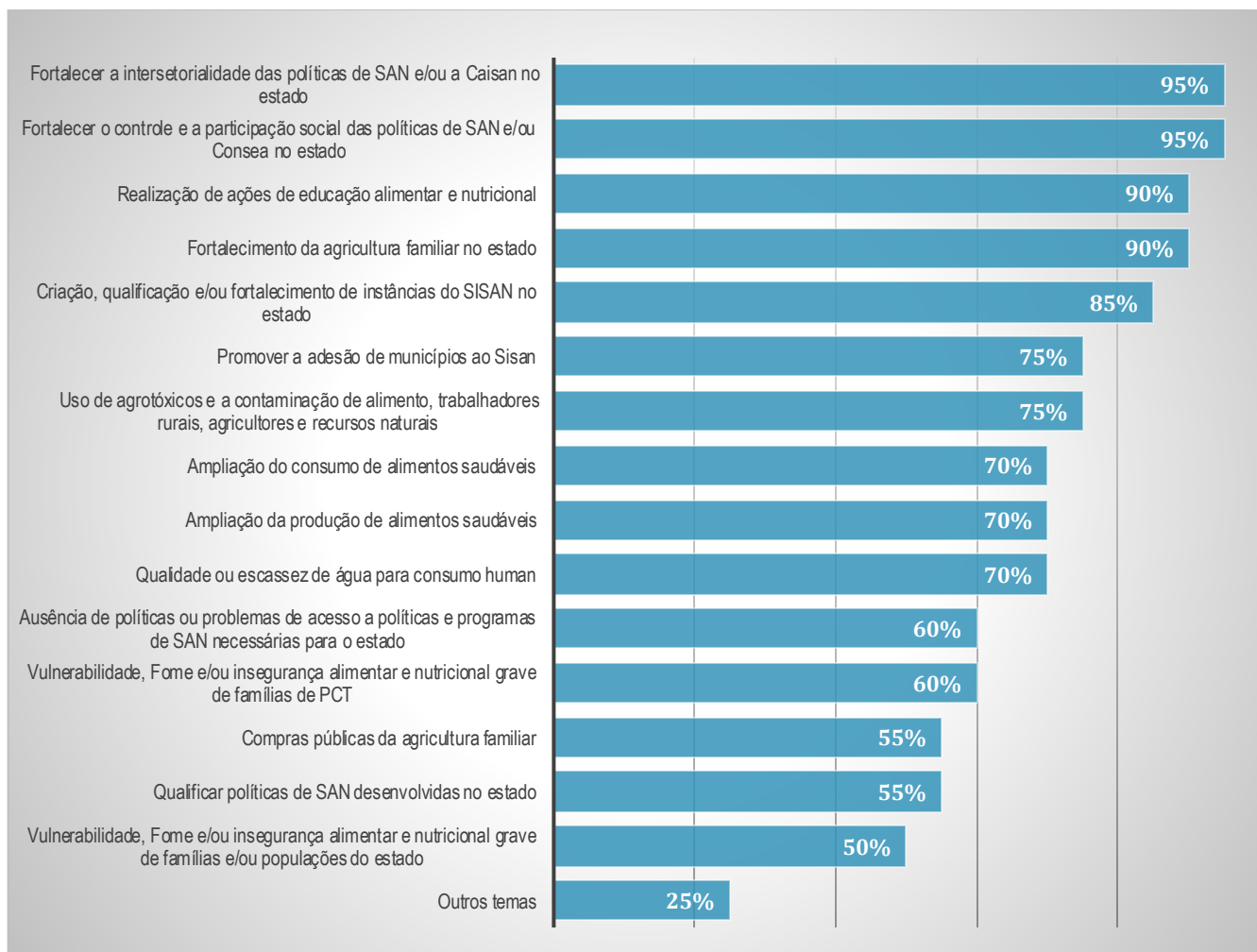
A Conferência Nacional de SAN (CNSAN) ocorre de 4 em 4 anos, sendo que a primeira foi realizada em 1994 e a segunda, em 2004, dez anos depois. Geralmente as Conferências estaduais são precedidas de Conferências territoriais ou regionais no âmbito estadual, que são subsequentes a conferências municipais. O formato e a organização das Conferências estaduais dependem da organização e das orientações do Consea Nacional e da sua comissão organizadora, refletindo na organização das conferências municipais e regionais/territoriais que as sucedem. Cada UF e cada município tem autonomia na organização de sua Conferência de SAN, respeitando as orientações nacionais.

A 2ª Conferência Nacional de SAN foi realizada em 2004, a 3ª CNSAN, em 2007, a 4ª em 2011 e a 5ª em 2015. Percebe-se que nestes anos ocorrem os picos de realização de Conferências Estaduais que, somadas, totalizam 16, realizadas em 2004, 13 realizadas em 2007, 17 realizadas em 2011 e 19, realizadas em 2015. Algumas Conferências estaduais foram realizadas em anos anteriores aos anos de realização da Conferência Nacional, como se observa no gráfico, criado a partir dos dados do MapaSAN 2018.

Temário das últimas Conferências Estaduais/distrital de SAN

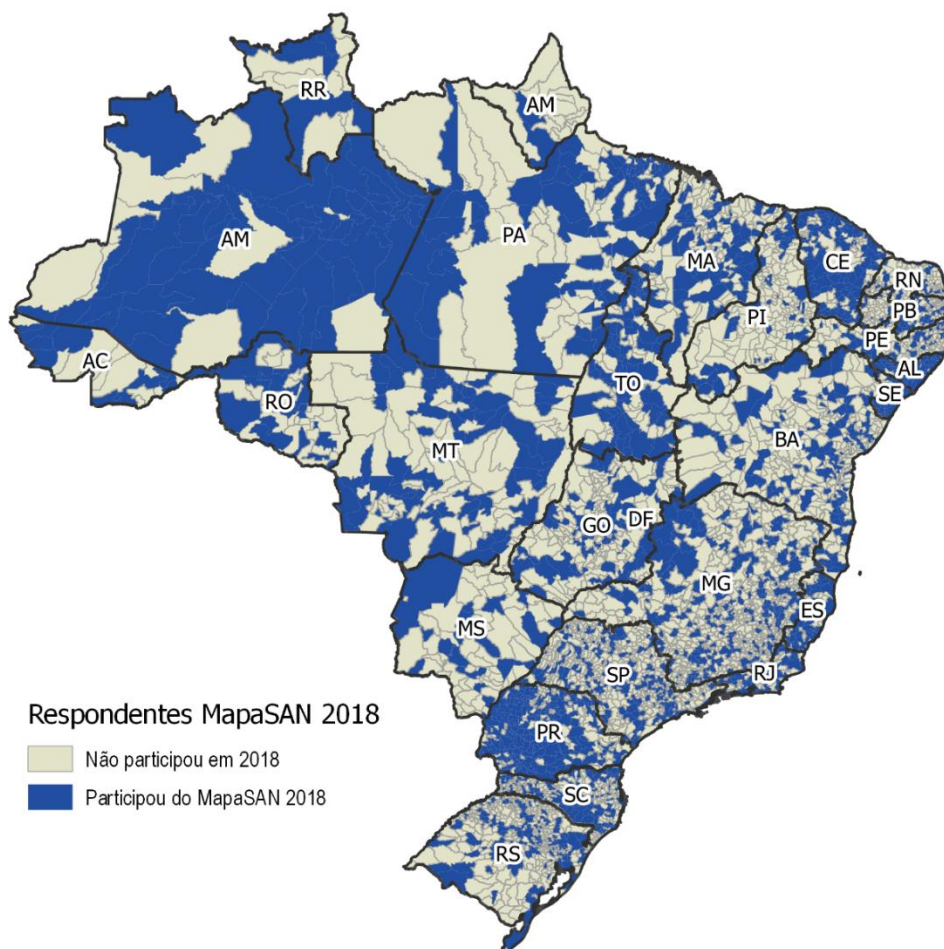
Os principais temas debatidos nas últimas Conferências de SAN realizadas, segundo 20 Conseas que forneceram a informação, foram em ordem decrescente as seguintes:

Gráfico 22. Temário das últimas Conferências Estaduais/Distrital de SAN realizadas.



SISAN NOS MUNICÍPIOS

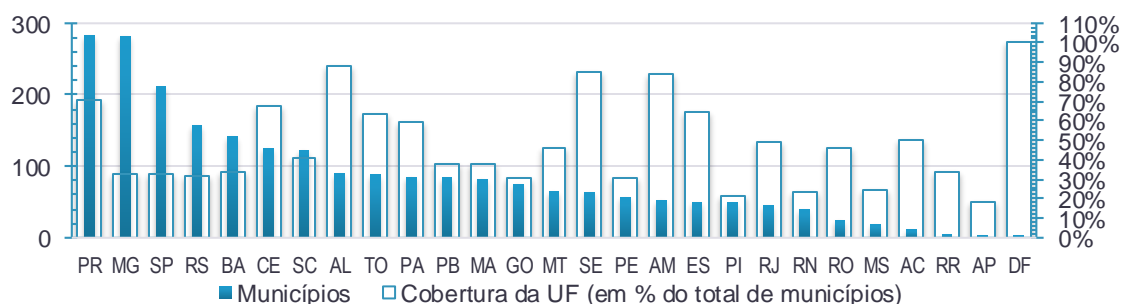
A pesquisa realizada em 2018 contou com a participação de 2.319 municípios.



Cartograma 3. Municípios respondentes do MapaSAN 2018

O estado do Paraná registrou a maior participação entre as unidades da federação com 283 municípios, o que representa uma cobertura de 71% do total de municípios do estado. Já em termos de cobertura estadual da pesquisa, com exceção do Distrito Federal, os estados de Alagoas, Sergipe e Amazonas alcançaram, respectivamente, 88%, 85% e 84% do total de seus municípios. O Gráfico 23 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a seguir, apresenta a situação de cada Unidade da Federação (UF) quanto à quantidade de municípios respondentes e a taxa de cobertura do MapaSAN 2018 em relação ao total de municípios:

Gráfico 23. Quantidade de municípios respondentes do MapaSAN 2018 e cobertura (em %) por estado



Os municípios situados na região Nordeste representam 31,8% dos respondentes, os da região Sudeste 25,5% e os municípios do Sul, 24,3%. Sendo que os municípios do Norte respondem por 11,6% e do

Centro-Oeste, 6,9%. Em relação ao MapaSAN 2015, a distribuição entre as regiões se alterou levemente já que as regiões Sudeste (+ 2%), Sul (+ 2,5%) e Norte (+ 3,9%) ampliaram proporcionalmente sua participação na pesquisa em relação às demais regiões, levando-se em conta que o Nordeste (- 8,4%) reduziu sua participação e o Centro-Oeste manteve (+ 0,2%) a mesma proporção. Quanto aos números absolutos, as regiões apresentaram o seguinte resultado de participação dos municípios:

Tabela 3. Municípios respondentes e cobertura do MapaSAN 2018 por região

	Municípios	%	Total Região	Cobertura (%)
NORTE	268	11,6	450	59,6
NORDESTE	737	31,8	1.794	41,1
SUDESTE	591	25,5	1.668	35,4
SUL	563	24,3	1.191	47,2
CENTRO-OESTE	160	6,9	467	34,3
	2.319	100,0	5.570	41,5

Como resultado global, o MapaSAN 2018 alcançou 41,5% dos municípios brasileiros. Entre as regiões a cobertura da pesquisa foi maior nos municípios do Norte (59,6%) e do Sul (47,2%), conforme se verifica nos dados da Tabela 3.

Quanto ao porte populacional dos municípios, segundo a classificação adotada pelo Sisanⁱ, observa-se que 81,5% dentre os respondentes tem população inferior a 50 mil habitantes, em 8,5% a população é de 50.001 a 200 mil hab. A proporção de municípios respondentes com população entre 200.001 e 500 mil hab. é de 4,7% e de municípios com população maior do que 500 mil, 1,9%. A cobertura dos municípios respondentes no que se refere ao porte populacional dos municípios que participaram da pesquisa é a que segue na tabela abaixo:

Tabela 4. Municípios respondentes do MapaSAN 2018 segundo porte populacional dos municípios

Porte Sisan	Municípios	MapaSAN 2018	Cobertura (%)
Até 50.000	4.904	1.889	38,5%
De 50.001 até 100.000	349	198	56,7%
De 100.001 até 200.000	164	110	67,1%
De 200.001 até 500.000	107	79	73,8%
Mais de 500.000	46	43	93,5%
	5.570	2.319	41,5%

Como pode-se observar nos dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.4**, a proporção de cobertura do MapaSAN nos municípios brasileiros segundo o porte populacional mostra-se crescente em proporção, alcançando 93,5% dos municípios com mais de 500 mil habitantes e 38,5% daqueles com população até 50 mil. A pesquisa teve alcance substantivo nos municípios com mais de 50 mil habitantes já que varia a cobertura progressivamente de 56,7% a 93,7% nestas faixas de tamanho populacional.

Ainda quanto ao porte populacional dos municípios respondentes do MapaSAN 2018, aproximadamente 80% dos municípios que possuem mais de 200 mil habitantes e 26 das 27 capitais participaram da última edição da pesquisa.

Desde 2013, estão sendo desenvolvidas ações conjuntas entre governo federal e governos estaduais no sentido de promover a adesão dos municípios ao Sisan. Até o momento de produção deste documento, totalizam 360 municípios integrados formalmente ao Sisan, dentre os quais 296 participaram do MapaSAN 2018, o que corresponde a 82%.

Participação dos municípios respondentes do MapaSAN 2018 em edições anteriores

A pesquisa realizada em 2018 contou com a participação de 2.319 municípios respondentes em todo território nacional. Deste total, 880 não haviam participado de nenhuma das edições anteriores (37,9%), constituindo o conjunto de municípios inéditos na pesquisa. Já 157 municípios haviam participado da pesquisa de 2014 (6,8%) e 552 da pesquisa realizada em 2015 (23,8%). 730 municípios respondentes do MapaSAN 2018 (31,5%) haviam participado das duas edições anteriores do MapaSAN, configurando um conjunto de municípios com recorrência tripla na pesquisa.

Considerados os municípios que voltaram a participar da pesquisa em 2018, tendo participado de pelo menos uma das edições anteriores, a taxa de recorrência atinge 62,1% e a recorrência entre as duas pesquisas mais recentes de 2015 e 2018 representa 55,3%. Estes números evidenciam que a maioria de municípios que participou da última edição do MapaSAN já havia participado anteriormente da pesquisa em uma ou duas das edições da pesquisa.

Gráfico 24. Distribuição percentual de respondentes do MapaSAN 2018 segundo participações do município em edições anteriores

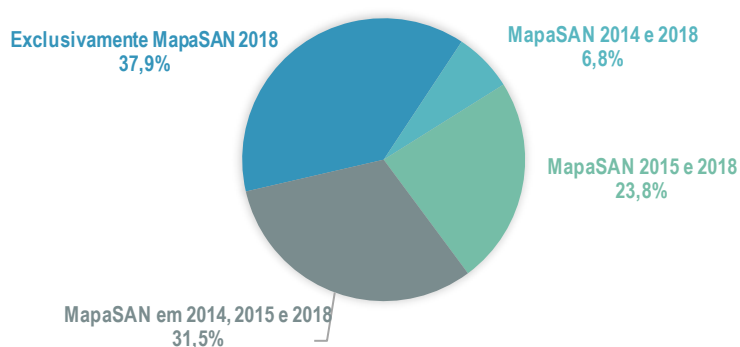
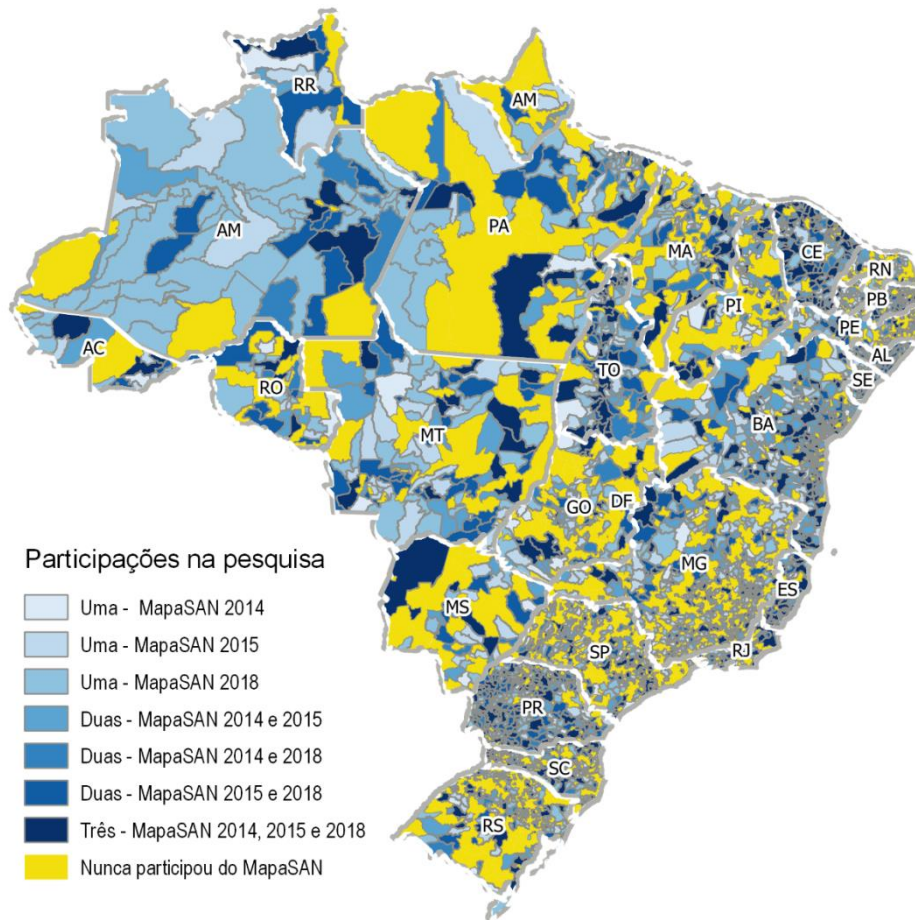


Tabela 5. Recorrência de respondentes do MapaSAN 2018 em edições anteriores

	Municípios	%	% Acum.
MapaSAN 2014 e 2018	157	6,8	6,8
MapaSAN 2015 e 2018	552	23,8	30,6
MapaSAN em 2014, 2015 e 2018	730	31,5	62,1
Exclusivamente MapaSAN 2018	880	37,9	100,0
	2.319	100,0	

A primeira edição do MapaSAN foi realizada em 2014 e contou com a participação de 1.630 municípios. No MapaSAN 2015 participaram 2.430 municípios, sendo que a edição de 2018 totalizou 2.319 respondentes.

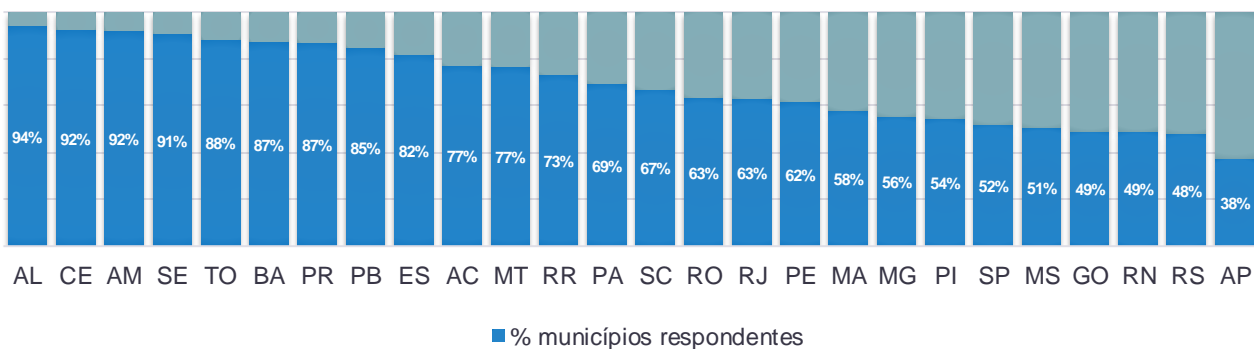


Cartograma 4. Municípios respondentes do MapaSAN 2018

Desde que o MapaSAN foi realizado pela primeira vez, foram coletadas informações de 3.669 municípios, o que corresponde a 65,8% do total dos municípios do país. Como critério utilizado para chegar a este total foi considerado o município que tenha participado em uma ou mais das três edições da pesquisa.

No Gráfico 25 apresentam-se os percentuais de cobertura estadual do MapaSAN, considerando-se a quantidade de municípios respondentes em uma ou mais edições, em relação as suas quantidades em cada estado. O resultado indica que os estados com maior cobertura são: Alagoas, Ceará, Amazonas e Sergipe, cujas taxas de participação são maiores do que 90% dos municípios do estado, já Goiás, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Amapá registraram cobertura menor do que 50%.

Gráfico 25. Cobertura do MapaSAN 2018 de municípios respondentes, em percentual de municípios do estado



Por vezes os percentuais indicam diferentes situações considerando que retratam realidades e números bastante díspares. Por exemplo, Minas Gerais possui 853 municípios e Bahia 417, resultando que os percentuais de cobertura retratam a participação de 474 municípios no primeiro estado e 364, no segundo.

Há de se considerar estados como Amapá com 16 municípios e Roraima com 15 por exemplo. Deste modo os resultados de cobertura dependem em grande parte do trabalho do governo federal em processos de comunicação com os componentes estaduais do Sisan na atuação conjunta para mobilizar os municípios a participarem da pesquisa já que é uma ação voluntária do município, não constituindo obrigatoriedade em relação ao governo estadual ou federal.

A distribuição percentual dos municípios respondentes em uma ou mais edições entre as cinco regiões resulta que a maioria está situada no Nordeste, representando 36,3% do total, seguido das regiões Sudeste, com 25,4% e Sul com 21,4% dos municípios pesquisados. As regiões Norte e Centro-Oeste representam respectivamente 9,5% e 7,4% do total.

Aproximadamente 20% dos municípios participaram de todas as três edições do MapaSAN (2014, 2015 e 2018). A maior proporção é de municípios que tiveram duas participações na pesquisa, já que 15% dos municípios responderam em 2015 e 2018, sendo 14,7% aqueles que participaram em 2014 e 2015, e 4,3% a parcela de municípios que participou em 2014 e 2018. Considerados, portanto, somente municípios com dupla ocorrência, estes representam 34% do total.

Totalizam 46,1% aqueles municípios que participaram somente de uma edição da pesquisa desde sua criação, sendo que 24% responderam somente o MapaSAN 2018, no qual verifica-se a maior proporção, já que os municípios que responderam exclusivamente a pesquisa de 2014 correspondem a 5,5% dos respondentes e a de 2015, 16,6%, conforme apresentado na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6. Distribuição dos municípios respondentes do MapaSAN de acordo com o número de participações nas três edições da pesquisa

Ocorrências dos municípios no MapaSAN	municípios	%	% acum.
Uma participação: - MapaSAN 2014	202	5,5	5,5
Uma participação - MapaSAN 2015	609	16,6	22,1
Uma participação - MapaSAN 2018	880	24,0	46,1
Duas participações - MapaSAN 2014 e 2015	539	14,7	60,8
Duas participações - MapaSAN 2014 e 2018	157	4,3	65,1
Duas participações - MapaSAN 2015 e 2018	552	15,0	80,1
Três participações - MapaSAN 2014, 2015 e 2018	730	19,9	100,0
	3.669	100,0	

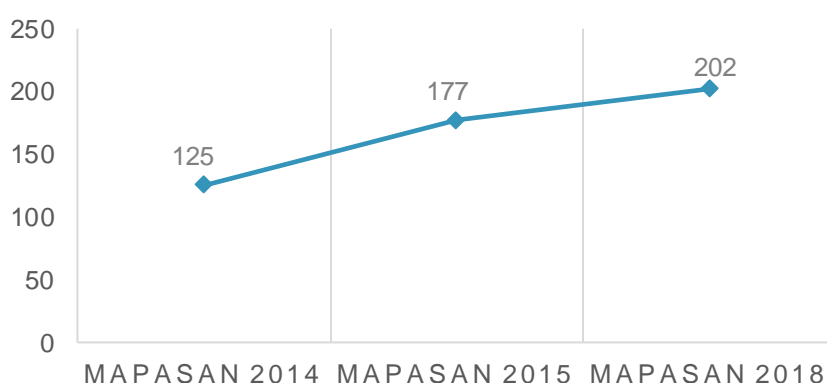
Câmara Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)

No MapaSAN 2018 foram identificados 367 municípios que possuem Caisan municipal, o que significa 16% dos respondentes a este quesito¹⁰. São 75,2% dos municípios que não possuem o órgão de articulação intersetorial voltado à gestão da política de SAN no município. Em 8,8% dos casos o município não soube responder.

Nas edições anteriores este percentual correspondia a 11,1% dos respondentes em 2014 e a 13,2% em 2015, o que indica um aumento progressivo neste período. Em termos absolutos foram mapeadas 181, 319 e 367 municípios com Caisan em 2014, 2015 e 2018, respectivamente.

No conjunto de 729 municípios que participaram das três edições da pesquisa também se verifica uma ampliação substancial, já que neste grupo houve crescimento de 61,6% entre 2014 e 2018, como apresentado no Gráfico 26, a seguir:

Gráfico 26. Quantidade de municípios com Caisan entre municípios que participaram do MapaSAN 2014, 2015 e 2018



Vínculo administrativo das Caisans municipais

Quanto ao vínculo administrativo das Caisans municipais houve modificação nos percentuais já que 63,7% estavam vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social em 2015 e este percentual é menor, correspondendo a 58,5% em 2018. Esta variável não existe para 2014 já que foi introduzida a partir da segunda edição do MapaSAN. Se este percentual de vínculo à Assistência Social reduziu levemente entre uma edição e outra, ampliou-se de 10,7% para 13,5% as Caisans vinculadas aos órgãos de gestão municipal responsáveis pela política de agricultura, desenvolvimento agrário e pecuária. Mantiveram-se os percentuais de Caisans administrativamente vinculadas à Saúde em 1,9% e variou de 8,8% para 8,5% aquelas vinculadas diretamente ao gabinete do poder executivo municipal entre as pesquisas de 2015 e 2018. E as Caisans vinculadas à Secretaria de Educação que representavam 5,7% em 2015, nesta última edição representam 9,1%.

Disponibilidade de recursos municipais para as Caisans

No MapaSAN 2018 foram identificados 45 municípios que disponibilizam recursos próprios para as ações da Caisan municipal, o que significa 12,4% do total de respondentes que dispõem do órgão de gestão intersetorial da Política de SAN no âmbito municipal. Entretanto esta proporção representa um avanço em relação a 2015 quando 8,8% dispunha de recursos municipais, sendo que este percentual correspondia a 9,4% das Caisans em 2014. O que corresponde a um crescimento de 64% entre 2014 e 2015, e de 60% de 2015 para 2018.

Este percentual é relativamente maior entre municípios que aderiram ao Sisan se comparado aos demais, já que no primeiro grupo 14,5% recebem recursos do erário municipal e no segundo este percentual cai para 9,2%.

¹⁰ 2.295 municípios responderam a esta variável, tendo ficado omissos 16 respondentes.

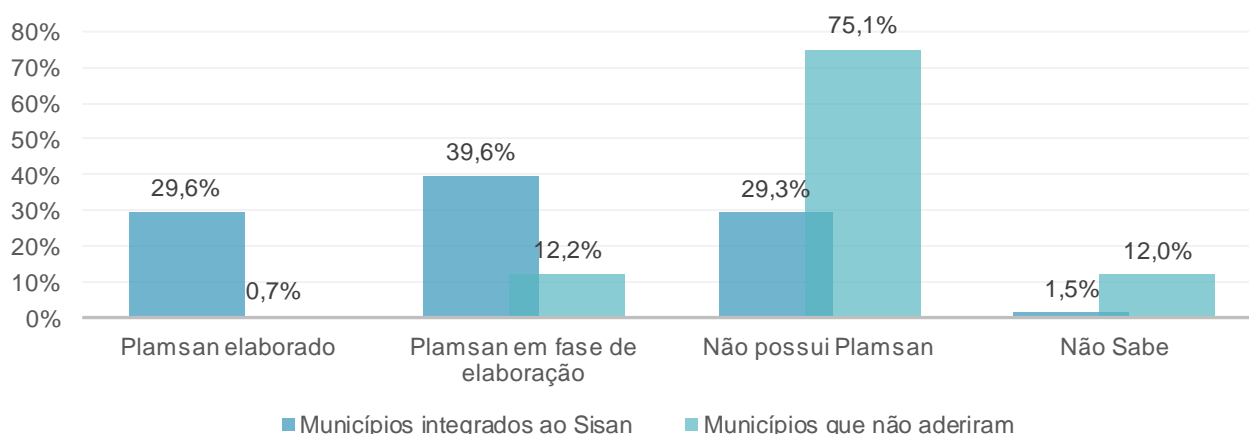
Para os municípios que informaram¹¹ o recurso disponível no orçamento municipal para financiamento das suas ações no ano de 2017 resultou em uma média de aproximadamente R\$ 156,2 mil sendo o maior orçamento de R\$ 1,8 milhões (Porto Alegre) e o menor de R\$ 3 mil (Icó/CE e Porto Rico/PR). O orçamento das Caisans que informaram, para o ano de 2018, apresentou uma média menor de R\$ 132,7 mil. Contudo, quando se trata de médias é preciso levar em conta o desvio-padrão que o orçamento de Porto Alegre impõe a estes resultados além da baixa quantidade de municípios que informaram os valores em relação ao total de Caisans mapeadas em 2018. Desconsiderados, portanto, os valores que distorcem o cálculo, obtém-se como resultado uma média de aproximadamente R\$ 19,3 mil para o ano de 2017 e de R\$ 15 mil para 2018.

Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Plamsan)

O Plano de SAN consiste no principal instrumento de gestão, planejamento, monitoramento e avaliação da Política de SAN nos âmbitos municipal, estadual/distrital e federal. Dentre os municípios respondentes do MapaSAN 2018¹², somente 4,1% possuem este instrumento já elaborado e 15,3% em elaboração, sendo que 69,2% não possui Plamsan e 10,7% não soube responder. Em termos numéricos a quantidade de municípios com planos elaborados, em 2018, é de 51 municípios, sendo que 153 são os que estão em fase de elaboração.

No conjunto de municípios que aderiram ao Sisan o percentual de municípios com Plamsan elaborado sobe para 29,6% e com planos em fase de elaboração, para 39,6%. Neste caso, entre os municípios que ainda não aderiram ao sistema, o percentual de respondentes com Plamsan cai para 0,7%, conforme pode ser observado no Gráfico 27:

Gráfico 27. Comparação entre as distribuições percentuais dos municípios que aderiram e não aderiram ao Sisan, de acordo com a situação do Plamsan



Em termos longitudinais, os dados das pesquisas anteriores indicam um crescimento do percentual e da quantidade de Planos Municipais de SAN elaborados na medida em que no MapaSAN 2014 totalizavam 25 os municípios nesta situação, representando 1,5% dos respondentes, já em 2015 este percentual aumenta para 2% ou 48 municípios e em 2018 evolui para 4,1% o equivalente a 95 municípios. Esta evolução representa um crescimento substantivo no período.

Lei Municipal de SAN

São 619 os municípios que participaram do MapaSAN 2018 e afirmam possuir uma lei que institui um ou mais dos componentes do Sisan e/ou as ações de SAN realizadas no âmbito da gestão municipal, o que equivale a 27% dos respondentes. Entretanto, considerados somente aqueles municípios cujas leis

¹¹ 13 municípios informaram o orçamento disponível para 2017 e 15, os valores disponíveis para 2018.

¹² 2.295 municípios responderam a esta questão da pesquisa.

instituem um ou mais componentes do Sisan no município, constata-se uma redução para 422 casos, o que corresponde efetivamente a 18,2% do total de municípios participantes do MapaSAN 2018.

Dos municípios que afirmaram possuir Lei de SAN, 14,3% informou que a referida lei não institui nenhum componente local do Sisan. Já 15,8% não soube responder se a lei a que se referia na sua resposta instituiu ou não um ou mais dos componentes do Sisan no município.

Efetivamente, 383 municípios identificaram quais foram os componentes criados e instituídos pela Lei de SAN no âmbito da gestão municipal. Este quantitativo, filtrado pela questão de validação, equaliza o percentual de municípios com Lei de SAN para 16,5% dos respondentes da pesquisa, se levados em conta os critérios para que se considere o conteúdo do instrumento legal no sentido de instituir os componentes do Sisan e/ou de gestão da política no âmbito municipal.

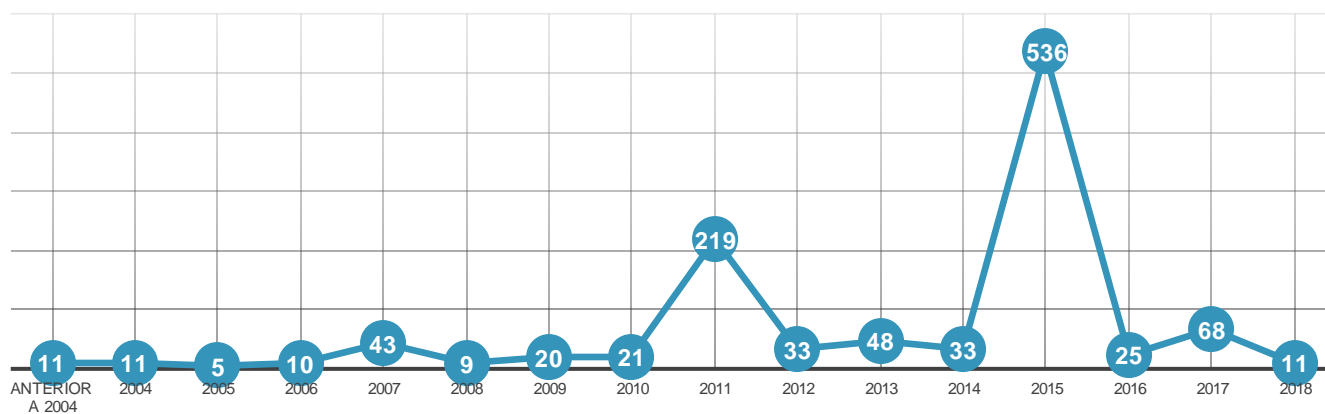
Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Na pesquisa de 2018 foram identificados 707 municípios que realizaram uma ou mais Conferências Municipais de SAN. Isto corresponde a 30,6% dos municípios respondentes.

No conjunto de dados com todos os municípios que participaram de uma ou mais edições da pesquisa¹³, totalizam 1.059 municípios que realizaram 906 Conferências Municipais de SAN o que equivale a 29,1% do total de respondentes de 2014, 2015 e 2018. Estes dados são compilados considerando a pesquisa mais recente da qual o município participou e desconsiderando dados de pesquisas precedentes, caso o município tenha participado em mais de uma edição.

Um levantamento da quantidade de Conferências Municipais de SAN é apresentado no Gráfico 28, no qual se observa dois principais picos de realização de conferências em 2011 e 2015, além de um aumento sensível em 2007, em momentos preparatórios para a Conferência Nacional.

Gráfico 28. Quantidade de Conferências Municipais de SAN realizadas por ano, com base nos dados de municípios que participaram do MapaSAN 2018



Quanto ao porte populacional dos municípios que realizaram uma ou mais conferências, conforme dados de 2018, há uma participação relativamente maior à medida em que aumenta a população do município. Dos municípios com população acima de 500 mil hab., 93% realizaram conferência municipal de SAN.

Este percentual é igual a 75,9% dos municípios com população de 200.001 a 500 mil hab. e de 52,3% dos municípios com população entre 100.001 hab. até 200 mil hab. 41,6% dos municípios com população entre 50.001 hab. e 100 mil hab. realizaram conferências municipais e 25,1% dos municípios até 50 mil hab. 88,3% das capitais também realizaram conferências municipais de SAN.

Na região Sul, 51,4% dos municípios respondentes realizaram conferências municipais e 34% dos municípios respondentes situados na região Norte, assim como 26% dos municípios nordestinos e 21,4%

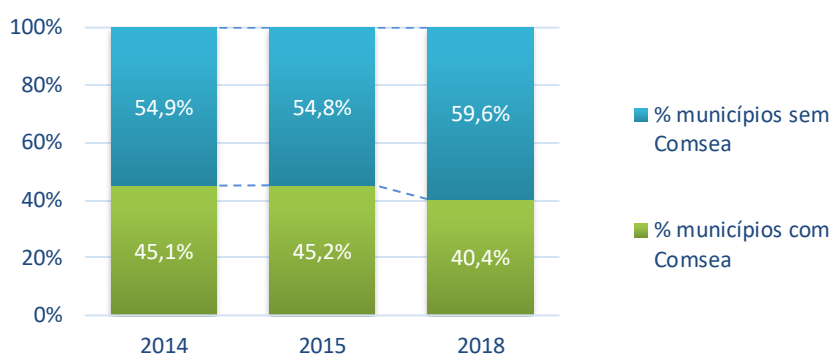
¹³ 3.665 municípios, no total, já participaram em um ou mais edições do MapaSAN

dentre municípios do Sudeste. 10,1% dos municípios do Centro-Oeste também realizaram suas conferências, segundo dados do MapaSAN 2018.

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea)

O Comsea é a instância de participação e controle social do Sisan no âmbito municipal. No MapaSAN 2018 entre os municípios respondentes¹⁴, 40,4% declararam ter institucionalizado o Comsea, o que corresponde a 930 conselhos municipais de SAN mapeados pela pesquisa. Nas edições anteriores este percentual era de 45,1% e 45,2% em 2014 e 2015, respectivamente, entretanto deve-se levar em conta que 876 municípios nunca haviam participado do MapaSAN e responderam à pesquisa de 2018, o que representa cerca de 38% dos respondentes incidindo sobre a proporção de municípios com Comsea mapeados.

Gráfico 29. Percentual de municípios com e sem Comsea nas três edições do MapaSAN



Caso se considere o conjunto de municípios que participaram das três edições da pesquisa à título comparativo, verifica-se uma ampliação de 58% para 64% de 2014 para 2015 e uma leve redução para 61% em 2018, contudo deve-se levar em conta que a quantidade de gestores que não soube responder se o município possui o Comsea em 2018 ampliou-se de 0,7% da edição anterior para 5,8%.

Tabela 7. Evolução da quantidade e do percentual de municípios com Comsea, nas três edições do MapaSAN

MapaSAN	Municípios com Comsea	% municípios comparáveis	% não soube responder
2014	423	58%	1,1%
2015	466	64%	0,8%
2018	444	61%	5,8%

Desde a primeira edição da pesquisa foram coletadas informações de 3.669 municípios brasileiros (vide Tabela 6). Considerado o conjunto de dados mais recentemente coletados para cada um dos municípios que já tenham participado de pelo menos uma edição do MapaSAN, identificou-se 1.371 municípios com Comsea instituído, o que significa 25% dos municípios brasileiros. A maioria, representando 37% do total, está situada na região Nordeste. 29% dos municípios com Comsea estão situados na região Sul, 20% são do Sudeste, 11% do Norte e 3% são municípios da região Centro-Oeste.

Tabela 8. Municípios com Comsea e cobertura por região (dados coletados nas três edições do MapaSAN)

Região	Municípios com Comsea	Municípios da região	Cobertura (%)
NORTE	155	450	34%
NORDESTE	506	1.794	28%

¹⁴ 2.319, dos quais 2.302 responderam à questão sobre existência do Comsea na pesquisa de 2018.

SUDESTE	278	1.668	17%
SUL	392	1.191	33%
CENTRO-OESTE	40	467	9%
	1.371	5.570	25%

Quanto à cobertura, as duas regiões que possuem as maiores proporções de municípios com Comsea são a Norte (34%) e a Sul (33%). A região Nordeste possui 28% dos municípios com Comsea instituído, e o Sudeste, 17%. Já o Centro-Oeste apresenta a menor taxa de cobertura, de 9%.

Caráter decisório do Comsea nos municípios

Os conselhos de políticas públicas podem apresentar um caráter vinculante de suas decisões sobre os temas e áreas em que atuam sobre o poder público. Estas podem ser exclusivamente de caráter deliberativo, tornando-se imperativas de serem implantadas pelo governo. As decisões também podem ser de caráter consultivo ou de assessoramento, visando orientar e apresentar recomendações quanto às ações governamentais no âmbito da Política de SAN e do Sisan, sendo neste caso de adoção opcional por parte do governo e ainda podem apresentar uma combinação das duas funções no âmbito da participação e do controle social. Entre os municípios que possuem Comsea e participaram da última edição da pesquisa, 910 responderam a esta questão, os quais estão distribuídos conforme apresentado a seguir:

Gráfico 30. Distribuição percentual dos municípios com Comsea segundo caráter decisório



Na maioria dos Comseas mapeados pela pesquisa realizada em 2018, em 45% dos casos, as decisões possuem poder vinculante deliberativo e consultivo sobre a atuação da gestão municipal no que se refere às ações de SAN, a depender do assunto, tema ou programa abordado. Em 38% dos Comseas suas decisões são de caráter consultivo e em 12%, deliberativo.

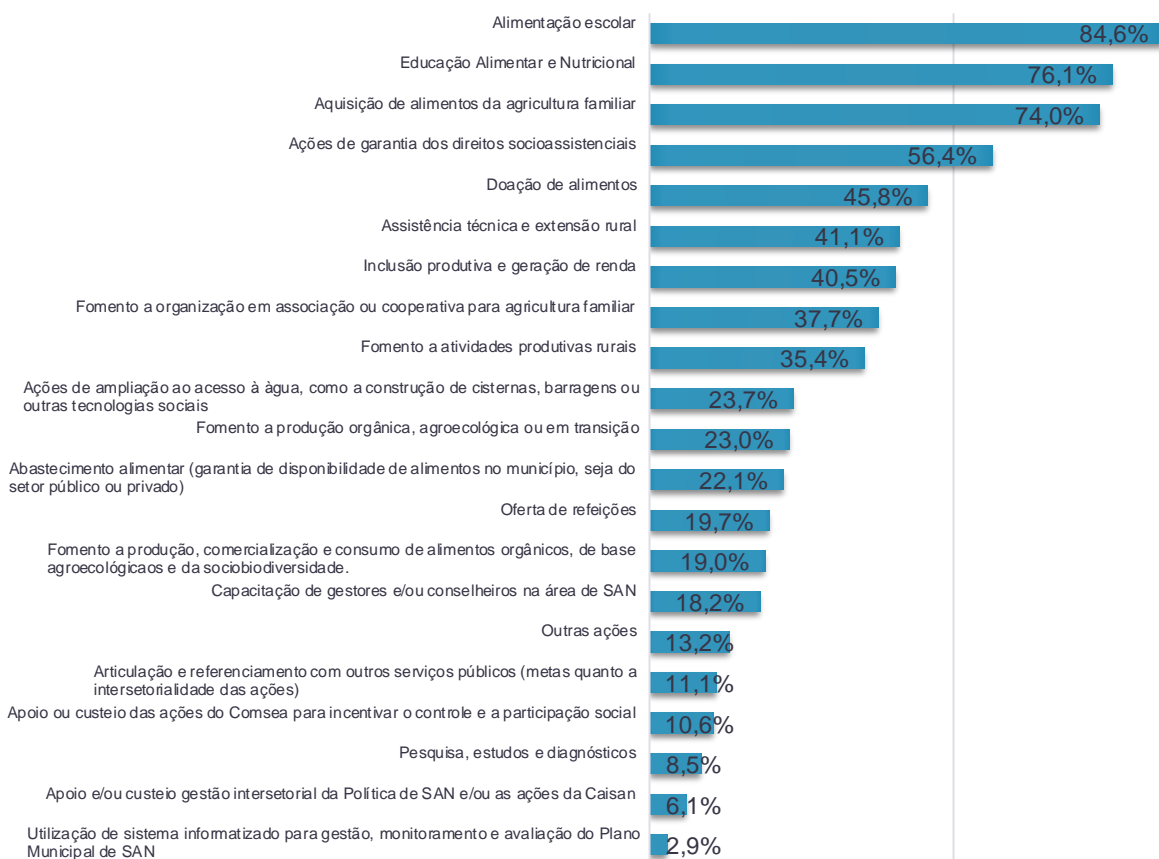
Ações de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios

Um dos eixos do MapaSAN 2018 é a pesquisa sobre as ações de SAN realizadas pelos municípios. Ao mapear as políticas públicas, ações e programas voltados à garantia do direito à alimentação adequada desenvolvidas nos municípios a pesquisa procura identificar como se configura a Política Nacional de SAN nas três esferas de governo.

As ações realizadas, geralmente, dependem das especificidades e dos diferentes níveis de desenvolvimento da política de SAN em cada um dos municípios brasileiros, além destes fatores as características regionais, ambientais, climáticas, além de aspectos administrativos, culturais e socioeconômicos estão relacionados a diferentes configurações e características das ações realizadas pelos municípios, espelhando ou não as ações priorizadas no âmbito Nacional ou estadual.

O gráfico, a seguir, apresenta as ações de SAN realizadas, em percentuais, referentes a 1.829 municípios respondentes que forneceram informações neste quesito da pesquisa:

Gráfico 31. Ações de SAN realizadas pelos municípios, em percentual de municípios respondentes que realizam a ação



Entre as ações de SAN realizadas pelos municípios, conforme os dados do MapaSAN 2018, destacam-se ações de alimentação escolar (realizadas em 84,6% dos municípios respondentes), de educação alimentar e nutricional (76,1%) e ações voltadas à aquisição de alimentos da agricultura familiar (74%). As ações de garantia dos direitos socioassistenciais e de doação de alimentos são realizadas, respectivamente, em 56,4% e 45,8% dos municípios pesquisados.

Financiamento das ações de SAN com recursos municipais

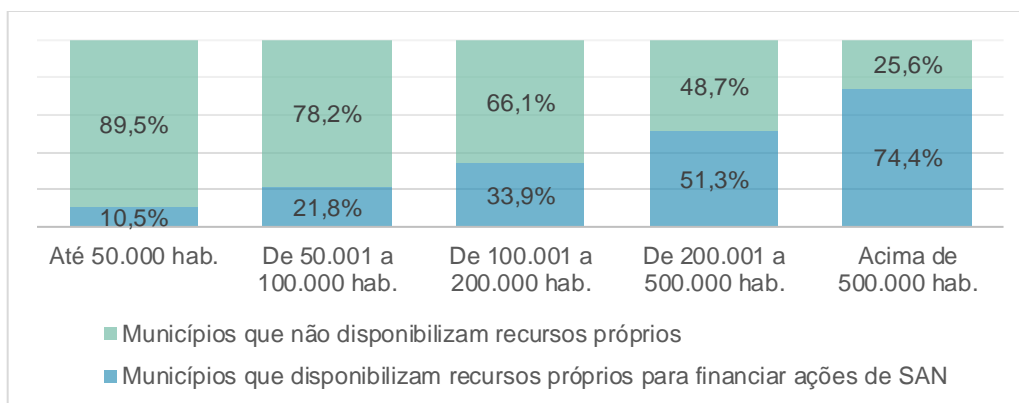
No total foram identificados 342 municípios que disponibilizam recursos próprios para financiar ações de SAN. Este quantitativo representa 15,2% dos municípios com dados válidos¹⁵. Segundo declararam, são 44,9% os municípios que não disponibilizam recursos de fontes próprias para financiar ações de SAN e cerca de 39,9% não soube responder. Em 2015 o percentual de municípios que disponibilizavam recursos de fonte orçamentária própria correspondia a 13,4%.

A maior parcela destes municípios está situada nas regiões Nordeste (30,1%), Sudeste (28,4%) e Sul (27,2%), sendo 9,9% da região Norte e 4,4% do Centro-Oeste. Se consideradas as proporções de municípios que disponibilizam recursos para financiar ações de SAN em relação aos municípios respondentes em cada estado, destacam-se os estados do Rio de Janeiro, com 30,2% dos respondentes cariocas, Ceará, cuja proporção é de 27,2%, Espírito Santo (27%) e Pernambuco (22,2%).

Esta proporção aumenta com o porte populacional dos municípios, correspondendo a 10,5% dos municípios com até 50 mil habitantes e a 74,4% dos municípios acima de 500 mil habitantes, conforme se apresenta no gráfico abaixo:

Gráfico 32. Proporção de municípios que disponibilizam recursos próprios para financiamento das ações de SAN segundo porte populacional

¹⁵ 2.247 municípios responderam esta questão, portanto o percentual refere-se a esta quantidade e municípios.

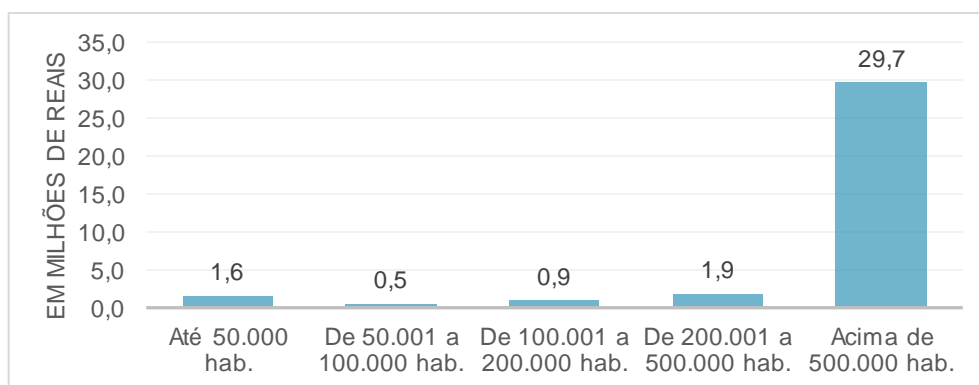


Entre capitais a proporção de municípios com orçamento para ações de SAN corresponde a 95,6%.

Quanto aos valores orçamentários disponibilizados, levando-se em conta o porte populacional dos municípios que disponibilizam recursos próprios para financiamento das ações de SAN, calcula-se, com base nos dados do MapaSAN 2018, que o valor médio do orçamento de municípios com mais de 500 mil habitantes é igual a R\$ 29,7 milhões, sendo em média de R\$ 1,6 milhões em municípios com população de até 50 mil habitantes.

Consultados sobre os valores dos recursos municipais disponibilizados em 2017 e 2018, 210 municípios forneceram esta informação, entretanto foram considerados 194 casos com dados válidos, tendo sido desconsiderados com desvio-padrão muito elevado entre municípios de mesmo porte.

Gráfico 33. Média de recursos próprios disponibilizados por municípios para financiamento das ações de SAN, seguindo porte populacional (em milhões de reais)



A soma dos recursos disponibilizados por tais municípios totalizou R\$ 465,21 milhões, em 2017 e R\$ 546,14 milhões em 2018, o que resulta em uma média de R\$ 2,32 milhões no primeiro ano e de R\$ 2,52 milhões, no segundo¹⁶. O cálculo da média aparada¹⁷ em 5% dos valores nas extremidades resulta em R\$ 698,82 mil para o ano de 2017 e em R\$ 762,89 mil para 2018.

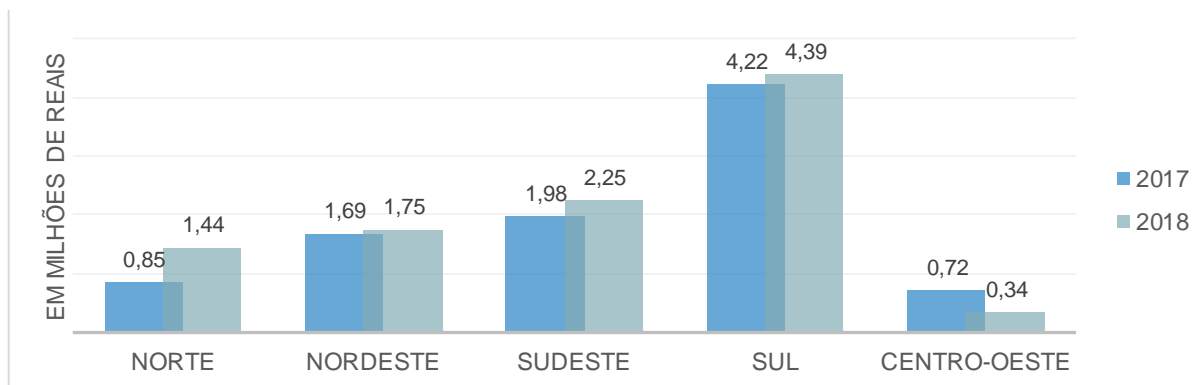
Dada a quantidade estatisticamente baixa de casos que informaram o recurso municipal disponível para financiamento das ações de SAN, as médias podem variar significativamente de acordo região, porte populacional, em capitais ou entre municípios que integram o Sisan.

¹⁶ Os dados desta publicação concernentes a estes valores orçamentários, em termos descritivos, diferem daqueles informados no Sumário Executivo publicado em 2018, pois, após análise detalhada foram desconsiderados dados de um município que estava muito acima da média dos valores apresentados por municípios de mesmo porte para os dois anos. O respondente de um determinado município com menos de 50 mil hab. informou valor superior a R\$ 500 milhões o que foi desconsiderado por apresentar um desvio-padrão bastante elevado, invalidando a informação.

¹⁷ A **média aparada** é calculada excluindo-se uma dada percentagem dos casos válidos (5% dos dados com valores muito altos e 5% muito baixos, por exemplo), resultando em, portanto, em uma **média** mais próxima da realidade dos municípios em razão dos dados apresentados e diminuindo o impacto de possíveis distorções produzidas por valores extremamente baixos e extremamente altos.

Como se observa no Gráfico 34, na comparação dos valores médios dos recursos municipais disponibilizados em cada região¹⁸, verifica-se que os municípios do Sudeste e do Sul apresentam, respectivamente, médias de R\$ 1,98 milhões e R\$ 4,22 milhões para o ano de 2017 e de R\$ 2,25 milhões e R\$ 4,39 milhões para o ano de 2018.

Gráfico 34. Média de recursos municipais disponibilizados para financiamento das ações de SAN em 2017 e 2018 por região (em milhões de reais)



O estado com maior volume de recursos e quantidade de municípios que informaram os valores orçamentários para financiar ações de SAN em 2017 e 2018 foi o Paraná, somando 156,8 milhões de reais em 30 municípios no primeiro ano e 187,4 milhões de reais no segundo.

Entre as capitais a média é de R\$ 20,7 milhões e nos demais municípios, de R\$ 3,5 milhões. Nos municípios que aderiram ao Sisan a média é de R\$ 13,8 milhões e entre aqueles não integrados ao sistema é igual a R\$ 1,4 milhões.

Dos municípios que disponibilizam recursos próprios, levando-se em conta os dados válidos¹⁹, 36,7% incluiu a previsão orçamentária de todas as ações de SAN no Plano Plurianual (PPA), 19,9% incluiu a maioria das ações e 22,6% garantiu a inclusão a minoria das ações no PPA. 16,1% não incluiu nenhuma e 4,7% não soube informar.

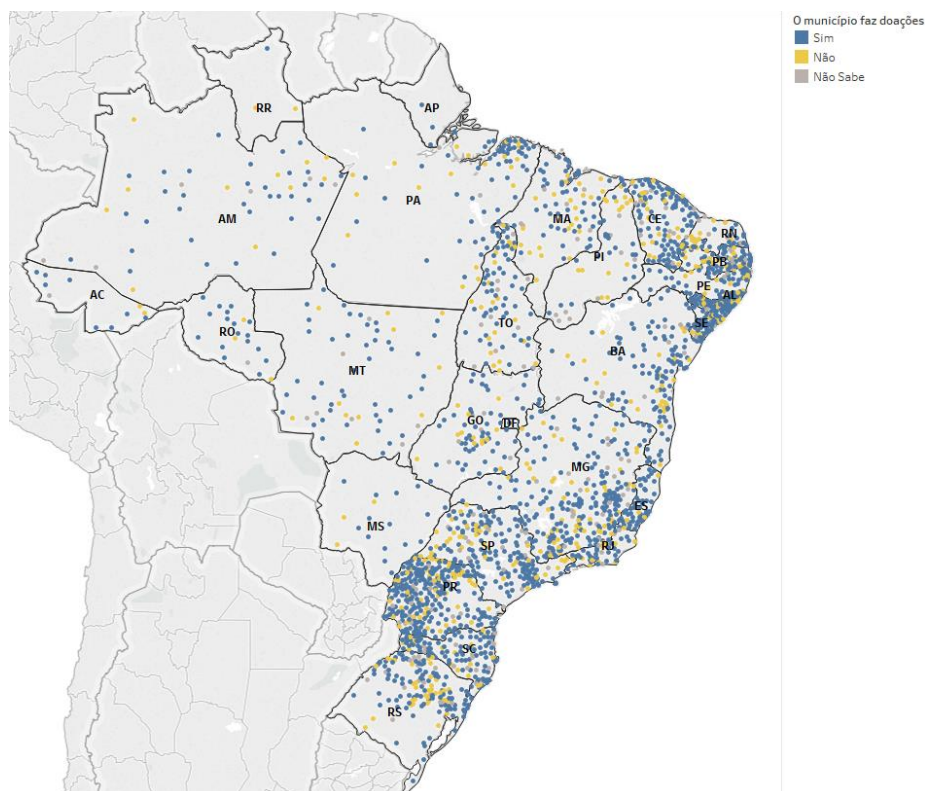
Doações de alimentos e concessão de benefícios de alimentação à população em situação de insegurança alimentar e nutricional

Os municípios realizam doações de alimentos ou concedem benefícios na forma de cestas de alimentos (industrializado, em grão ou in natura) ou ainda oferecem pecúnia diretamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Cartograma 5. Municípios que doam alimentos ou concedem benefícios eventuais na forma de cestas básicas, alimentos in natura ou industrializados ou pecúnia, segundo o MapaSAN 2018.

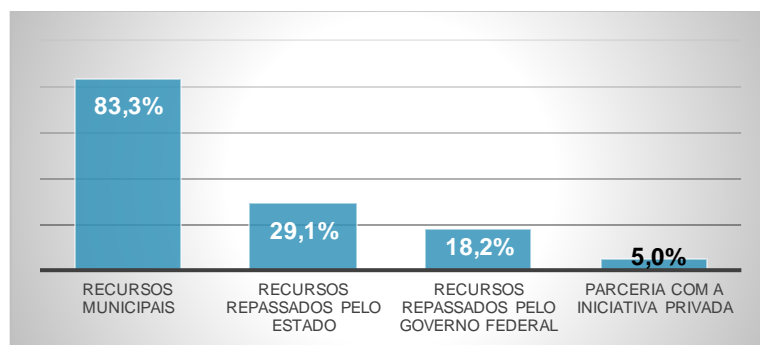
¹⁸ Dados diferem da publicação do Sumário Executivo porque foram desconsiderados casos atípicos com dado invalidados em análise posterior.

¹⁹ No total, 341 de 342 municípios responderam à questão na pesquisa e são, portanto, considerados os dados válidos sobre os quais se calculam os percentuais apresentados.



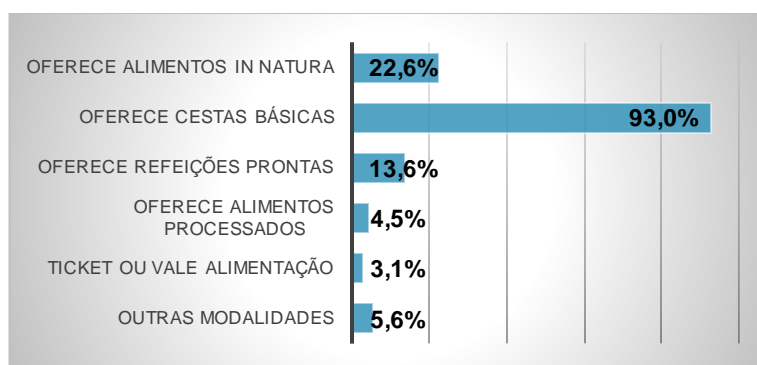
83,3% dos municípios que doa alimentos, que concede benefícios na forma de cestas de alimentos ou que oferece pecúnia diretamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional, obtém os recursos necessários ao financiamento destas ações no orçamento municipal. 29,1% recorrem a fontes de recursos repassados pelo estado e 18,2% de recursos repassados pelo governo federal. 5% também utiliza recursos da iniciativa privada.

Gráfico 35. Fontes de recursos para fornecimento de alimentos, cestas básicas ou pecúnia para pessoas em situação de INSAN



Quanto às modalidades de ações de concessão de alimentos, a maioria dos municípios, 93%, que fornece alimentos o fazem na forma de cestas básicas. 22,6% também entregam alimentos *in natura*, 13,6% fornecem refeições prontas e 4,5% alimentos processados. 3,1% possibilitam o acesso a alimentos na forma de ticket alimentação e 5,6% outras modalidades.

Gráfico 36. Tipos benefícios de concessão de alimentos concedidos pelos municípios



Em 1.205 municípios que esta ação é realizada são beneficiados grupos populacionais específicos como pessoas em situação de rua, famílias ou pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), usuários da rede socioassistencial, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), imigrantes internacionais ou catadores de materiais recicláveis. Esta quantidade de municípios corresponde a 75,7% do total de 1.591 municípios que promovem doações de alimentos.

Dentre as capitais, 94,8% promovem esta ação de SAN. Nos municípios com até 50 mil hab. os municípios que fornecem alimentos para pessoas ou famílias em situação de INSAN representa 68,7% do total de respondentes de mesmo porte. Já entre aqueles com população de 200 mil até 500 mil hab. esta proporção atinge 91% dos municípios.

Os grupos sociais específicos beneficiados com alimentos, cestas básicas ou *in natura*, em 89,8% dos municípios, são usuários da rede socioassistencial, como demonstrado na tabela seguir:

Tabela 9. Grupos sociais beneficiados com doações de alimentos ou concessão de benefício alimentação nos municípios

Grupos Sociais Beneficiados com Doação de Alimentos ou concessão de benefícios Alimentação	Respostas		% de municípios
	Quantidade de Municípios	% Respostas	
Pessoas em situação de rua	350	11,5%	29,1%
Famílias ou pessoas em situação de INSAN	629	20,8%	52,2%
Usuários da rede socioassistencial direta (Proteção Social Básica e/ou Especial)	1.081	35,7%	89,8%
Usuários da rede socioassistencial indireta (em entidades conveniadas)	300	9,9%	24,9%
Povos e Comunidades Tradicionais	173	5,7%	14,4%
Imigrantes internacionais	41	1,4%	3,4%
Catadores de materiais recicláveis	208	6,9%	17,3%
Outros segmentos populacionais específicos	230	7,6%	19,1%
Não sabe	19	,6%	1,6%
Total (cada município pode marcar mais de uma opção)	3.031	100,0%	

Dentre os municípios que beneficiam PCT com doação de alimentos ou concessão de benefício alimentação, o segmento mais atendido são os quilombolas, em 47,4% dos casos (82 municípios de 173). Povos indígenas recebem alimentos em 38,7% dos municípios, Ribeirinhos são atendidos em 27,2% dos municípios e Pescadores artesanais em 20,8%.

Tabela 10. Quantidade de percentuais de municípios que atendem PCT por segmento, com doação de alimentos ou concessão de benefícios alimentação

Segmento de PCT	% de mun. que doa alimentos à PCT	% de mun. que doam alimentos a grupos populacionais específicos	% de municípios que doam alimentos	% de municípios que concedem benefícios de acesso alimentar	% de municípios respondentes do MapaSAN 2018
Quilombolas	82	47,4%	6,8%	5,2%	3,5%
Povos Indígenas	67	38,7%	5,6%	4,2%	2,9%
Ribeirinhos	47	27,2%	3,9%	3,0%	2,0%
Pescadores Artesanais	36	20,8%	3,0%	2,3%	1,6%
Povos Ciganos	29	16,8%	2,4%	1,8%	1,3%
Outros segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais	29	16,8%	2,4%	1,8%	1,3%
Povos e Comunidades de Terreiro ou Matriz africana	23	13,3%	1,9%	1,4%	1,0%
Extrativistas	15	8,7%	1,2%	0,9%	0,6%
Vazanteiros	6	3,5%	0,5%	0,4%	0,3%
Caatingueiro	5	2,9%	0,4%	0,3%	0,2%
Caboclos	5	2,9%	0,4%	0,3%	0,2%
Quebradeiras de Coco Babaçu	5	2,9%	0,4%	0,3%	0,2%
Extrativistas marinhos e costeiros	4	2,3%	0,3%	0,3%	0,2%
Benzedeiros	3	1,7%	0,2%	0,2%	0,1%
Caiçaras	3	1,7%	0,2%	0,2%	0,1%
Catadoras de Mangaba	2	1,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Faxinalenses	2	1,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Fundo e Fecho de Pasto	2	1,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Ilheus	2	1,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Geraizeiros	1	0,6%	0,1%	0,1%	0,0%
Pomeranos	1	0,6%	0,1%	0,1%	0,0%

Ressalte-se que apesar dos percentuais estes referem-se ao universo pouco expressivo de municípios que doam alimentos à PCT, ou seja, referem-se a 173 municípios em um universo de 1.205, o que corresponde a 14,4%. Se calculados sobre o total de municípios que doam alimentos estes percentuais são bastante inexpressivos, considerando a situação de INSAN de determinados grupos sociais, especialmente de PCT, como indicado no último Mapa de INSAN do realizado pelo Ministério da Cidadania.

Agricultura Urbana

Em 2018, foi instituído, no âmbito do então Ministério do Desenvolvimento Social, o Programa Nacional de Agricultura Urbana com vistas a estimular à produção agroecológica de alimentos nas cidades, aproveitando as áreas ociosas urbanas e periurbanas para promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização de alimentos saudáveis.

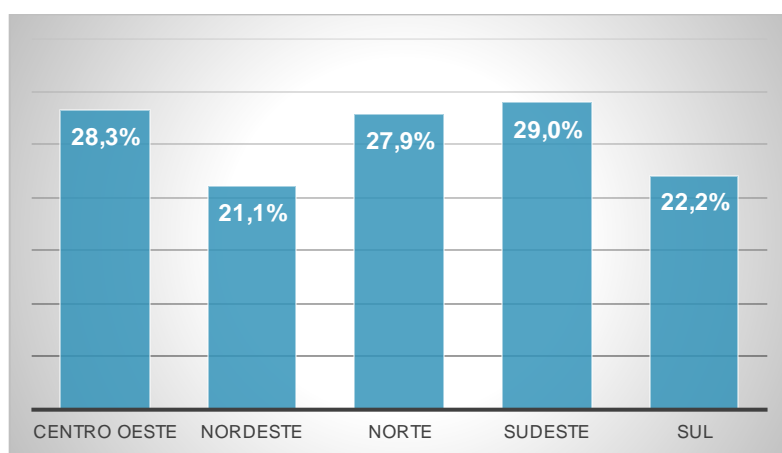
Os principais objetivos do Programa consistem em:

- estimular a produção agroecológica de alimentos nas cidades
- potencializar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional
- contribuir para a inclusão social de moradores urbanos
- promover a utilização de tecnologias agroecológicas
- estimular o convívio social e as atividades culturais relacionados com a produção agrícola
- estimular hábitos saudáveis de alimentação
- implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino

As prioridades para atuação do Ministério são: local onde há número significativo de pobreza e insegurança alimentar; locais prioritários para ação governamental; alta concentração populacional; e, locais onde já existem iniciativas e há interesse dos governos.

No MapaSAN 2018, 551 municípios informaram que apoiam práticas de agricultura urbana, ou seja 24,6% do total²⁰ que responderam esta questão. O maior número de municípios que disseram realizar esta ação está localizado na região Sudeste, 165 municípios (29%), seguido das regiões Nordeste (150 municípios, 27,2%), Sul (121 município, 22%), Norte (72 municípios, 13,1%) e Centro-Oeste (43 municípios, 7,8%). Como pode ser visto no Gráfico abaixo, a região Sudeste (29,0%) também se destaca com a maior porcentagem de municípios que apoiam práticas de agricultura urbana, considerando o total de municípios respondentes na sua região, seguido do Centro-Oeste (28,3%) e Norte (27,9%).

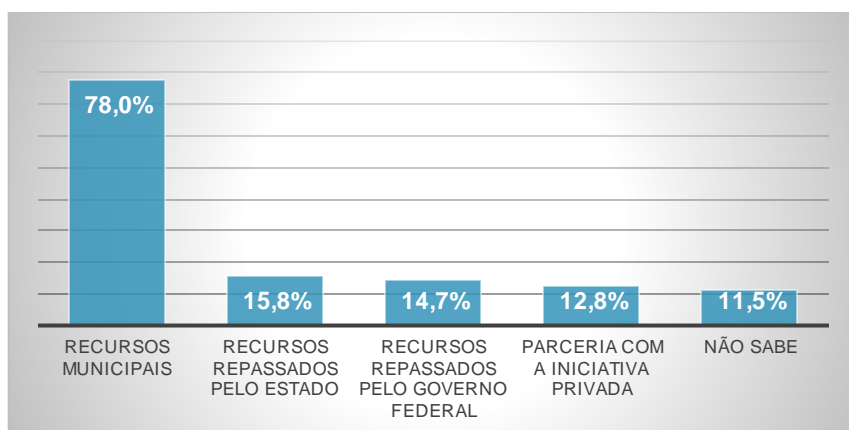
Gráfico 37. Porcentagem de municípios que apoiam práticas agricultura urbana, considerando o total de municípios respondentes por Região



78,0% dos municípios que apoiam práticas de agricultura urbana, obtém os recursos necessários ao financiamento destas ações no orçamento municipal. 15,8% recorrem a fontes de recursos repassados pelo estado e 14,7% de recursos repassados pelo governo federal. 12,8% também utiliza recursos da iniciativa privada. 11,5% não souberam responder

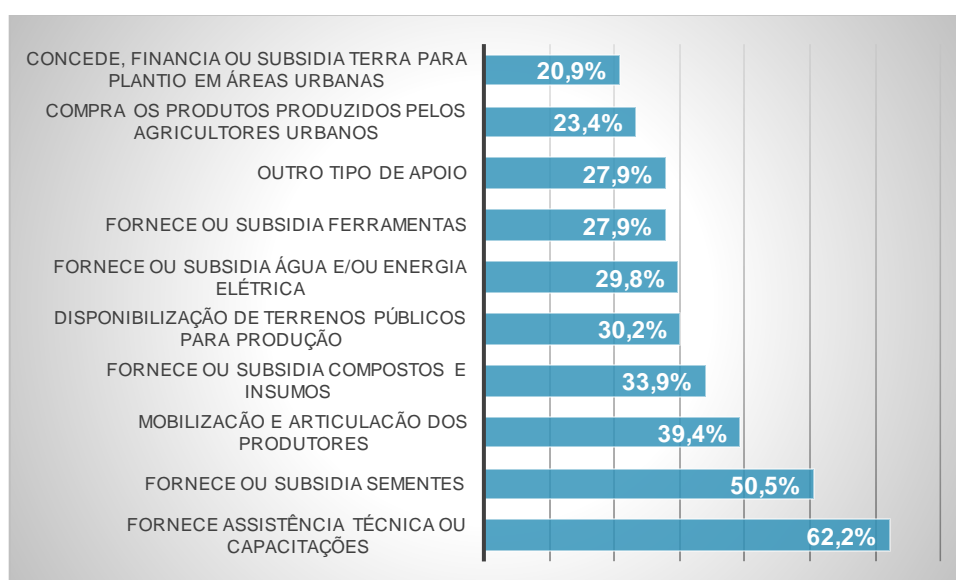
²⁰ Ao total foram 2235 municípios que responderam esta questão, sendo que 799 (35,7%) não souberam informar se existia ações de apoio às práticas de agricultura urbana no município.

Gráfico 38. Fontes de recursos para apoiar práticas de agricultura urbana nos municípios



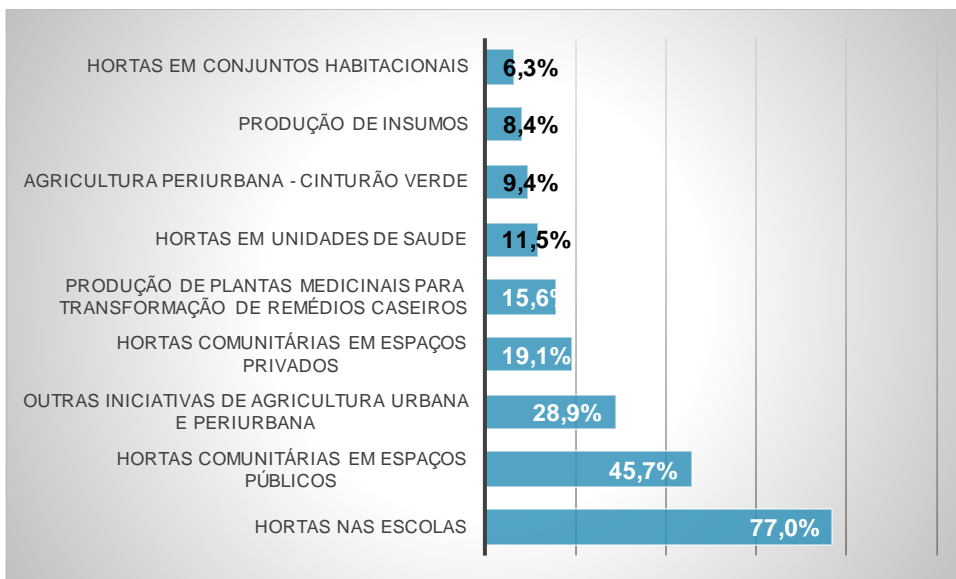
Quanto às formas de apoio às práticas de agricultura urbana, a maioria dos municípios, 62,2% do total fornece assistência técnica ou capacitações; 50,5% do total também fornece ou subsidia sementes; 39,4% faz mobilização e articulação dos produtores; 33,9% do total fornece ou subsidia compostos e insumos; 30,2% disponibiliza terrenos públicos para produção e; 29,8% fornece ou subsidia água e/ou energia elétrica.

Gráfico 39. Formas de apoio às práticas de agricultura urbana concedidos pelos municípios



Quanto aos tipos de práticas de agricultura urbana, prevalece a presença das Hortas nas Escolas com 77,7%; seguido por 45,7% também de Hortas comunitárias em espaços públicos; 28,9% de outras iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana apoiadas nos municípios; 19,1% Hortas comunitárias em espaços privados e; 15,6% produção de plantas medicinais para transformação de remédios caseiros.

Gráfico 40. Tipos de práticas de agricultura urbana encontradas nos municípios



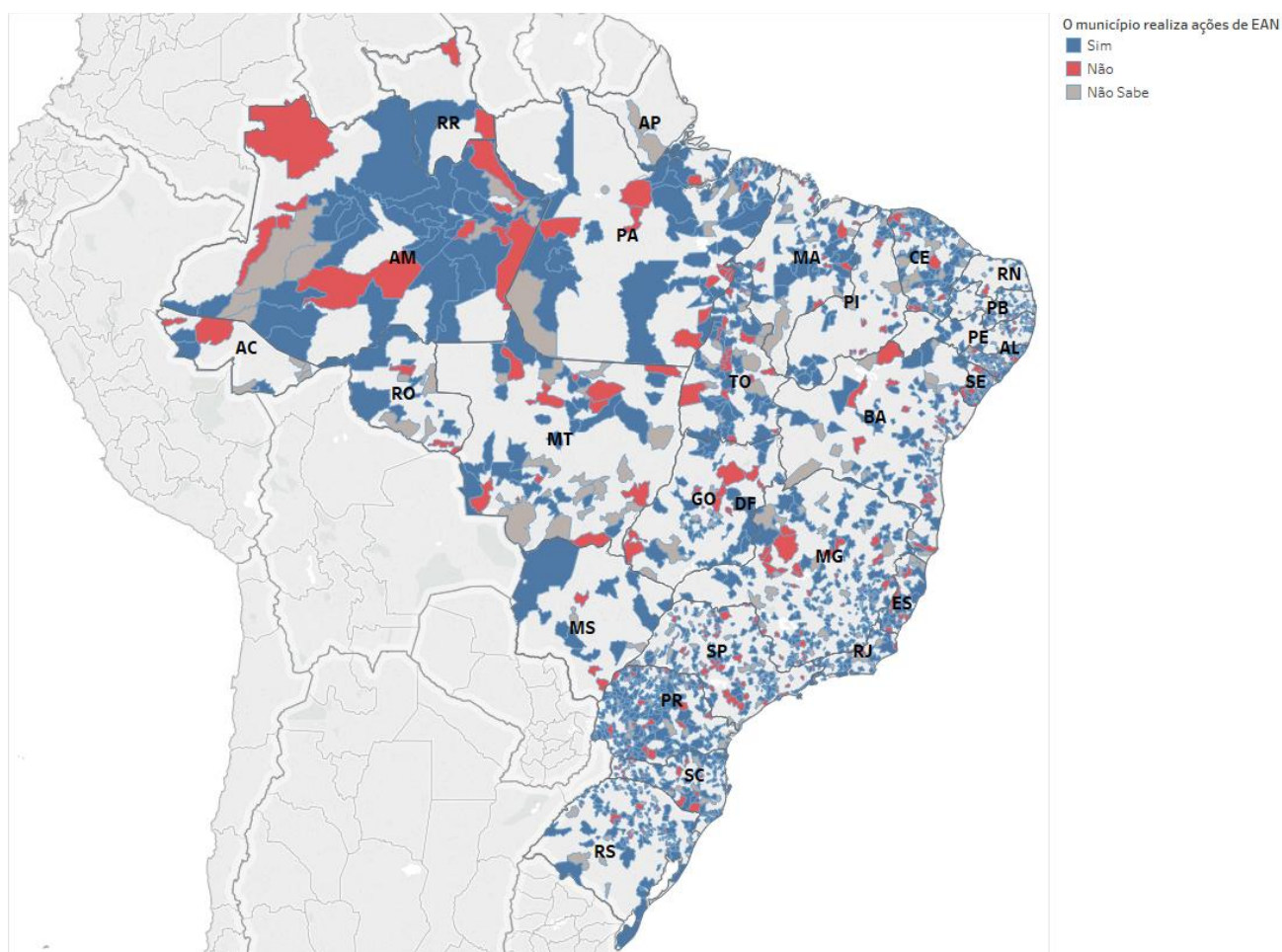
Educação Alimentar e Nutricional

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde e tem sido considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais. É um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.

Um avanço balizador das ações de EAN no âmbito das Políticas Públicas no Brasil foi a elaboração, em 2012, do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional, liderada pelo Ministério da Cidadania por meio da Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional (CGEAN). Fruto de uma construção intersetorial e participativa, de cidadãos, profissionais, gestores, representantes da sociedade civil, professores e especialistas, o documento estabeleceu conceito, princípios e campos de prática para as ações de EAN²¹.

As ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são realizadas por 66,0% dos municípios respondentes, considerados dados válidos²². No total são 1.484 municípios respondentes da pesquisa que promovem ações de EAN junto à população, o que representa 26,6% dos municípios brasileiros.

Cartograma 6. Municípios que realizam ações de EAN

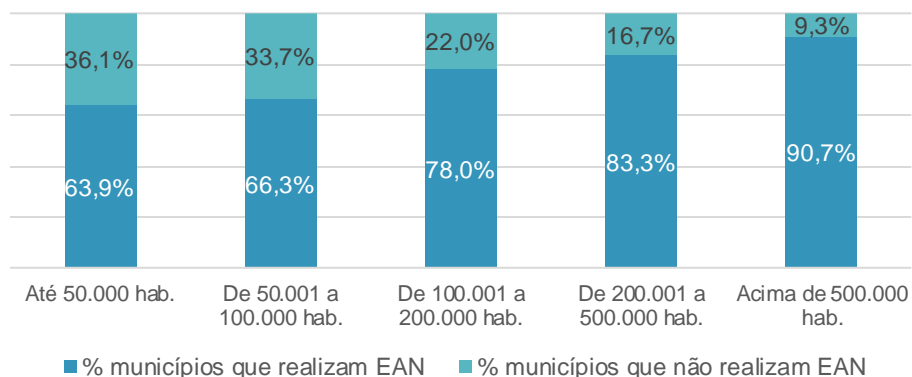


²¹ Para conhecer o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional, entrar no link: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marco_EAN.pdf

²² 2.248 municípios responderam esta questão.

A proporção de municípios que realizam EAN tende a aumentar com o porte populacional, se considerada a classificação do Sisan. Observe-se enquanto a proporção de municípios que realizam esta ação de SAN é de 63,9% em municípios com até 50 mil hab., este percentual é de 90,7% dos municípios com mais de 500 mil hab. Entre as capitais a cobertura é de 92% e nos municípios do interior, 65,7%.

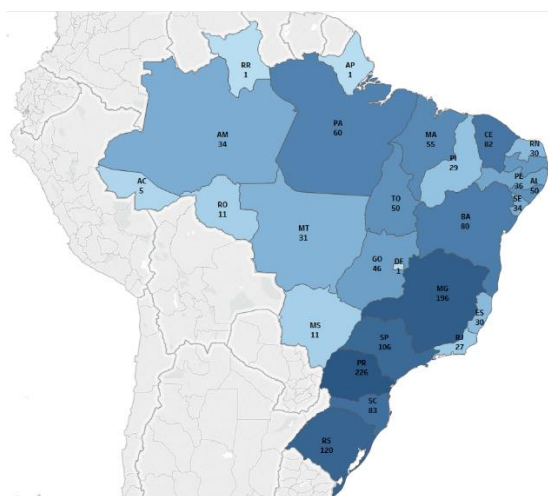
Gráfico 41. Proporção de municípios que realizam EAN, segundo porte populacional.



Uma diferença significativa entre as proporções se verifica quando são cruzados dados de municípios que realizam EAN e estejam integrados ao Sisan: entre municípios que ainda não aderiram ao Sisan a cobertura é de 63,7%, entre aqueles que já formalizaram a adesão, a proporção é maior, de 83%.

Os estados com maior quantidade de municípios que realizam ações de EAN são, em ordem decrescente, PR (226 municípios), MG (196), RS (120), SP (106) e CE (82). O cartograma abaixo apresenta a quantidade de municípios que realiza EAN em cada UF:

Cartograma 7. Quantidade de municípios que realizam ações de EAN por UF



Financiamento das ações de EAN

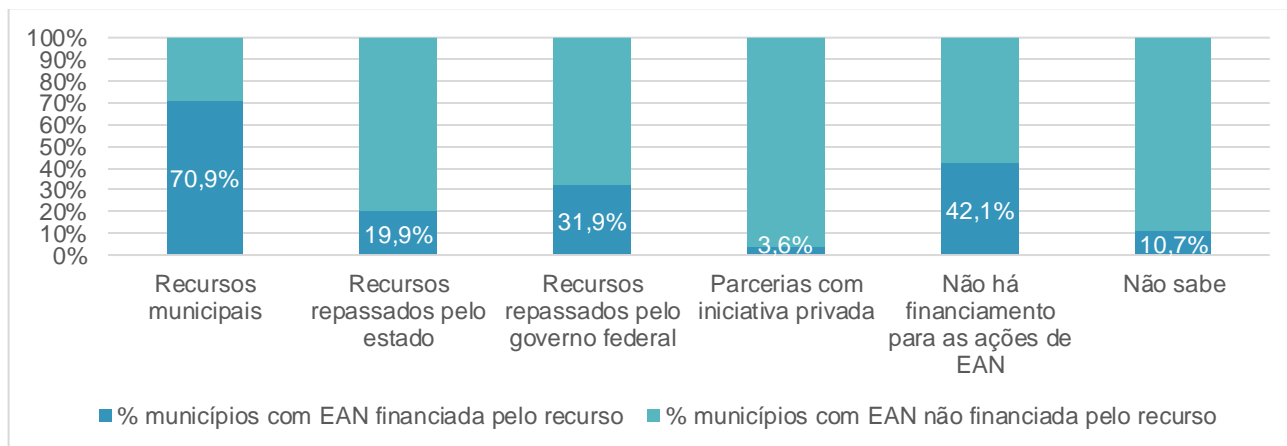
Os municípios podem utilizar simultaneamente uma ou mais fontes de financiamento para viabilizar as ações de EAN, podendo, assim, selecionar múltiplas fontes ao responder a pesquisa.

O financiamento das ações de EAN com recursos próprios ocorrem em 72% dos municípios que promovem este tipo de ação de SAN. Em 33,6% dos municípios são utilizados, exclusivamente ou em conjugação com outras fontes, recursos de fontes do Governo federal, sendo que 9,3% utilizam-se de fontes de financiamento de origem estadual.

Os recursos municipais para o desenvolvimento das ações de EAN foram previstos no Plano Plurianual Municipal (PPA) de 41,4% dos municípios²³, sendo que este percentual é composto de 19,2% dos municípios que incluíram a totalidade dos recursos necessários para realizar as ações de EAN mais 22,2% de municípios que incluíram parte do orçamento. 13,9% não prevê EAN no PPA. 5,6% não dispõe de recursos municipais para financiar as ações de EAN e 39,1% não soube responder.

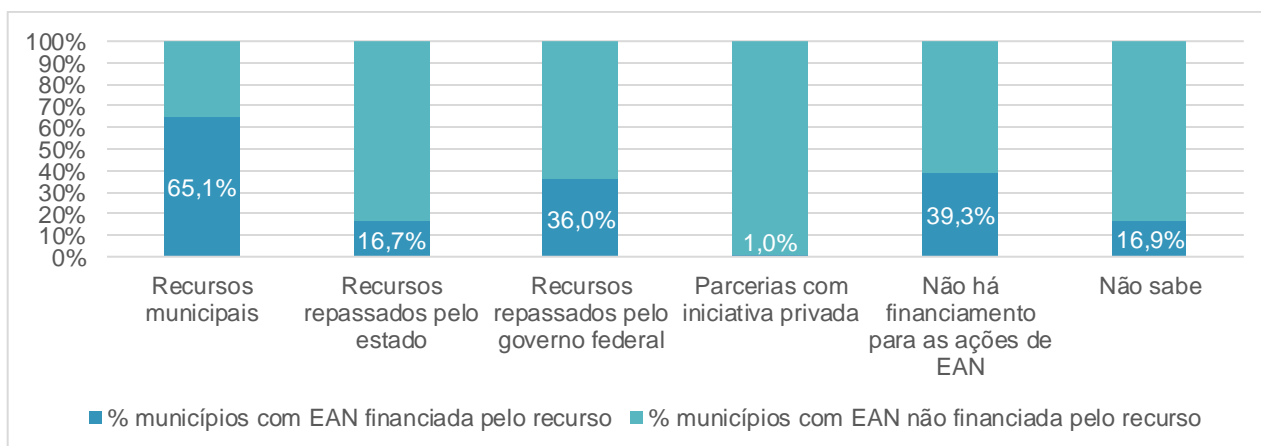
No âmbito da assistência social as ações de EAN são financiadas em 70,9% dos casos com recursos próprios, 19,9% com recursos repassados pelo governo estadual e 31,9% do governo federal.

Gráfico 42. Fontes de financiamento das ações de EAN realizadas pelos municípios na Assistência Social.



Já na área da saúde são financiadas com recursos próprios em 65,1% dos municípios, em 36% são utilizadas fontes de recursos federais e em 16,7% de recursos estaduais.

Gráfico 43. Fontes de financiamento das ações de EAN realizadas pelos municípios na Saúde



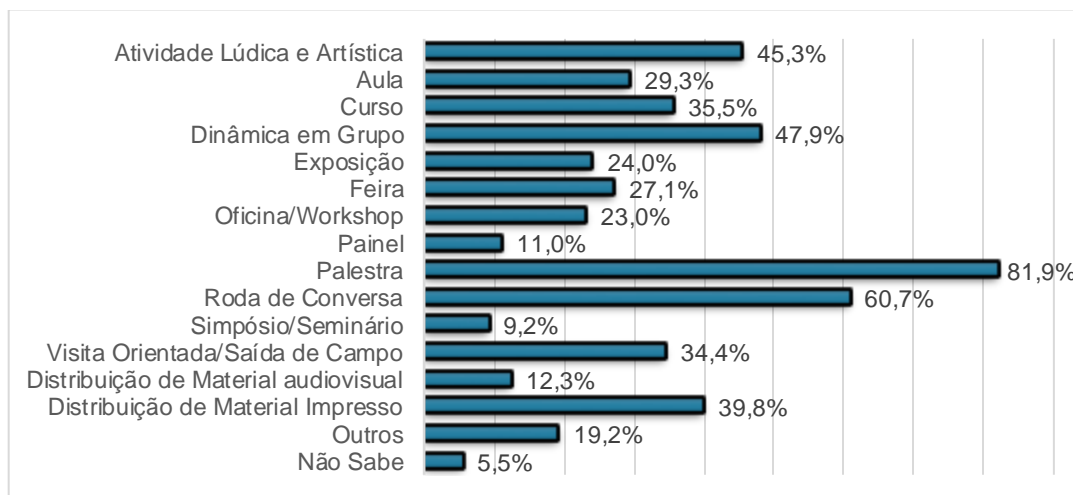
Na esfera da educação 68% dos municípios utilizam recursos municipais para financiar ações de EAN, sendo este percentual é igual a 38,6% quando se trata de municípios que recorrem a fontes de financiamento do governo federal e 14,8% utilizam fontes estaduais.

²³ 1.455 municípios responderam a esta questão da pesquisa.

Formatos das atividades de EAN

Em 81,9% de 1.467 municípios que realizam EAN o formato adotado para as atividades é a palestra. 60,7% adotam rodas de conversa, 45,3% utilizam formatos lúdicos e artísticos para as atividades e 47,9%, dinâmica de grupo. 39,8% dos municípios distribuem material impresso como formato de EAN, 35,5% realizam cursos e 34,4% visitas orientadas e atividades de campo. 29,3% dos municípios dão aulas específicas sobre EAN e 24% realizam exposições.

Gráfico 44. Formatos de atividades de EAN, em percentual de municípios que realizam EAN



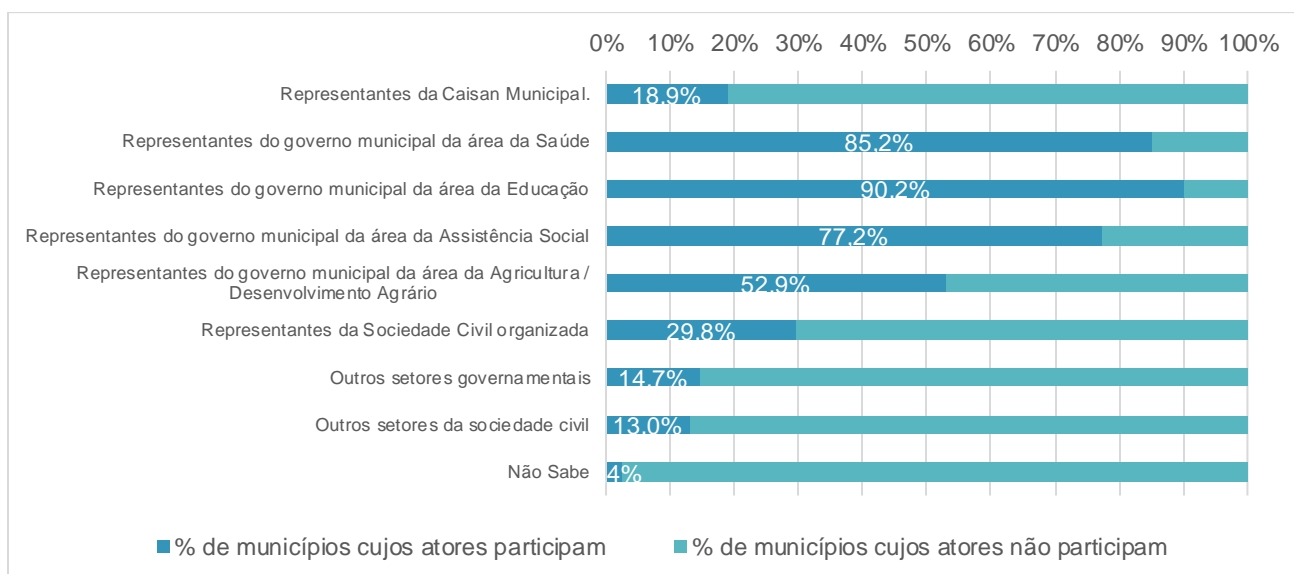
Intersetorialidade na definição das ações de EAN nos municípios

Em 951 municípios, que correspondem a 64,5% daqueles que realizam ações de EAN²⁴, estas são **concebidas** em articulação com diversos setores governamentais, de maneira intersectorial.

Diversos e variados atores sociais governamentais e da sociedade civil podem participar da definição das ações de EAN em conjunto com a gestão municipal. Ao serem consultados sobre esta questão, 951 municípios forneceram esta informação na pesquisa.

Verifica-se no gráfico, a seguir, que a maioria dos municípios, 90,2%, conta com a participação de representantes governamentais do setor de educação, 85,2% com representantes governamentais da saúde e 77,2% da Assistência Social. Representantes da área da agricultura ou do desenvolvimento agrário participam da definição das definições das ações de EAN em 52,9% dos municípios e representantes da sociedade civil, em 29,8% dos casos. A Caisan participa da definição das ações de EAN em 18,9% dos municípios.

Gráfico 45. Atores sociais envolvidos na definição das ações de EAN



Intersetorialidade no planejamento, execução e monitoramento das ações de EAN

Em 67,6% dos municípios²⁵ que concebem intersectorialmente as ações de EAN, estas são **planejadas ou executadas ou monitoradas** de maneira intersectorial.

Considerados os dados válidos²⁶, 95,1% dos municípios contam com a participação da Saúde no planejamento das ações de EAN, seguida da área de Educação que participa no planejamento da EAN em 82,4% dos municípios. O setor responsável pela agricultura ou desenvolvimento agrário participa do planejamento das ações de EAN em 54,7% dos municípios, o da área de trabalho, em 5,1% e o de abastecimento e, 6,2% dos casos.

A iniciativa privada participa do planejamento, da execução ou do monitoramento das ações de EAN em 10% dos municípios que articulam diversos setores e atores nestas etapas.

As Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos participam das ações de EAN 64,8% dos municípios. As ONGs integrantes do Consea participam das ações de EAN em 61,6% dos municípios e as organizações do Sistema S (SESI, SENAC, SENAI, etc.) em 10,8%.

²⁴ 1.477 municípios que realizam EAN informaram sobre a concepção intersectorial destas ações no município e 951 das que realizam, informaram concepção intersectorial.

²⁵ Este percentual corresponde a 643 de 951 municípios que responderam a esta pergunta na pesquisa.

²⁶ 609 municípios responderam a esta questão da pesquisa

No que se refere ao planejamento das ações de EAN, dos 951 municípios que o realizam intersetorialmente, envolvem a assistência social em 80,4% dos municípios, a educação e a saúde em 95,8% e 90,8% dos municípios, respectivamente.

Consideradas separadamente as diferentes etapas de a) planejamento, b) execução e c) monitoramento dos 643 municípios que afirmaram realizar estes processos intersetorialmente, verifica-se que o **planejamento é exclusivamente** realizado, de maneira intersetorial, por 56,9% (366 municípios), a **execução é exclusivamente** realizada, de maneira intersetorial, em 70,6% (454 municípios) e o **monitoramento é exclusivamente** realizado de maneira intersetorial em 28,8% dos municípios (185).

O percentual de municípios que planejam, executam e monitoram, consideradas as etapas separadamente a partir de uma perspectiva intersetorial as ações de EAN nos municípios, são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 11. Quantidade e percentual de respostas e casos (municípios) que realizam planejamento, execução e monitoramento intersetorial das ações de EAN

Etapas em que as ações de EAN são realizadas de maneira intersetorial	Respostas		Porcentagem de casos
	N	Porcentagem	
O planejamento é realizado intersetorialmente	366	35,6%	56,9%
A ações de EAN são executadas de maneira intersetorial	454	44,2%	70,6%
O monitoramento das ações de EAN é realizado de maneira intersetorial	185	18,0%	28,8%
Não sabe	22	2,1%	3,4%
Total	1.027	100,0%	159,7%

Ao cruzar os dados daqueles municípios que (a) planejam, b) executam e c) monitoram as ações de EAN, obtém-se 4 combinações possíveis de municípios que:

1) **Planejam e Executam** intersetorialmente:

Na primeira situação dos municípios que **Planejam E Executam** intersetorialmente as ações de EAN encontram-se 227 municípios, o que representa 35% dos municípios que realizam uma ou mais destas etapas de maneira intersetorial e 38% dos municípios que realizam ações de EAN.

2) **Planejam e Monitoram** intersetorialmente:

Nesta situação estão 144 municípios que **Planejam E Monitoram** intersetorialmente as ações de EAN. Isto representa 22% dos municípios que realizam uma ou mais destas etapas de maneira intersetorial e 15% dos municípios que realizam ações de EAN.

3) **Executam e Monitoram** intersetorialmente:

Estes casos totalizam 148 municípios que **Executam E Monitoram** intersetorialmente as ações de EAN, o que significa 23% dos municípios que realizam uma ou mais destas etapas de maneira intersetorial e 16% dos municípios que realizam ações de EAN.

4) **Planejam, Executam e Monitoram** intersetorialmente:

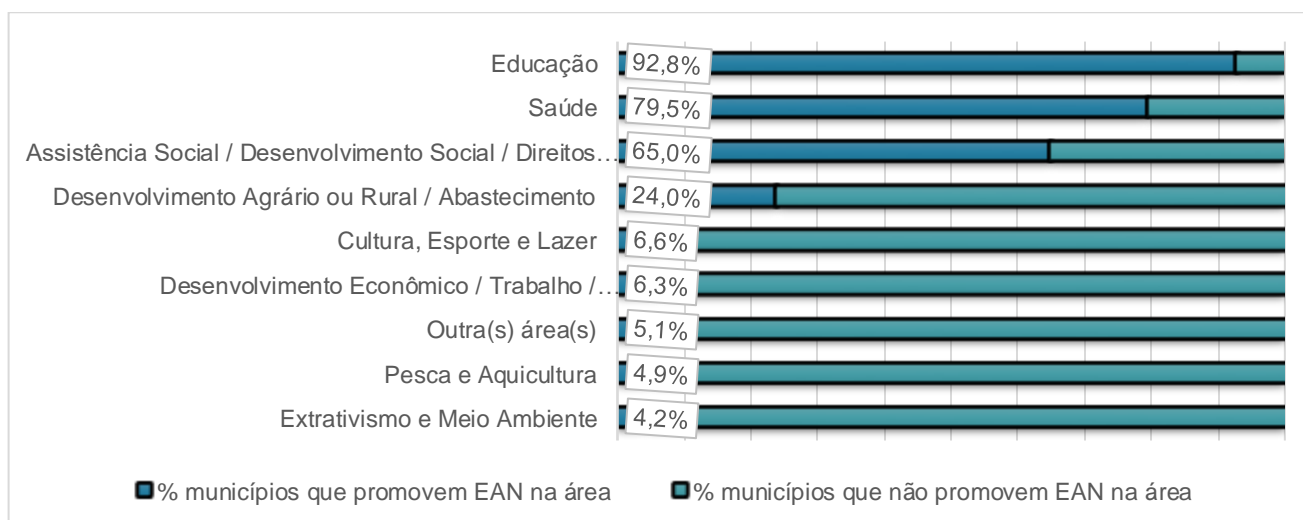
Por fim, são 135 os municípios que **Planejam E Executam E Monitoram** intersetorialmente as ações de EAN, correspondendo a 21% dos municípios que realizam uma ou mais destas etapas de maneira intersetorial e 14% dos municípios que realizam ações de EAN.

Áreas de políticas públicas em que as ações de EAN são realizadas nos municípios

Educação Alimentar e Nutricional constitui especificamente uma ação de Educação em 92,8% dos municípios que realizam este tipo de ação (1.373 de 1.480). Já na área da saúde a EAN é realizada em

79,5% dos municípios, sendo que em 65% a EAN é promovida no contexto da Política de Assistência Social. Estas três áreas, portanto, são as principais áreas de políticas públicas nas quais se desenvolvem ações de EAN, conforme os dados coletados no MapaSAN 2018.

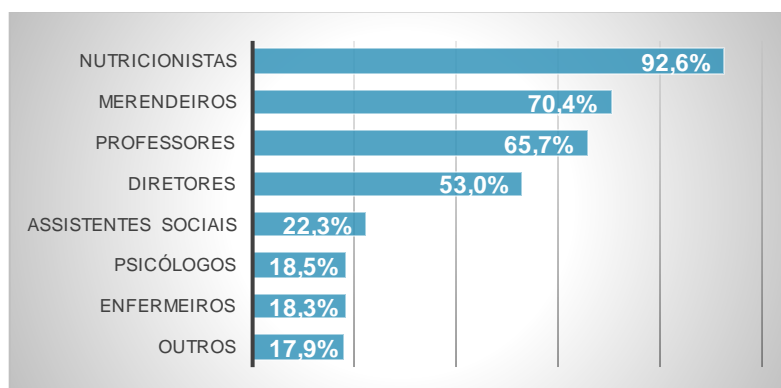
Gráfico 46. Percentual de municípios que promovem EAN no contexto das respectivas áreas de políticas públicas



EAN no ambiente escolar

De 1.476 municípios que realizam EAN, 86,3% realiza ações no ambiente escolar com a participação de diferentes categorias profissionais:

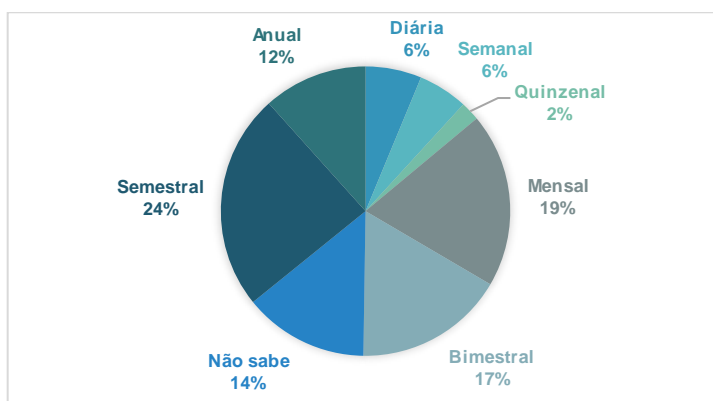
Gráfico 47. Profissionais que participam das ações de EAN no ambiente escolar



No ambiente escolar, nutricionistas constituem profissionais que atuam nas ações de EAN em 92,6% dos municípios, considerando 1.266 respondentes para esta questão. Merendeiras participam em 70,4% dos municípios, Professores participam em 65,7% dos casos e Diretores das escolas, em 53%.

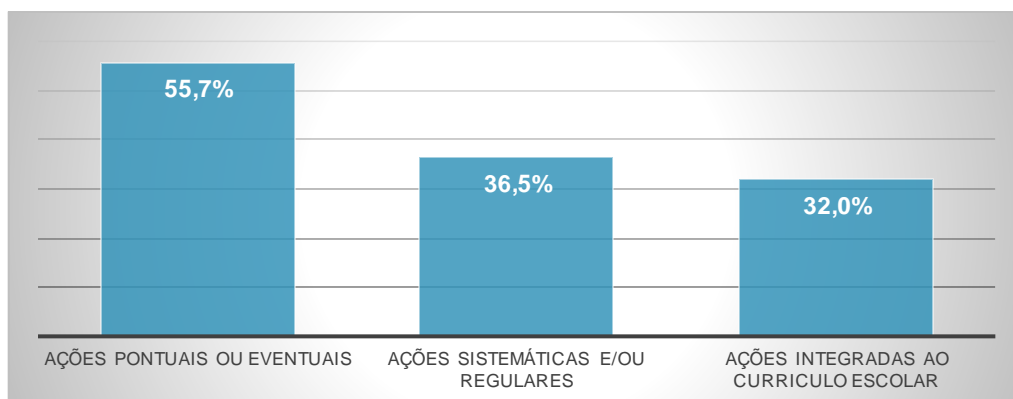
Em termos de frequência das ações de EAN no ambiente escolar, a pesquisa mostrou que 24% dos municípios (305 de 1.262 que realizam EAN nas escolas) o fazem semestralmente, 19% dos municípios tem frequência mensal, 17% bimestral e 12% anual.

Gráfico 48. Distribuição percentual de municípios, segundo a periodicidade destas ações de EAN no ambiente escolar



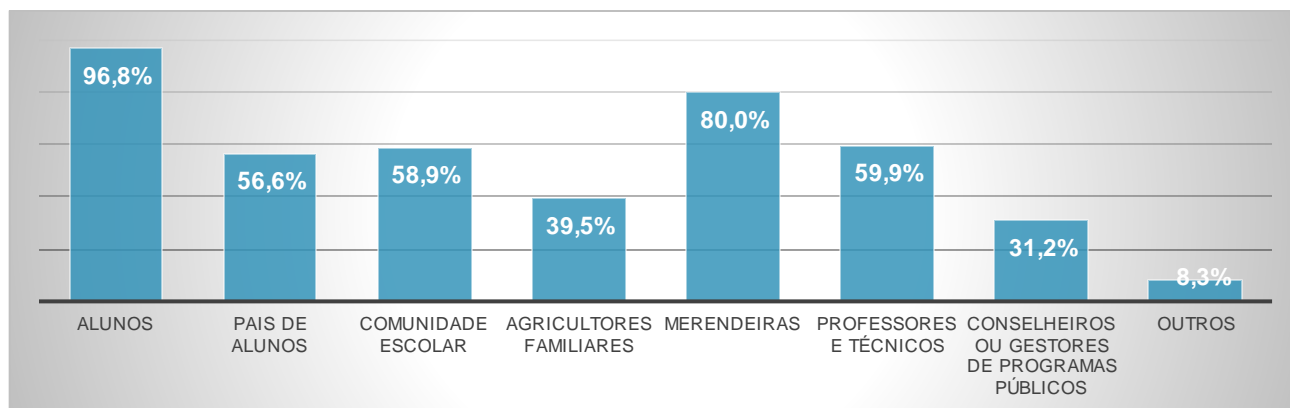
No que diz respeito à sistematicidade e integralidade das ações de EAN nas escolas, em 55,7% dos municípios as ações de EAN realizadas no ambiente escolar são ações pontuais ou eventuais, em 36,5% dos municípios as ações são sistemáticas e/ou regulares e em 32% são ações integradas ao currículo escolar.

Gráfico 49. Caracterização das ações de EAN realizadas no ambiente escolar, em percentual de municípios



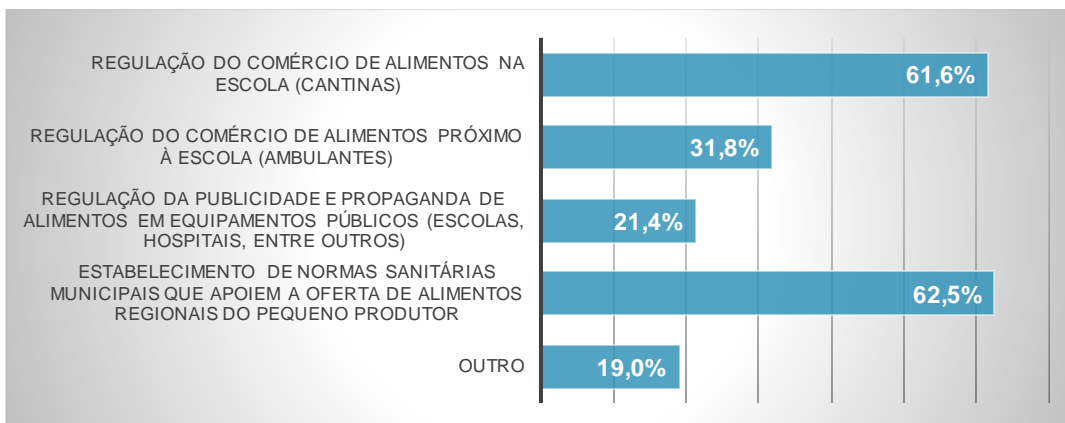
Os grupos beneficiados pelas ações de EAN no ambiente escolar na maioria dos municípios que promovem EAN nas escolas são claramente os alunos em 96,8% dos municípios. Merendeiras são beneficiárias de EAN em 80% dos municípios, Professores são beneficiados em 59,9% dos casos e a comunidade escolar com um todo, em 56,6%.

Gráfico 50. Grupos beneficiados pelas ações de EAN no ambiente escolar, em % de municípios



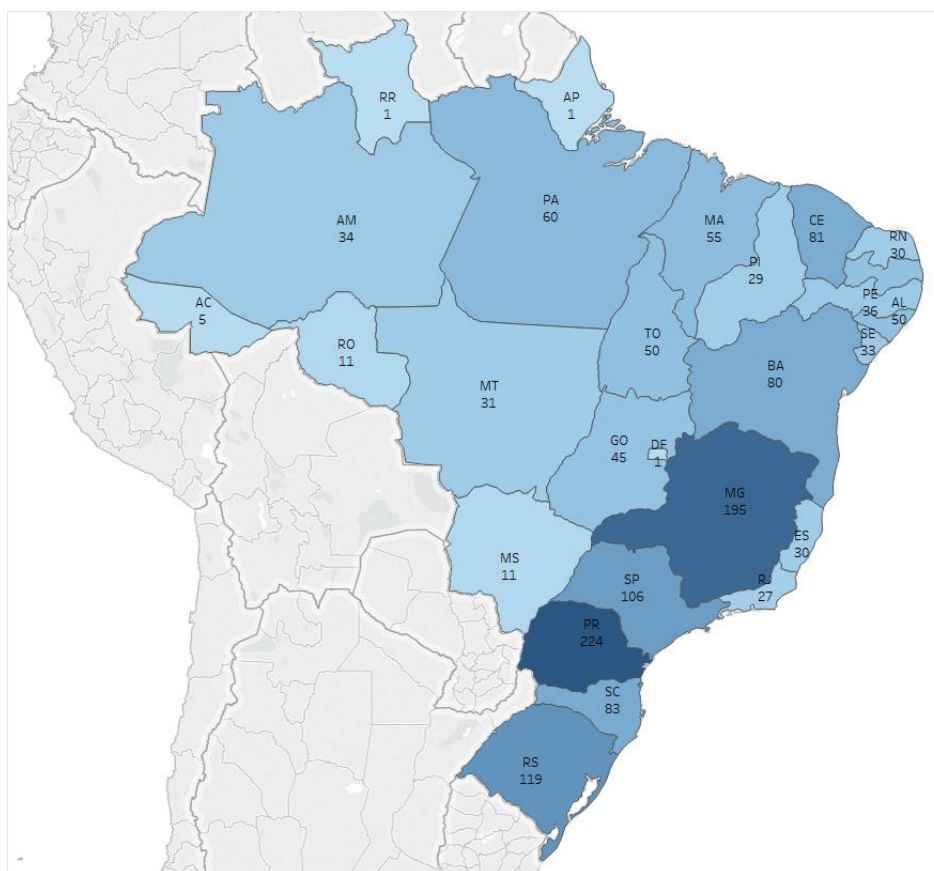
No total, 515 municípios (dados válidos) realizam algum tipo de ação de regulamentação de ambientes alimentares, o que representa 34,9% dos municípios que promovem ações de EAN.

Gráfico 51. Ações de regulamentação de ambientes alimentares, em percentual de municípios



Dentre os municípios que promovem ações de regulamentação de ambientes alimentares nas escolas, 61,9% regula o comércio de alimentos nas cantinas da escola, 62,5% estabelece normas sanitárias municipais que apoiam a oferta de alimentos regionais do pequeno produtor. 31,8% dos municípios, considerados dados válidos, regula o comércio de alimentos próximo à escola (alimentos comercializados por ambulantes) e 21,4% efetua regulamentação da publicidade e propaganda de alimentos em equipamentos públicos (escolas, hospitais, entre outros).

Cartograma 8. Quantidade de municípios que regulamentação de ambientes alimentares nas escolas, por UF



EAN na Saúde

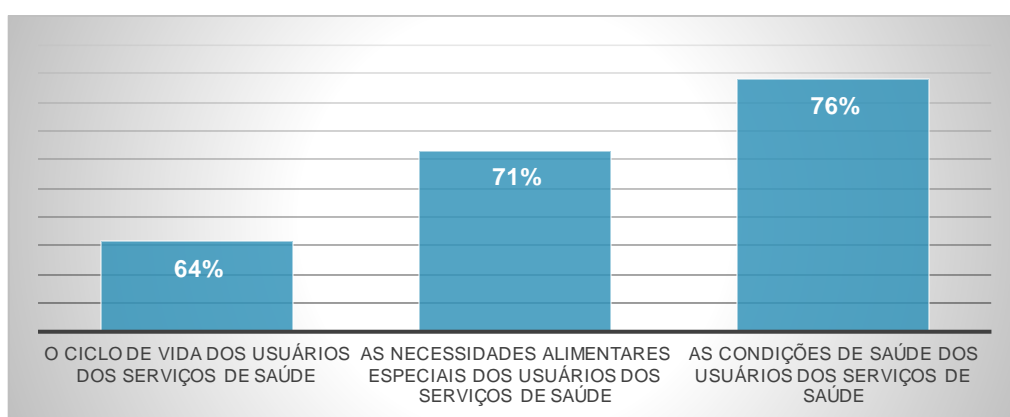
Em 1.033 municípios (de 1.474 respondentes) são realizadas ações de EAN no âmbito da atenção básica nos serviços de saúde. 110 não realizam EAN na saúde, o que representa 7,5% e 22,5% não soube responder.

Quanto a frequência de realização das ações de EAN nos serviços de atenção básica da Saúde, 28% dos municípios o fazem com frequência mensal, 14,7% semanalmente, 12,8% semestralmente, 4,2% quinzenalmente, 13% diariamente e 3,2% anualmente.

Em termos de sistematicidade e integração das ações de EAN nos serviços de atenção básica da Saúde, 46,6% dos municípios integram as ações na rotina da atenção básica, 43,1% realizam ações pontuais ou eventuais e em 33,8% dos municípios as ações de EAN são sistemáticas ou realizadas com regularidade.

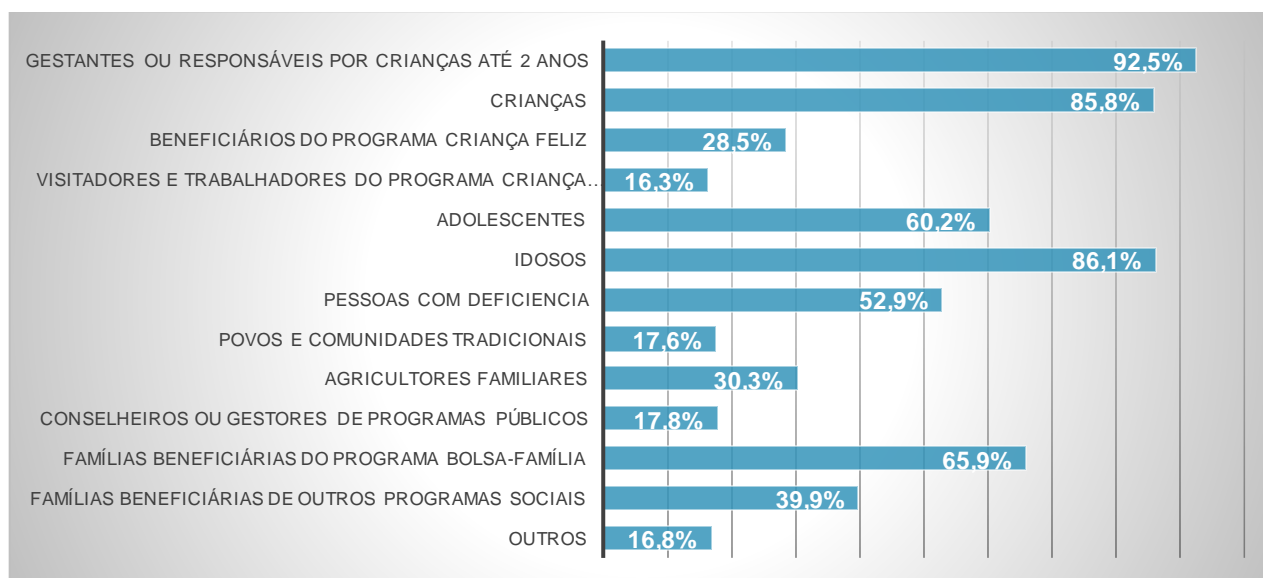
A maioria dos municípios²⁷, em 76% dos casos, ao planejar as ações de EAN realizadas na Atenção Básica da Saúde considera as condições de saúde dos usuários dos serviços de saúde. Em 71% dos municípios são considerados o ciclo de vida dos usuários para efeito de planejamento.

Gráfico 52. Planejamento das ações de EAN realizadas na Atenção Básica da Saúde, em % de municípios



Os grupos sociais beneficiados pelas ações de EAN nos serviços de atenção básica da Saúde são gestantes ou responsáveis por crianças até 2 anos em 92,5% dos municípios. Em 86,1% dos municípios também são incluídos idosos e em 85,8%, crianças.

Gráfico 53. Grupos beneficiados pelas ações de EAN nos serviços de atenção básica da Saúde



²⁷ De um total de 1.033 municípios respondentes

Quanto aos profissionais que participam das ações de EAN realizadas nos serviços de Atenção Básica da Saúde, 94% dos municípios envolvem nutricionistas, 81% os Agentes Comunitários de Saúde, 75% contam com Enfermeiros, 50% com psicólogos e 49% com Assistentes Sociais.

Tabela 12. Profissionais que participam das ações de EAN realizadas na Saúde/Atenção Básica

Agentes Comunitários de Saúde	81%
Nutricionistas	94%
Psicólogos	50%
Assistentes sociais	49%
Enfermeiros	75%
Outros	29%

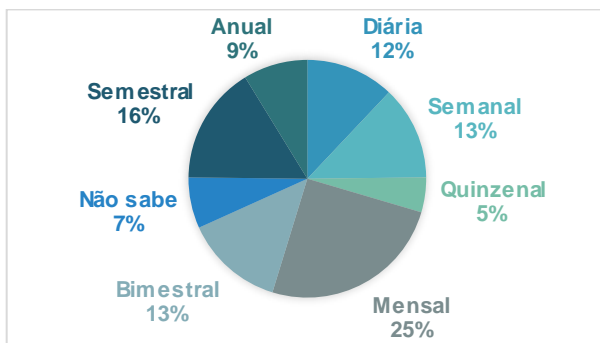
Estes percentuais acima de 50% garantem que as ações de EAN realizadas no âmbito dos serviços de atenção básica da saúde nos municípios são efetivamente constituídas por equipes multidisciplinares que se envolve nas ações de SAN.

EAN nos Equipamentos Públicos de SAN

São realizadas ações de EAN nos Equipamentos Públicos de SAN (EPSAN) em 18,9% dos municípios que promovem este tipo de ação, o que corresponde a 278 municípios.

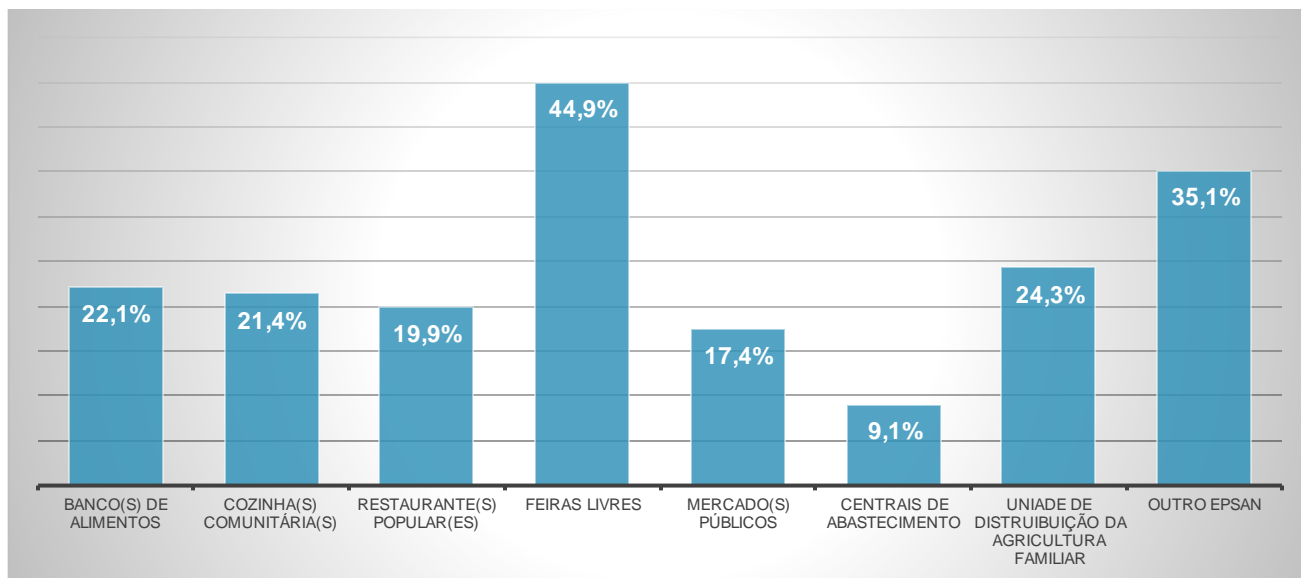
As ações de EAN são realizadas mensalmente nos EPSAN em 25% dos municípios. Já em 16% as ações de EAN são realizadas semestralmente. 12% realizam ações diárias de EAN nos EPSAN e 13% semestralmente.

Gráfico 54. Distribuição percentual de municípios conforme a frequência das ações de EAN nos EPSAN



Cerca de 45% dos municípios que promovem EAN nos EPSAN o fazem nas Feiras Livres. 24,3% realizam EAN nas Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar e 22,1% nos Bancos de Alimentos. 21,4% dos municípios promovem EAN nas cozinhas Comunitárias e 19,9% nos Restaurantes Populares. 17,4% realizam EAN nos mercados Públicos ou populares e 9,1% na Ceasa.

Gráfico 55. EPSAN nos quais são realizadas ações de EAN, em % de municípios



Quanto aos grupos sociais beneficiados pelas ações de EAN nos EPSAN de 273 municípios os dados podem ser verificados na tabela abaixo:

Tabela 13. Grupos sociais beneficiados pelas ações de EAN nos EPSAN

	Municípios	%
Gestantes ou responsáveis por crianças até 2 anos	161	59,0%
Crianças	192	70,3%
Adolescentes	189	69,2%
Idosos	184	67,4%
Usuários da Política de assistência social	210	76,9%
Pessoas com Deficiência	140	51,3%
Povos e Comunidades Tradicionais	65	23,8%
Agricultores familiares	167	61,2%
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa-família	175	64,1%
Famílias beneficiárias de outros programas locais	139	50,9%
Outros	61	22,3%

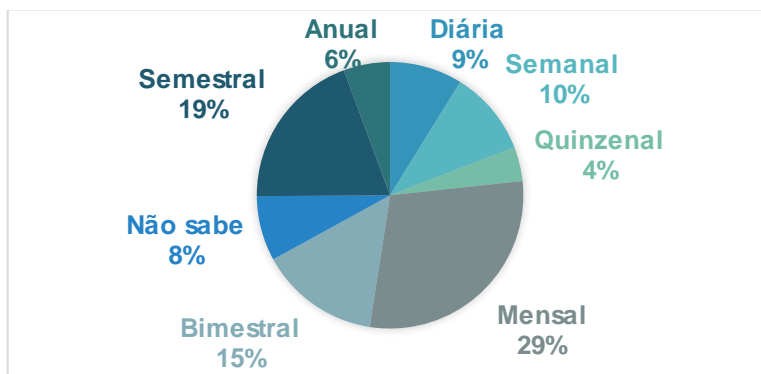
EAN nos serviços das redes direta e indireta de Assistência Social

Considerados 1.475 municípios respondentes, 64,1% integram as ações de EAN aos serviços cotidianos da rede de Assistência Social. Esta integração ocorre em maior proporção nos municípios do Nordeste e do Norte, já que representam, respectivamente, 76% e 73,5% dos municípios destas regiões. 58% dos municípios do Centro-Oeste realizam a integração da EAN À rede da Assistência Social e 57,5% dos municípios da região Sudeste. Entre os municípios do Sul a proporção é de 54,9%.

47,8% dos 1.374 municípios que responderam a esta questão realizam ações de EAN na **rede indireta** da Assistência Social, nas entidades conveniadas nos Conselhos Municipais de Assistência Social. Representam 41,4% os municípios que não realizam EAN na rede indireta e 10,8% não soube responder.

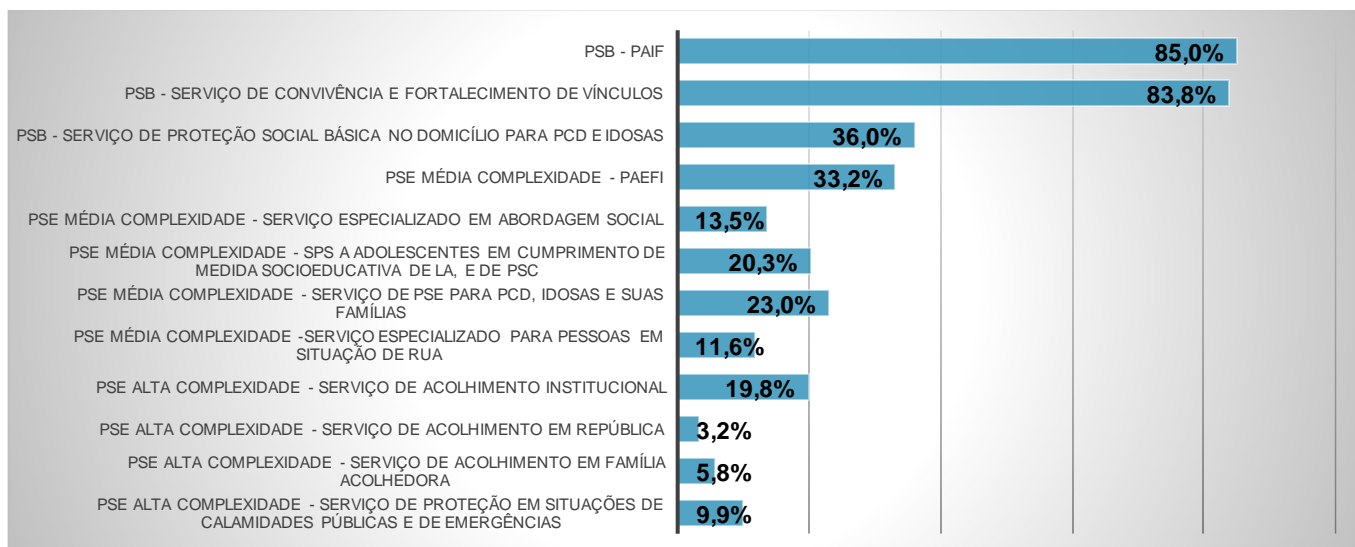
A maior parte dos municípios realiza ações de EAN mensalmente, considerados dados válidos²⁸, já que 29% as realizam com esta frequência na **rede direta** de Assistência Social, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 56. Distribuição percentual de municípios segundo a frequência das ações de EAN realizadas na rede direta da Assistência Social



Levando-se em consideração os serviços em que as ações de EAN são realizadas na rede direta da Assistência Social, 938 municípios informaram este quesito na pesquisa. 85% dos municípios integram ações de EAN ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) na Proteção Social Básica (PSB) e 83,8% integram EAN na PSB ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Os demais serviços apresentam os seguintes percentuais:

Gráfico 57. Serviços da rede direta da Assistência Social aos quais as ações de EAN são integradas, em % de municípios.

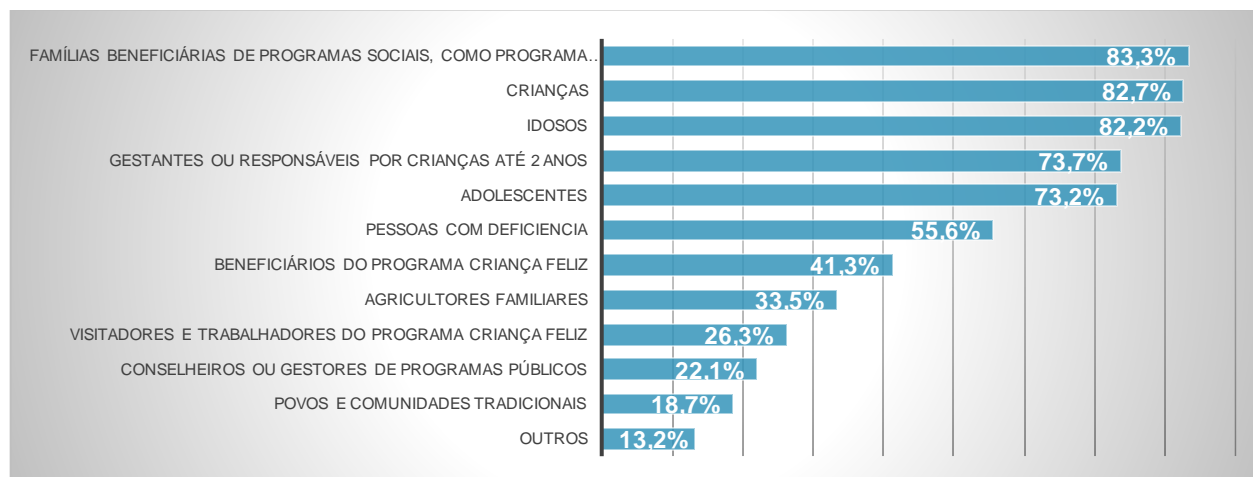


²⁸ 940 municípios responderam esta questão. Neste caso o percentual equivale a 274 municípios.

Grupos sociais beneficiados pelas ações de EAN na rede da Assistência Social

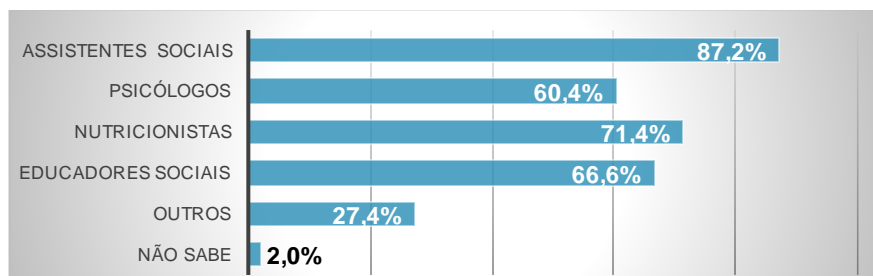
Computando 935 municípios respondentes para esta questão, 83,3% dos municípios realizam ações de EAN para famílias beneficiárias de programas sociais, como Programa Bolsa-família ou outros programas locais. 82,7% beneficiam Crianças com ações de EAN, 82,2% dos municípios beneficiam idosos, 73,7% atendem gestantes ou responsáveis por crianças até 2 anos, 73,2%, adolescentes, 55,6% Pessoas com Deficiência e 41,3% beneficiários do Programa Criança Feliz.

Gráfico 58. Grupos beneficiados pelas ações de EAN na rede da Assistência Social, em % de municípios



Quatro categorias profissionais participam das ações de EAN realizadas nos serviços socioassistenciais. Considerando somente dados válidos (um total de 934 municípios responderam a esta questão) verifica-se que Assistentes Sociais atuam nas ações de EAN nos serviços da rede direta da Assistência Social em 87,2% dos municípios. Psicólogos participam em 60,4% dos municípios, Nutricionistas em 71,4% e Educadores sociais em 66,6%.

Gráfico 59. Categorias profissionais que participam das ações de EAN realizadas nos serviços sócioassistenciais, em percentual de municípios



Ações para potencializar e fortalecer EAN nos municípios

Consultados sobre quais ações poderiam fortalecer e potencializar as ações de EAN, 1465 municípios forneceram respostas, constituindo o universo total sobre o qual se consideraram os percentuais. A maioria, 86,1%, respondeu que o que potencializaria e fortaleceria as ações de EAN seria a capacitação de profissionais envolvidos, 65,8% acham que maior envolvimento de secretarias e órgãos de diversos setores no planejamento, execução e monitoramento ajudaria. 64,8% entendem que seriam as parcerias com Universidades, ONGs e outras Secretarias e 51,9% que seria a contratação de profissionais para dar suporte à ação educativa de EAN.

Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

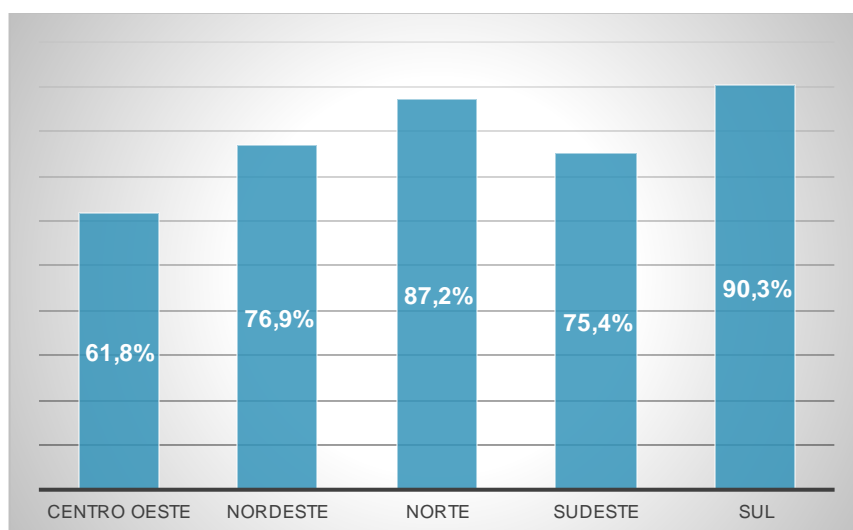
No âmbito federal, se destacam como ações de aquisição de alimentos da agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA é um programa por meio do qual o Governo Federal compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina gratuitamente para pessoas que não têm acesso à alimentação adequada e saudável e àquelas atendidas pela rede da assistência social (Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, por exemplo), pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (como cozinhas comunitárias e restaurantes populares) e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.

Foram 1.787 municípios que disseram que adquirem produtos da agricultura familiar, ou seja 79,9% do total²⁹ que responderam esta questão. O maior número de municípios que informaram que realizam esta ação está localizado na região Nordeste, 546 municípios (30,6%), seguido das regiões Sul (493 municípios, 27,6%), Sudeste (429 municípios, 24,0%), Norte (225 municípios, 12,6%) e Centro-Oeste (94 municípios, 5,3%). No entanto, como pode ser visto no Gráfico abaixo, é a região Sul (90,3%) que se destaca com a maior porcentagem de municípios que adquirem produtos da agricultura familiar, considerando o total de municípios respondentes na sua região, seguido do Norte (87,2%) e Nordeste (76,9%).

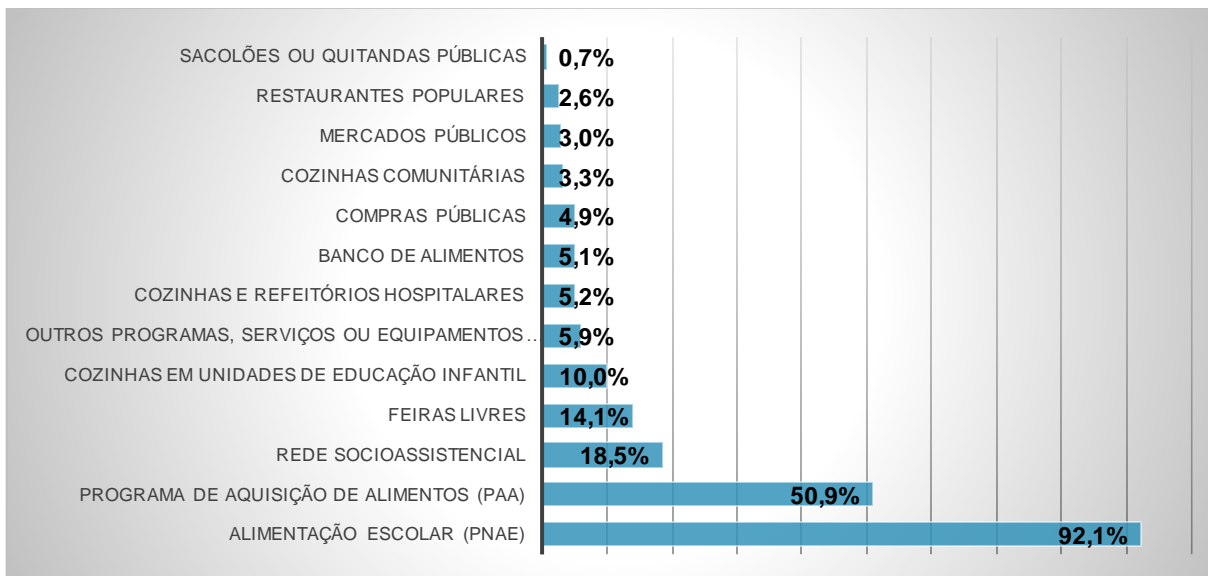
Gráfico 60. Porcentagem de municípios que adquirem produtos da agricultura familiar, considerando o total de municípios respondentes por Região



²⁹ Ao total foram 2235 municípios que responderam esta questão, sendo que 208 (9,3%) não souberam informar e 240 (10,7%) disseram que o município não adquire produtos da agricultura familiar.

Com relação aos programas, serviços e equipamentos públicos que recebem produtos da agricultura familiar, a maioria dos municípios, 92,1% adquirem alimentos deste público no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 50,9% também adquirem via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); 18,5% fornecem para a Rede Socioassistencial; 14,1% para Feiras Livres e; 10,0% para Cozinha em unidades de educação infantil.

Gráfico 61. Programas que recebem alimentos da agricultura familiar por municípios



523 municípios informaram que adquire ou adquiriu recentemente alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade, ou seja 23,4% do total que responderam esta questão³⁰. O estado do Paraná apresenta o maior número de municípios que informaram que realizam esta ação, com 49 municípios, seguido de Minas Gerais (61 municípios) e Rio Grande do Sul (49 municípios). No entanto, como pode ser visto na Tabela abaixo, Rondônia (90,3%) se destaca com a maior porcentagem de municípios que adquirem alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade, considerando o total de municípios respondentes em seu território, seguido de Santa Catarina (35,0), Amapá (33,3%)³¹ e Rio Grande do Sul (32,5%).

Tabela 14. Quantidade de municípios que responderam que adquirem alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade, por Estado

Estados	municípios	%
AC	3	27,3%
AL	14	15,9%
AM	9	17,6%
AP	1	33,3%
BA	23	17,3%
CE	35	28,0%
DF	0	0,0%
ES	13	26,0%
GO	9	12,9%
MA	16	19,8%
MG	61	22,3%
MS	3	16,7%
MT	6	9,5%
PA	19	22,6%
PB	24	28,6%
PE	13	25,0%
PI	9	19,1%
PR	84	30,5%
RJ	13	30,2%
RN	7	18,9%
RO	9	42,9%

³⁰ Ao total foram 2234 municípios que responderam esta questão, sendo que 516 (23,1%) não souberam informar e 1.195 (53,5%) disseram que o município não adquire alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade.

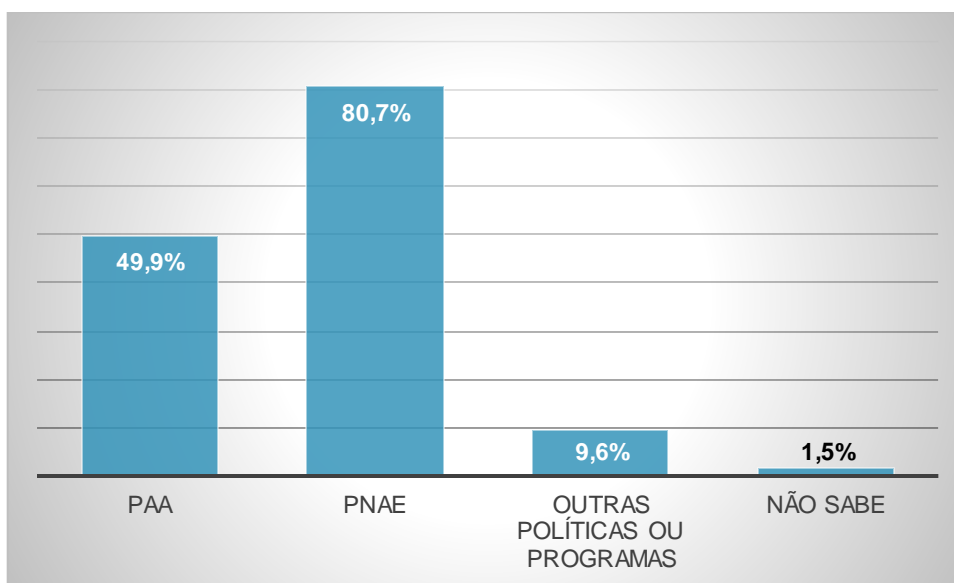
³¹ Com relação ao Amapá, é pouco representativo o resultado, considerando que apenas 01 município adquire alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade dentro de um universo de 03 municípios que responderam a questão no Estado.

RR	0	0,0%
RS	49	32,5%
SC	42	35,0%
SE	13	20,6%

SP	36	17,9%
TO	12	14,1%
	523	23,4%

80,7% dos municípios adquirem alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 49,9% também pelo Programa de Aquisição de Alimentos; 9,6% por outros Programas e políticas públicas. 1,5% não souberam responder.

Gráfico 62. Programas que adquirem alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade nos municípios



312 municípios responderam que promove atividades de capacitação, fomento ou incentivo a produção de base agroecológica, ou seja, 14,0% do total de municípios que participaram da pesquisa MapaSAN 2018³².

³² O total de municípios considerado foi de 2.235 que participaram do MapaSAN 2018.

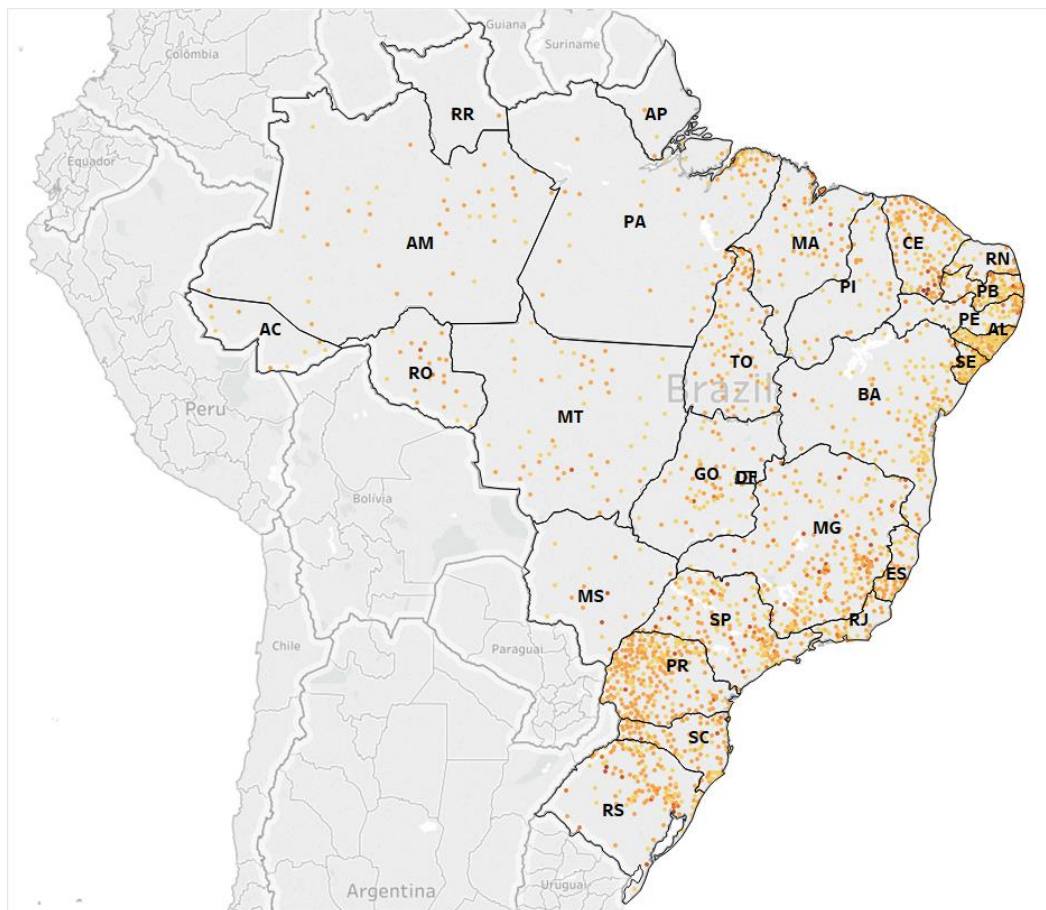
Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional

Os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional promovem apoio à produção, abastecimento e ao consumo de alimentos, com o objetivo de promover o acesso à alimentação adequada e saudável e de reduzir dos índices de insegurança alimentar da população nos municípios brasileiros. Seguem abaixo as definições sumárias dos EPSAN, conforme estabelecido no contexto do Sisan e da Política Nacional de SAN:

1. As **Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar (UDAF)** são espaços físicos estruturados e equipados para auxiliar na distribuição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, em especial os adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros programas e políticas de abastecimento desenvolvidas nas três esferas federativas.
2. **Feiras Livres ou Populares** são espaços públicos nos quais se comercializam alimentos e outros tipos de produtos. As Feiras Livres podem comercializar alimentos em geral, alimentos orgânicos ou de origem agroecológica.
3. Os **Bancos de Alimentos** recebem alimentos e doações de indústrias, supermercados, etc. (produtos inadequados para a comercialização, mas próprios para consumo humano) e de compras da Agricultura Familiar realizadas por meio do PAA. Após serem doados são distribuídos gratuitamente para entidades assistenciais.
4. As **Cozinhas Comunitárias** são unidades com capacidade para produção de refeições saudáveis, diariamente ofertadas gratuitamente, ou a preços acessíveis, para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Frequentemente estão associadas à rede direta ou indireta da Assistência Social.
5. **Restaurantes Populares** produzem e distribuem refeições saudáveis, com alto valor nutricional, a preços acessíveis, para pessoas em situação de insegurança alimentar e estão situadas geralmente em lugares com grande circulação de pessoas.
6. **Mercados públicos ou populares** são espaços públicos onde se comercializam alimentos e refeições entre outros produtos alimentícios ou não.
7. **Sacolões ou quitandas públicas** são espaços públicos, geralmente mantidos com recursos públicos ou em parceria com a iniciativa privada, nos quais se comercializam alimentos a um custo que pode (ou não) ser subsidiado, ampliando a oferta e disponibilidade de alimentos para a população do município.
8. **Outros EPSAN** - São considerados EPSAN também todos os equipamentos públicos que preparam e/ou fornecem refeições, tais como Instituições e unidades de ensino básico, hospitais, unidades prisionais, unidades do sistema socioeducativo, por exemplo.

O MapaSAN 2018 coletou informações de 2.319 municípios. No **Erro! Autoreferência de indicador não válida.** estão representados os municípios respondentes do MapaSAN 2018 com um ou mais EPSAN e pode-se perceber que há uma grande concentração no estado de Alagoas e Sergipe, também no leste da Paraíba e no norte e oeste do Paraná. Ao plotar os dados no mapa considerando a densidade, ou seja, a quantidade de cada tipo de EPSAN em cada município fica evidenciado as áreas geográficas em que estes estão mais concentrados.

Cartograma 9. Municípios com um ou mais tipo de EPSAN



Percebe-se que também há uma grande concentração de EPSAN na região metropolitana de Belém/PA, no pontal do TO na divisa com o Maranhão. Na região metropolitana de Fortaleza, na região de Iguatu e do Cariri cearense.

Cartograma 10. Densidade de EPSAN por município, com exceção de Feiras Livres



Há maior concentração de EPSAN nas regiões do litoral sul capixaba, leste da PB, assim como no Nordeste de Pernambuco na região metropolitana do Recife e espalhado por todo o estado de AL.

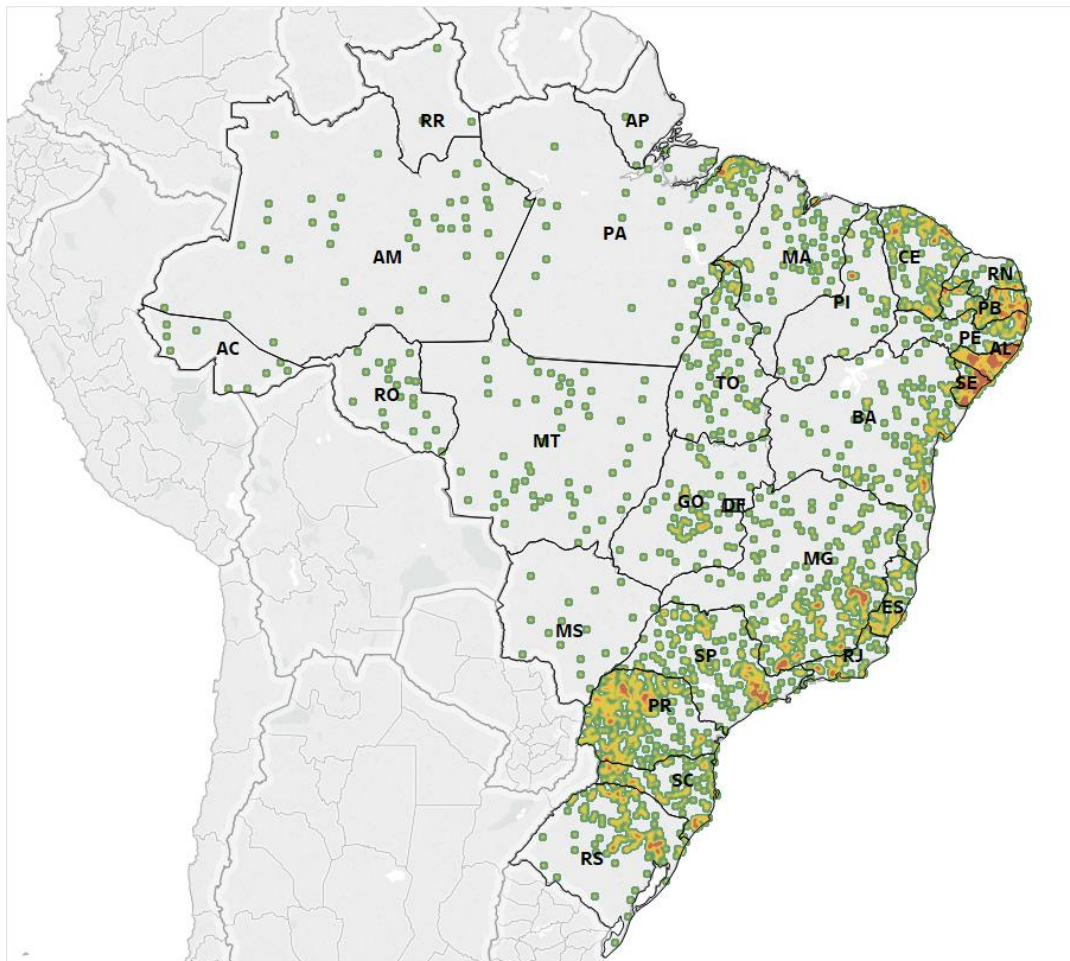
Também se verifica uma concentração maior de EPSAN no litoral na região central de SE, no litoral da BA. Em MG evidenciam-se as regiões metropolitana de Belo Horizonte e no triângulo mineiro. Toda a região sul do ES e na região metropolitana do RJ concentram uma maior quantidade de EPSAN, com exceção de Feiras Livres.

A região metropolitana de São Paulo assim como a de Curitiba e o Norte e Centro-Oeste paranaenses também se destacam. Em SC a região metropolitana de Florianópolis, e o litoral norte, bom como o oeste catarinense apresentam maior concentração de EPSAN. Por fim no RS destacam-se a região de Porto alegre e o noroeste do estado.

Feiras Livres

80,6% dos municípios que participaram do MapaSAN 2018 confirmaram a existência de Feiras Livres em seu território. Isto equivale a 1.868 municípios, o que corresponde a 85,1% dos casos válidos³³.

Cartograma 11. Mapa de densidade de municípios com Feiras Livres



O Cartograma acima destaca os 1.868 municípios nos quais existe uma ou mais Feiras Livres. O mapa de calor desconsidera a quantidade de Feiras Livres, levando em conta somente se há este tipo de EPSAN no município. Ressalte-se que os dois vieses (o de distribuição geográfica dos municípios brasileiros e a distribuição geográfica dos municípios respondentes do MapaSAN 2018) são decisivos para definir as áreas de concentração.

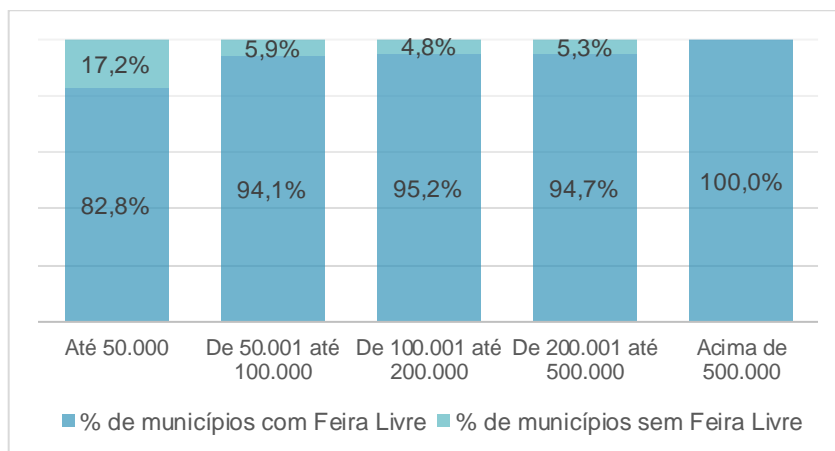
A distribuição dos municípios com Feiras Livres em cada uma das regiões é a seguinte:

- 11,9% são municípios da região Norte;
- 33,4% do Nordeste;
- 24,5% estão situados na região Sudeste;
- 23,3% no Sul; e
- 6,9% no Centro-Oeste.

³³ de 2.319 municípios respondentes da pesquisa, 124 não responderam a esta questão.

Constata-se que a proporção de municípios com Feiras Livres é maior à medida em que aumenta o porte populacional, atingindo 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes, como pode-se verificar no gráfico a seguir:

Gráfico 63. Proporção de municípios com e sem Feira Livre de acordo com o porte populacional



114 dos 118 municípios com mais de 200 mil habitantes contam com uma ou mais Feiras Livres, isto representa 96,6% dos municípios deste porte populacional que participaram da pesquisa. Já entre as capitais, das 25 que responderam ao MapaSAN 2018, 24 declararam a existência deste tipo de EPSAN. Somente Florianópolis informou inexistência de Feiras Livres, o que pode ser interpretado como uma informação inválida por parte de quem respondeu a pesquisa, já que existem Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos no Largo da Alfândega (conforme o próprio MapaSAN) e existem Feiras Livres convencionais segundo outras fontes de informação oficial como o site da própria prefeitura.

Já o percentual de municípios com Feira Livre entre os municípios que aderiram ao Sisan é de 98,7%, considerando 261 municípios integrados ao sistema no período de referência da pesquisa, entre julho e setembro de 2018.

O

Cartograma 12 apresenta efetivamente a densidade de Feira Livre por município mapeado. As regiões em cor laranja são aquelas em que há maior concentração de municípios com Feira Livre.

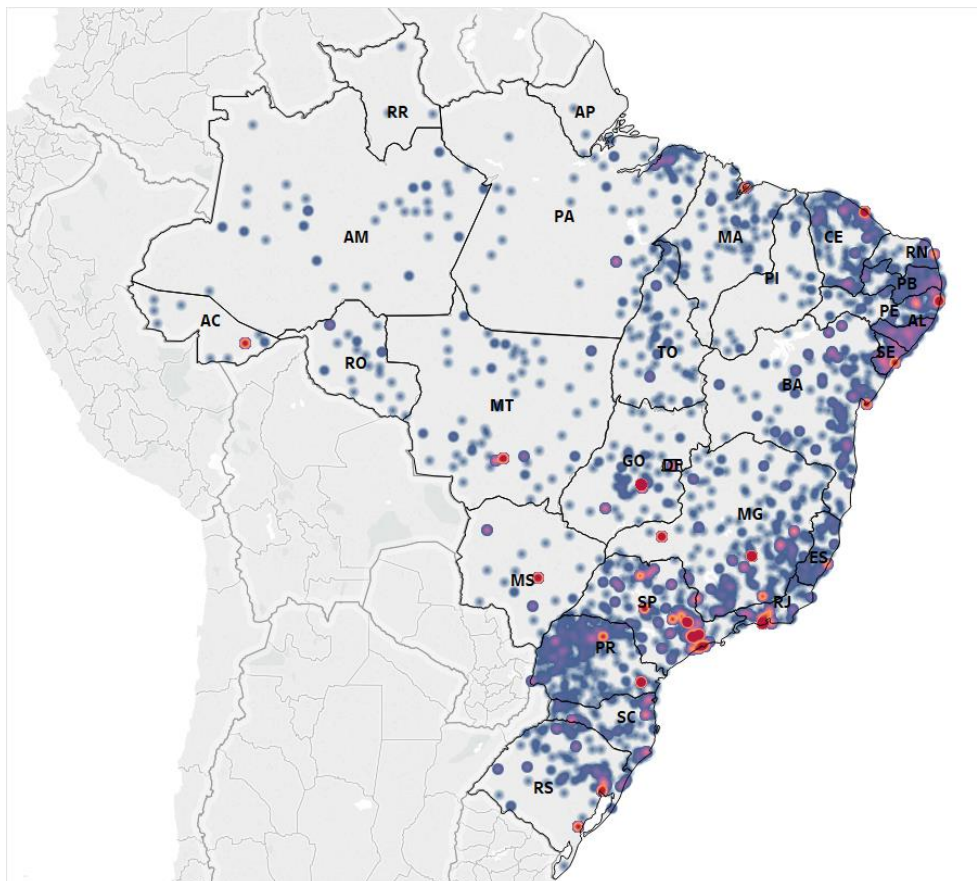
No entanto, a distribuição de todos municípios brasileiros não configuraria estas áreas da mesma forma. O que pesa na configuração dos mapas de calor é a quantidade de municípios e a proximidade entre eles.

No caso do MapaSAN 2018, a quantidade de municípios com Feiras Livres é relativamente alta e certamente determina as áreas de concentração de municípios com este equipamento, apresentando dados confiáveis para efeito distributivos em termos geográficos e planejamento de políticas públicas.

No total foram contabilizadas 4.270 Feiras livres, conforme os dados informados pelos 1.667 municípios com um ou mais deste tipo de EPSAN. No

Cartograma 12 fica evidente a maior densidade de Feiras Livres nas capitais e regiões metropolitanas.

Cartograma 12. Densidade de Feiras Livres por município

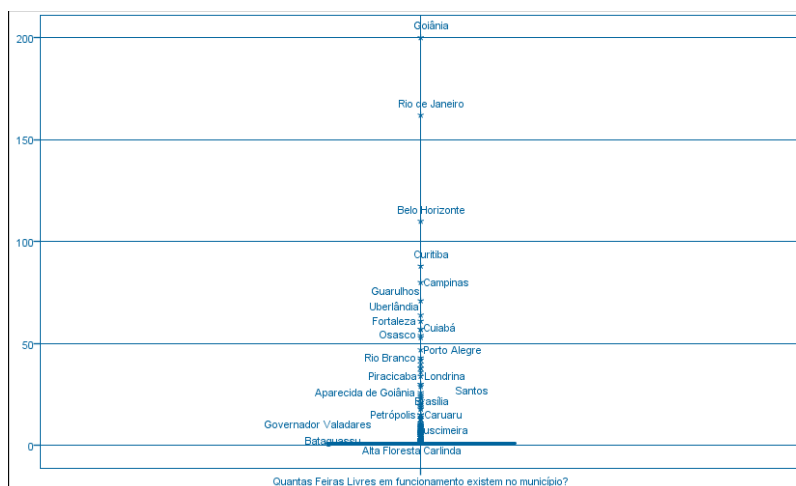


Além das capitais e regiões metropolitanas, algumas áreas do interior dos estados se destacam pela quantidade de Feiras Livres, como é o caso de Londrina no Norte do Paraná e do entorno da grande São Paulo, nos municípios de Limeira, Piracicaba, Campinas, Osasco, Guarulhos e também na região Litorânea paulista, nos municípios de Santos, Guarujá, São Vicente e Praia Grande. No Rio de Janeiro, além da capital, destacam-se os municípios de Nova Iguaçu, Niterói, Petrópolis e Duque de Caxias com quantidade de Feiras Livres acima da média do estado e nacional. Em MG, além de Belo Horizonte, os municípios de Governador Valadares, Uberlândia, Juiz de Fora e Poços de Caldas. Em GO, evidenciam-se, além de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Rio Verde. Já no MT, além da Capital, se destaca o município de Várzea Grande.

No interior da BA, aparecem com maior quantidade de Feiras Livres os municípios de Senhor do Bonfim, Curaçá e Juazeiro. O município de Lagarto no interior de Sergipe apresenta quantidade superior à média, somando-se à capital Aracajú. No interior do PE destaca-se o município de Caruaru e no CE, os municípios de Crato e Juazeiro, Morada Nova, Pacatuba, Horizonte, Itapagé e Solonópole. Por fim destaca-se no PA, além de Belém, o município de Parauapebas.

O Gráfico 64, a seguir, apresenta a distribuição gráfica da quantidade de Feiras Livres em cada município, com o destaque para aqueles que apresentam quantidades acima da média geral.

Gráfico 64. Boxplot de municípios em função da quantidade de Feira Livre existente



O município de São Paulo tem cerca de 880 Feiras Livres³⁴, no entanto esta informação não foi fornecida no MapaSAN 2018, tendo sido desconsiderada nos cálculos.

Considerada a informação de que Goiânia tem cerca de 200 Feiras Livres, a média simples resultante é de 2,56 Feiras Livres para cada município e a média aparada em 5% e, portanto, mais próxima da realidade, é igual a 1,36 Feiras Livres por município (de 1.667 municípios que forneceram esta informação).

No total, foram mapeadas a quantidade de Feiras Livres em 1.667 municípios, sendo que o demais (201 municípios, incluindo São Paulo), não informaram a quantidade deste tipo de EPSAN em funcionamento no seu território. Quanto a distribuição regional, a maioria das Feiras Livres identificadas na pesquisa estão situadas no Nordeste, o que representa 31,8% da quantidade total de Feiras Livres mapeadas, apresentando uma média de 1,9 deste tipo de EPSAN por município nesta região. A Tabela abaixo apresenta as médias e a distribuição percentual das Feiras Livres mapeadas em cada região.

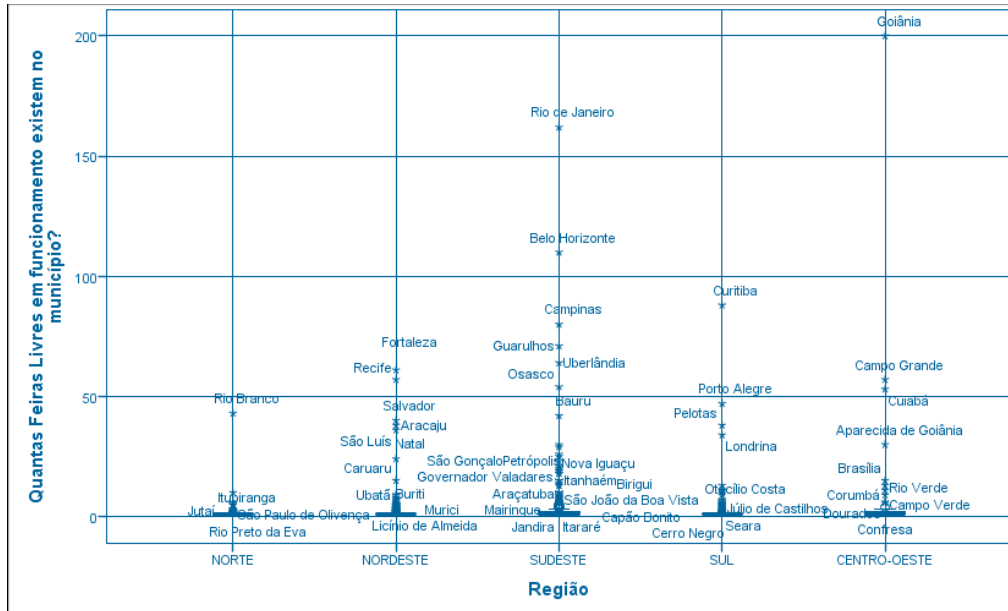
Tabela 15. Quantidade total e média de Feiras Livres por município em cada região

Quantas Feiras Livres em funcionamento existem no município?				
	Municípios	Média Região	Soma Região	Percentual
NORTE	192	1,6	300	11,6%
NORDESTE	589	1,9	1.126	31,8%
SUDESTE	423	3,8	1.606	25,5%
SUL	342	2,0	698	24,3%
CENTRO-OESTE	121	4,5	540	6,9%
Total	1.667	2,6	4.270	100,0%

³⁴ Esta informação foi fornecida pelo município no MapaSAN 2015. Na última pesquisa, de 2018, o município não informou a quantidade de Feiras Livres existentes, não atualizando esta informação.

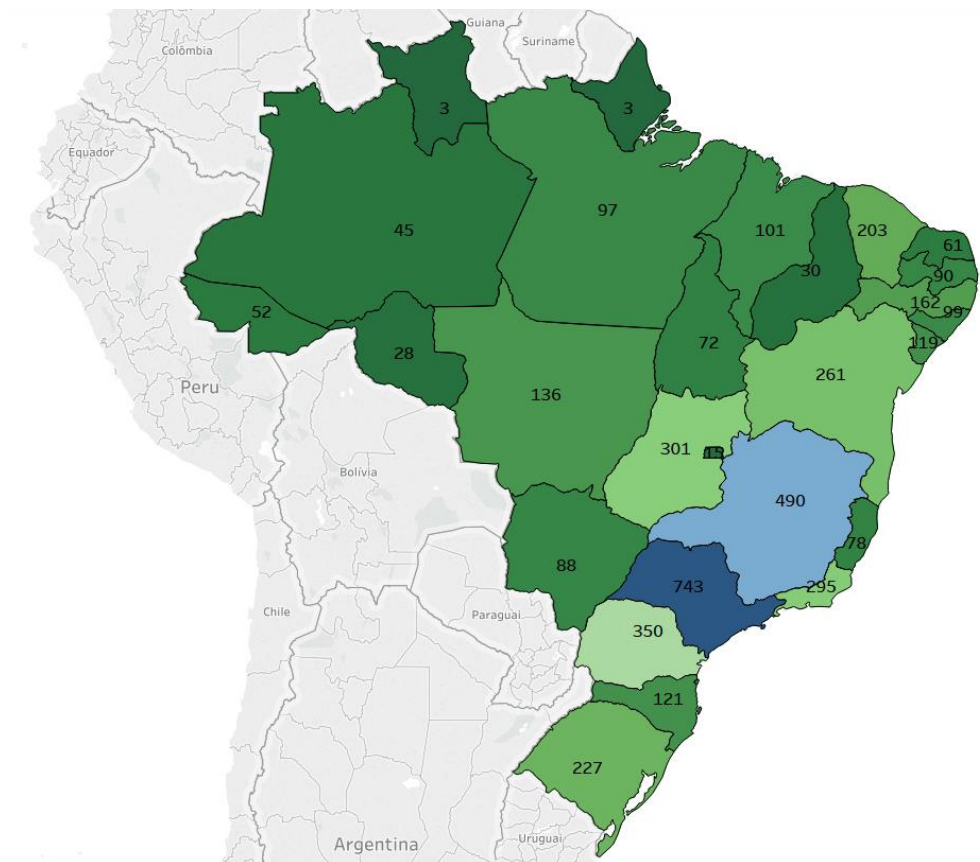
A maior média verifica-se na região Centro-Oeste, com 4,5 Feiras por município (consideradas as 200 Feiras Livres de Goiânia) e no Sudeste com média de 3,8. Se não forem consideradas as Feiras Livres de Goiânia, a média da região Centro-Oeste resulta em 2.83 Feiras Livres por município, o que deve estar mais próximo da realidade, já que este resultado seria próximo a uma média aparada em 5% para a região.

Gráfico 65. Boxplot da quantidade de Feiras Livres por município em cada região, com destaque para os municípios com quantidade acima da média.



Os estados com maior quantidade de Feira Livre são SP, MG, PR (vide Cartograma 13) e as maiores médias de feiras por municípios se verificam no DF, RJ e GO (15; 8,4 e 5,9; respectivamente).

Cartograma 13. Feiras Livres por UF



Tipo de Feiras Livres cadastradas

No total, 1.868 municípios informaram a existência de uma ou mais Feira Livre, sendo que 1.667 municípios informaram a quantidade, o que representa 90,6% do total. O cadastro dos dados de cada Feira Livre nos municípios não era obrigatório. Desta forma, 1.416 municípios cadastraram 3.155 Feiras Livres no MapaSAN 2018. Este quantitativo de municípios representa 75,8% do total de municípios com Feiras Livres e 85% dos municípios que informaram a quantidade de Feiras Livres na pesquisa.

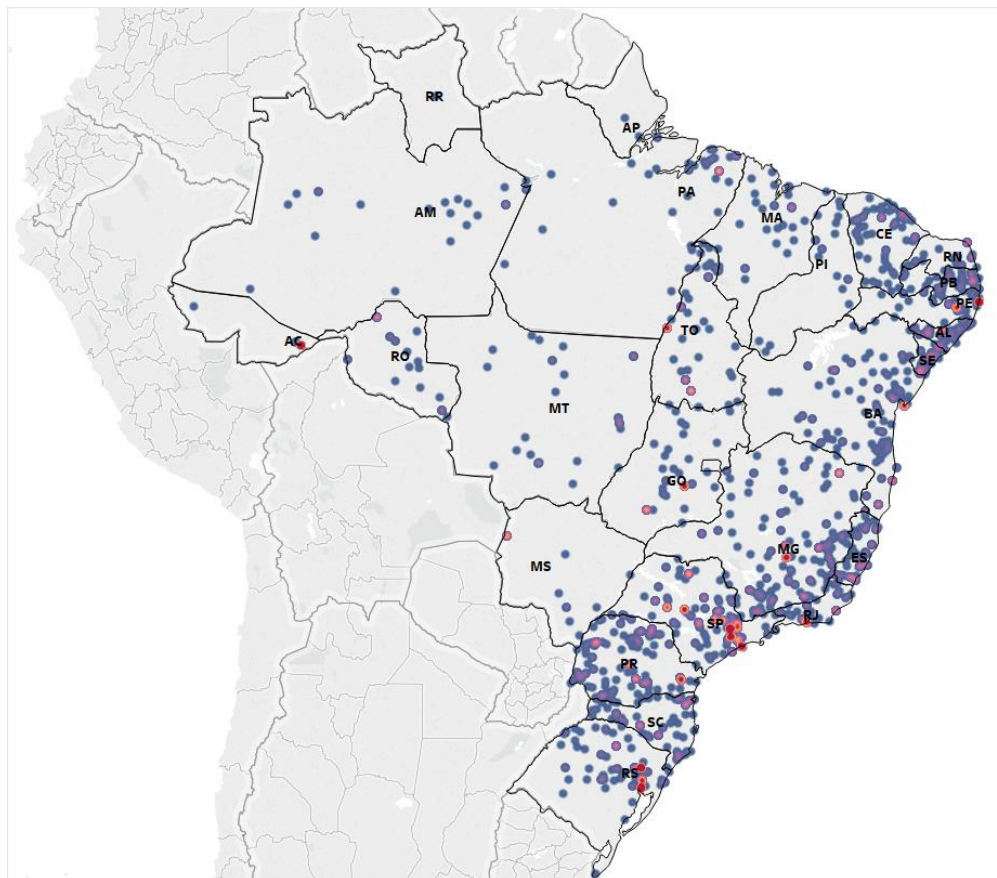
Quanto aos tipos de Feiras Livres cadastradas, no MapaSAN 2018 os respondentes podiam classificar o EPSAN segundo 3 tipos de produtos/alimentos comercializados: 1) Feira Livre convencional que não comercializa produtos orgânicos ou de base agroecológica; 2) Feira Livre convencional que comercializa alimentos orgânicos ou agroecológicos; e 3) Feira Livre que comercializa exclusivamente produtos orgânicos ou de base agroecológica. A Tabela 16 apresenta a quantidade e o percentual de cada tipo de Feira Livre cadastrada no MapaSAN 2018:

Tabela 16. Tipos de Feiras Livres Cadastradas no MapaSAN 2018, classificadas segundo tipo de alimentos comercializados.

Tipo de Feira Livre ou Popular	Frequência	Porcentagem
Feira Convencional que não comercializa alimentos orgânicos ou de base agroecológica	1.365	43,3
Feira Convencional que comercializa parte dos produtos orgânicos e/ou de base agroecológica	1.421	45,0

O cartograma abaixo, apresenta a densidade de Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica em 605 município que informaram haver este tipo de Feira no formulário principal sobre EPSAN.

Cartograma 15. Densidade de Feiras Livres que comercializam exclusivamente produtos orgânicos ou de base agroecológica



Periodicidade das Feiras Livres

A maioria absoluta das Feiras Livres ocorrem semanalmente, já que este grupo representa 93,7% do total. Os dados podem ser visualizados na tabela abaixo:

Tabela 17. Periodicidade das Feiras Livres Cadastradas no MapaSAN 2018

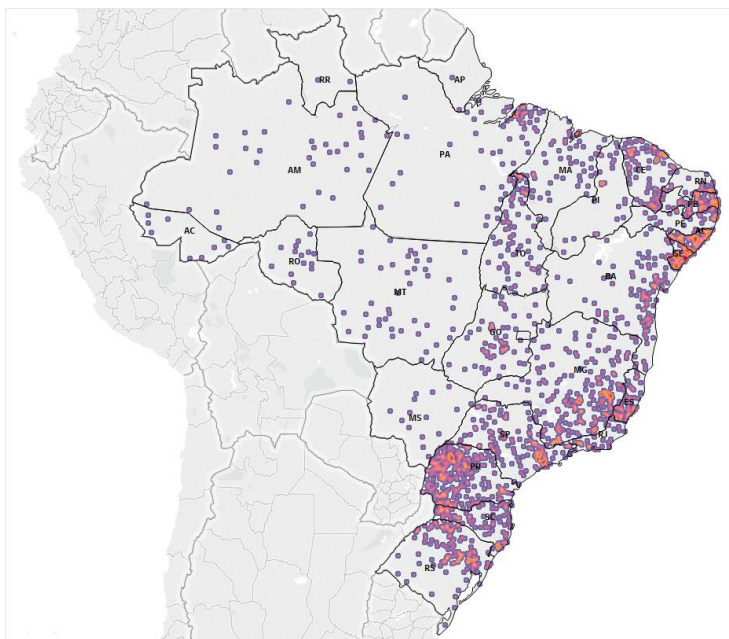
Periodicidade	Frequência	Porcentagem
Semanal	2.956	93,7
Quinzenal	45	1,4
Mensal	68	2,2
Não é regular	34	1,1
Trimestral	7	0,2
Semestral	5	0,2
Anual	15	0,5
Não sabe	25	0,8
	3.155	100,0

Suporte dos municípios às Feiras Livres

O poder público municipal ou estadual pode fornecer suporte às Feiras Livres das mais variadas formas. No MapaSAN 2018 os municípios foram consultados sobre esta questão. O resultado da pesquisa demonstrou que 1.537 municípios fornecem algum tipo de apoio ou suporte ao funcionamento das Feiras Livres. Isto representa 70% dos municípios respondentes, considerados somente os dados válidos³⁵. Se levarmos em conta somente os municípios com uma ou mais Feiras Livres este percentual sobe para 82,2%.

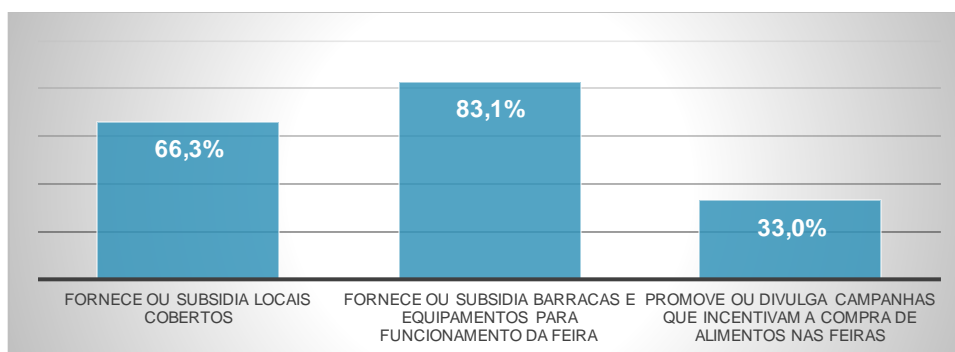
São 2.880 Feiras Livres apoiadas por 1.174 municípios³⁶. O cartograma, a seguir, apresenta a densidade de Feiras Livres apoiadas pelos municípios:

Cartograma 16. Densidade de Feiras Livres beneficiadas com algum tipo de suporte por parte do município.



Quanto ao tipo de suporte fornecido às Feiras Livres, identificou-se que 83,1% dos municípios que fornecem suporte disponibiliza barracas e equipamentos para garantir o funcionamento dos EPSAN. 66,3% fornece ou subsidia locais cobertos para viabilizar o funcionamento das Feiras Livres e 33% promove ou divulga campanhas de incentivo a comercialização ou compra de alimentos.

Gráfico 66. Tipo de suporte fornecido às Feiras Livres

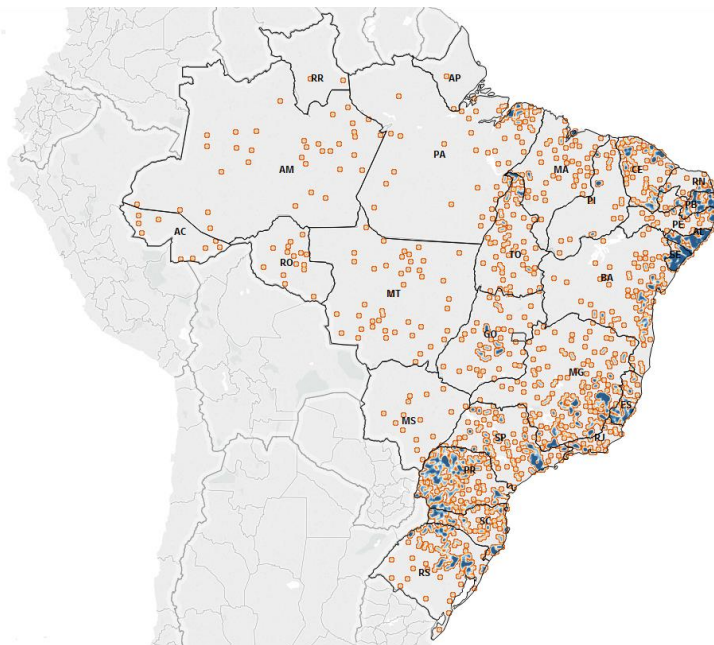


³⁵ 2.195 municípios responderam a esta questão, ficando ausente a resposta de 124 municípios que não são considerados para efeito de análise estatística.

³⁶ Esta foi a quantidade de municípios que informou quantas feiras livres são beneficiadas

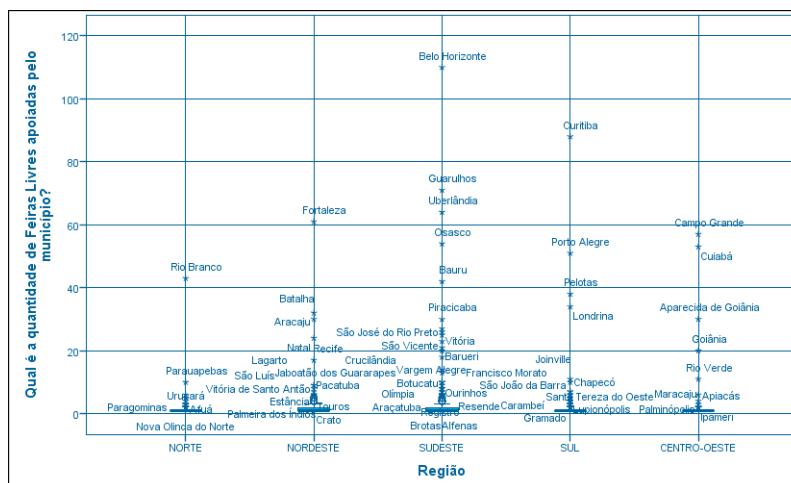
Dos 1.537 municípios que fornecem algum tipo de suporte, apoio ou subsídio, foram obtidas informações sobre a quantidade de feirantes beneficiados com suporte às feiras livres em 1.074 municípios, os quais beneficiam um total de 80.965 feirantes. A seguir o mapa de densidade com a quantidade de feirantes beneficiados com o suporte fornecido representado no Cartograma 17:

Cartograma 17. Mapa de densidade de feirantes beneficiados com suporte às Feiras Livres



O Gráfico 67 (a seguir) apresenta os municípios que se destacam em cada região, segundo a quantidade de Feiras Livres beneficiadas com algum tipo de suporte fornecido pela gestão municipal. Na região Norte destacam-se os municípios de Rio Branco/AC e Parauapebas/PA, na região Nordeste, os municípios de Fortaleza/CE, Batalha/PI, Aracaju/SE, Natal/RN e Recife/PE.

Gráfico 67. Boxplot com a distribuição de quantidade de Feiras Livres que recebem suporte dos municípios por região



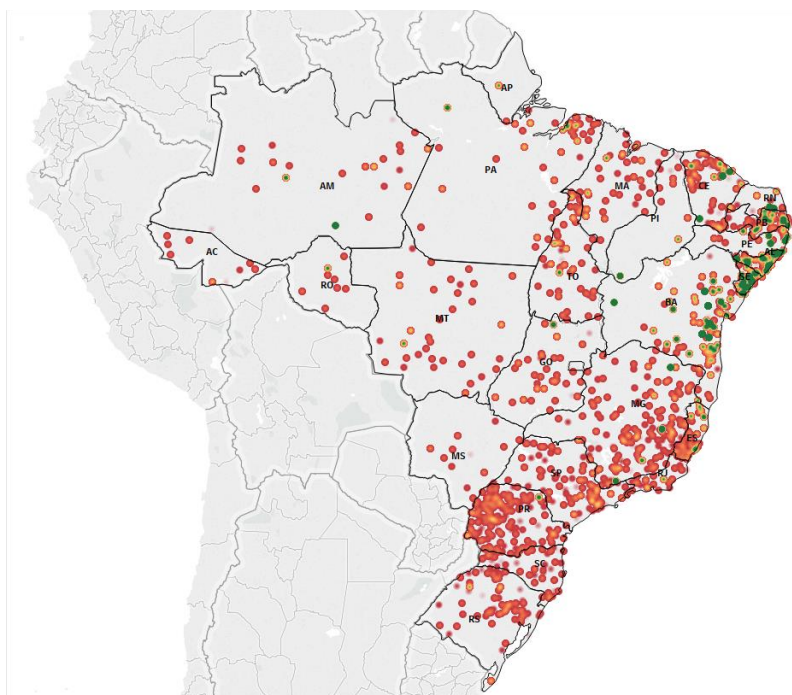
Na região Sudeste se destacam os municípios de Belo Horizonte e Uberlândia em MG, já no estado de São Paulo³⁷, destacam-se os municípios de Guarulhos, Osasco e Bauru. Na região Sul evidenciam-se os municípios de Curitiba e Londrina no PR, além de Porto Alegre e Pelotas no RS e Joinville em SC. Os municípios de Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Goiânia e Aparecida de Goiânia no estado de GO são destaques da região Centro-oeste.

³⁷ Com exceção do município de São Paulo que informou a quantidade de 880 Feiras Livres somente no MapaSAN 2015

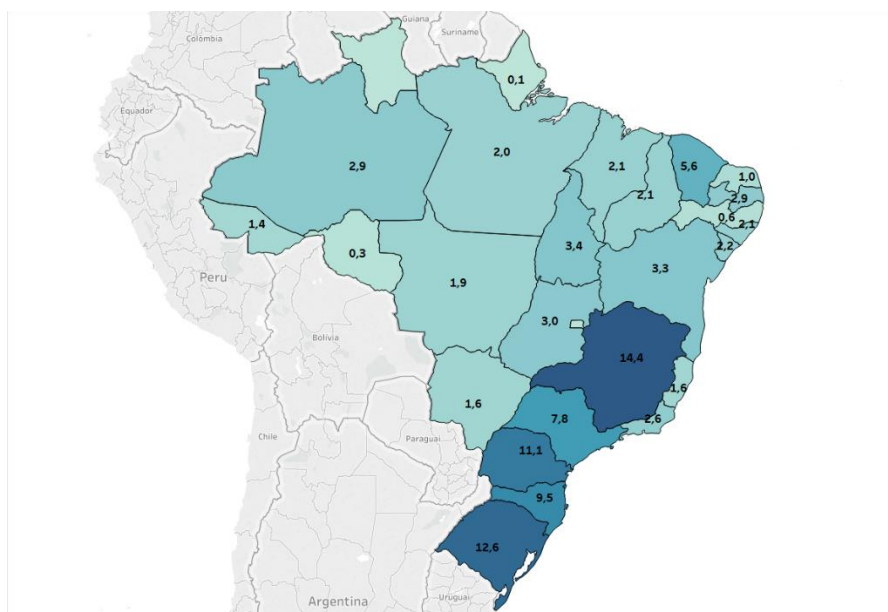
A média de Feiras Livres que recebem algum tipo de suporte é de 2,44 por município. Aparadas as extremidades de quantidades fora da curva normal em 5% a média (mais próxima da realidade, já que os extremos foram desconsiderados) é igual e 1,36 Feiras Livres apoiadas por município.

Um cálculo que é indicativo da eficiência dos suportes fornecidos pelos municípios é a quantidade de média de feirantes beneficiados por Feiras Livres com suporte fornecido pelos municípios. Neste quesito pode-se observar no Cartograma 18 que há maior eficiência na média de feirantes beneficiados por Feiras Livres nas regiões Sul e Sudeste.

Cartograma 18. Densidade de média de feirantes beneficiados por Feira Livre nos municípios que fornecem algum tipo de suporte



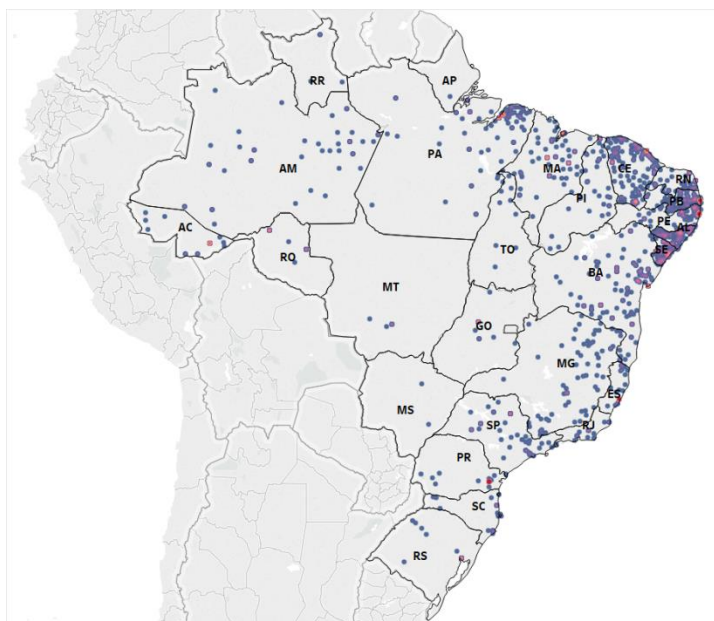
Cartograma 19. Quantidade média de feirante beneficiado por Feira Livre com suporte municipal em cada UF



Mercados Públicos

São 1.322 os municípios³⁸ que informaram possuir Mercado Público mantido com recursos municipais. Este quantitativo representa 57,2% dos municípios que participaram da pesquisa em 2018.

Cartograma 20. Densidade de Mercados Públicos ou Populares por município



A distribuição destes municípios pelas cinco regiões do país apresenta a seguinte configuração: 41,2% estão situados no Nordeste; 20,4% no Sul; 19,9% no Sudeste, 14,1% no Norte e 4,5% no Centro-Oeste. Ao serem consultados sobre a quantidade deste tipo de EPSAN, 771 municípios informaram a existência de 1.126 Mercados Públicos, distribuídos da seguinte forma:

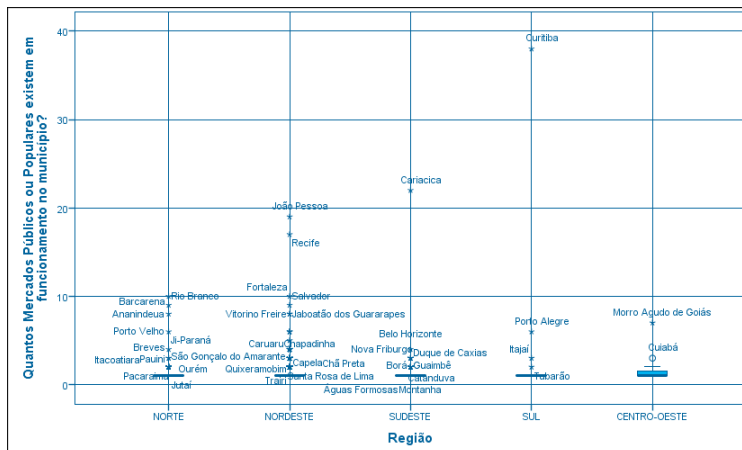
Tabela 18. Quantidade e média de Mercados Públicos por região

	Municípios	Média Região	Soma Região	Percentual
NORTE	122	1,5	179	11,6%
NORDESTE	491	1,4	694	31,8%
SUDESTE	118	1,3	159	25,5%
SUL	29	2,6	74	24,3%
CENTRO-OESTE	11	1,8	20	6,9%
Total	771	1,5	1.126	100,0%

³⁸ Diferença do sumário executivo que apresenta 1300, porque 22 não tinham informado a quantidade

O município de Curitiba apresenta a maior quantidade de mercados Públicos entre os municípios mapeados na pesquisa. O gráfico apresentado na sequência dispõe os municípios com maior quantidade de Mercados Públicos acima da média em cada uma das regiões do país:

Gráfico 68. Boxplot da quantidade de Mercados Públicos por município em cada região, com destaque para municípios com quantidade deste tipo de EPSAN acima da média regional



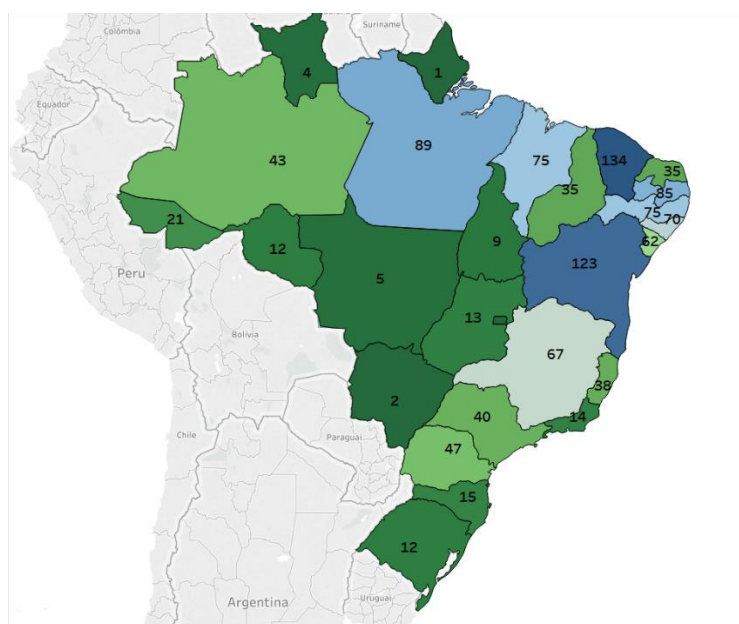
Na região norte em destaque os municípios de Rio Branco/AC, Barcarena e Ananindeua no PA, Porto Velho e Ji-Paraná em RO.

Na região Nordeste se destacam os municípios de João Pessoa/PB, Recife/PE, Fortaleza/CE e Salvador/BA. No interior nordestino evidenciam-se os municípios de Vitorino Freire/MA e Jaboatão dos Guararapes/PE.

No Sudeste o município de Cariacica/ES aparece como destaque com 22 MP, o que requer validação já que está fora da curva normal para municípios deste porte, com cerca de 387 mil hab. nesta região destaca-se também os municípios de Belo Horizonte/MG e Duque de Caxias/RJ. Na região Sul evidenciam-se os municípios de Curitiba/PR, Porto Alegre/RS e Itajaí/SC. E na região Centro-Oeste destacam-se os municípios de Cuiabá/MT com 3 Mercados Públicos e Morro Agudo de Goiás, que informou existência de 7 Mercados Públicos (dado inconsistente em função do porte populacional do município com 2.3 mil hab. e que deve ser desconsiderado).

As quantidades de Mercados Públicos por UF são apresentadas no cartograma abaixo:

Cartograma 21. Quantidade de Mercados Públicos ou populares por Unidade da Federação

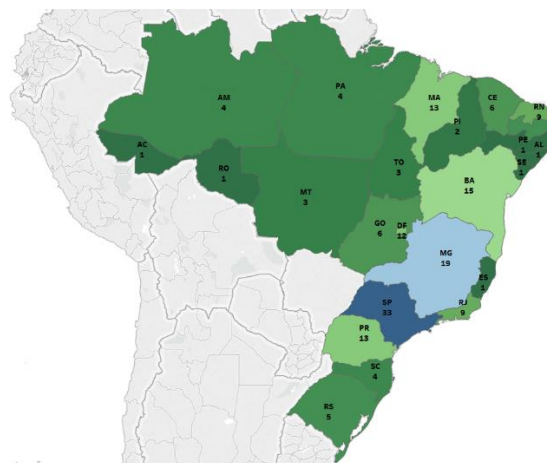


36% dos municípios, considerados dados válidos³⁹, subsidiam o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares existentes em seu território, o que corresponde a 279 municípios.

Restaurante Popular

No MapaSAN 2018, foram cadastrados 164 Restaurantes Populares. As Unidades da Federação SP, MG, BA, MA e PR apresentam as maiores quantidades de Restaurantes Populares, segundo dados fornecidos pelos municípios.

Cartograma 22. Restaurantes Populares cadastrados por Unidade da Federação



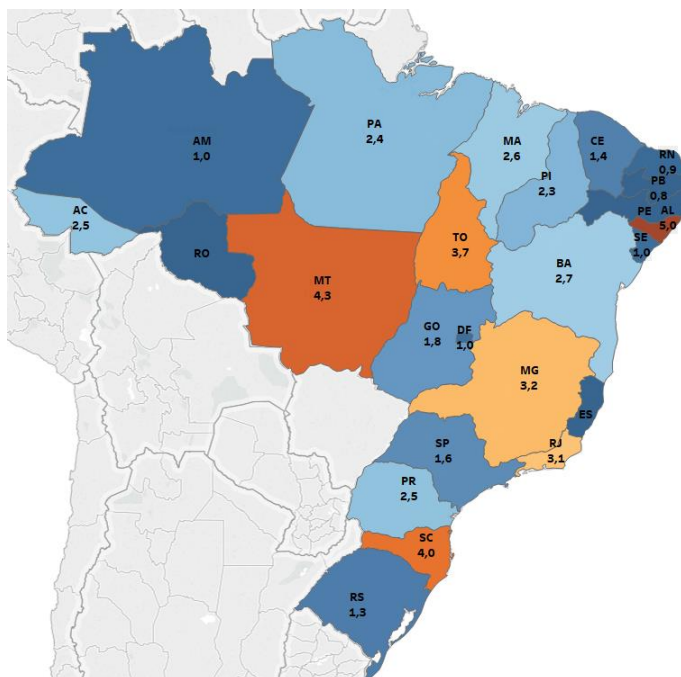
Beneficiários e valores cobrados por refeição, custo e subsídios

Os valores médios cobrados por refeição no horário do almoço, por parte dos Restaurantes Populares cadastrados no MapaSAN 2018, diferem segundo a Unidade da Federação e da região do país.

Os estados com maior valor médio cobrado por refeição são Alagoas (R\$ 5,00), Mato Grosso (R\$ 4,30), Santa Catarina (R\$ 4,00), Tocantins (R\$ 3,70), Minas Gerais (R\$ 3,20) e Rio de Janeiro (R\$ 3,10). Os dados podem ser observados no Cartograma 23:

Já o custo médio da refeição por UF no mês de referência da pesquisa é mais alto nos estados do AC, SC, RS e TO. Também é relativamente alto se comparado com os demais nos estados do AM, MT, Ba e RJ, em ordem decrescente.

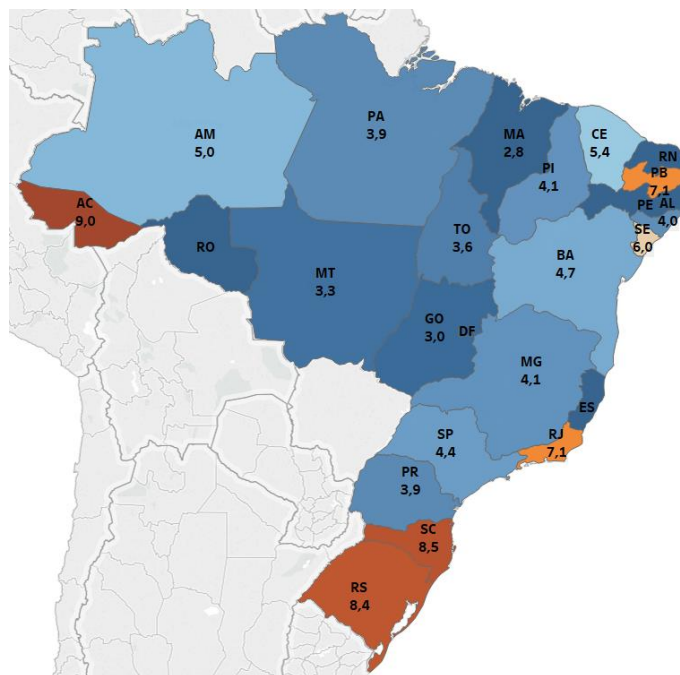
Cartograma 23. Valor médio cobrado por refeição por UF no horário do almoço por Restaurantes Populares no mês de referência da pesquisa



³⁹ Este percentual refere-se a 279 municípios de um total de 775 que responderam esta questão na pesquisa.

O Cartograma 24 apresenta o valor médio do subsídio em cada UF, calculado a partir dos dados de cadastros dos Restaurantes Populares, indicando que as UF que concedem os maiores subsídios são, conseqüentemente, o AC, SC, RS, PB e RJ.

Cartograma 24. Valor médio do subsídio por UF de refeições servidas nos Restaurantes Populares no mês de referência da pesquisa.



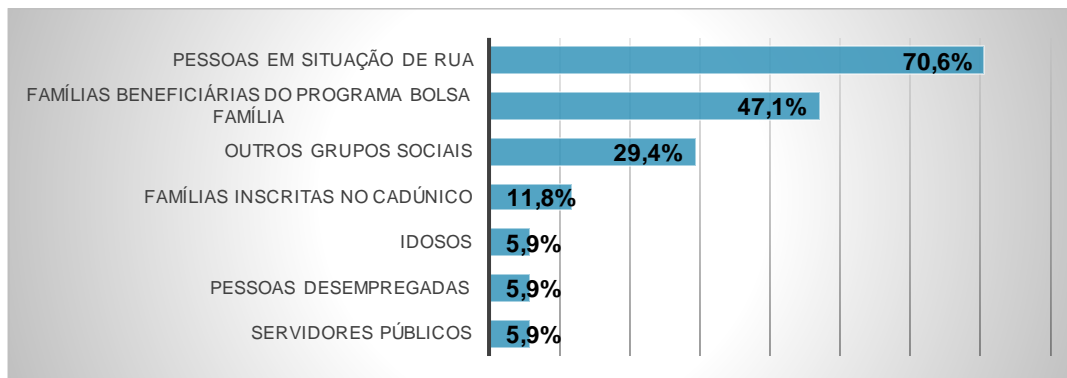
Beneficiários dos Restaurantes Populares

155 Restaurantes Populares informaram a quantidade de pessoas atendidas em média no horário do almoço, no período de referência da pesquisa. No total, são atendidas 168.201 pessoas diariamente, no horário do almoço. Caso os RP atendam 22 dias em média por mês, isto resultaria em um total de 3.7 milhões de refeições, sem contar RP que forneçam refeições em outros horários do dia. Em média são atendidas 1.085 pessoas em cada RP.

21,3% dos Restaurantes Populares (33) disponibilizam preços diferenciados nas refeições para grupos sociais específicos. Nenhum dos 18 RP do Centro-Oeste praticam preços diferenciados para populações específicas, 35,8% (19) dos 53 RP situados na região Sudeste disponibilizam preços diferenciados, 13,5% (7) dos 52 RP da região Nordeste, 27,3% (6) dos 22 RP situados no Sul e 10% (1) dos 10 RP da região Norte.

Consultados sobre quais grupos sociais específicos são atendidos com preços diferenciados pelos Restaurantes Populares, 30 dos 33 deles forneceram esta informação. Resultou desta consulta que 70,6% deste total disponibiliza preços diferenciados para pessoas em situação de rua, 47% para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 29,4% fornece o benefício para outros grupos sociais não listados na questão e cerca de 6% diferenciam preços das refeições para idosos, pessoas em situação de desemprego e servidores públicos.

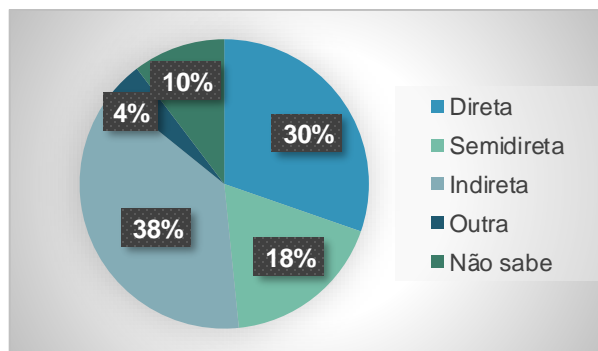
Gráfico 69. Grupos sociais específicos atendidos por Restaurantes Populares



Gestão dos Restaurantes Populares

O regime de gestão dos Restaurantes Populares cadastrados no MapaSAN 2018, considerando os dados válidos⁴⁰, em 38% dos casos de gestão indireta, é realizada por empresa contratada para esta finalidade. Em 30% dos RP o regime é de gestão direta, realizada pelo próprio município. Já 18% dos RP cadastrados tem gestão semidireta, ou seja, combinam a gestão direta e indireta. E 4% dos RP apresentam outro tipo de regime de gestão, sendo que 10% dos respondentes não soube informar este quesito da pesquisa.

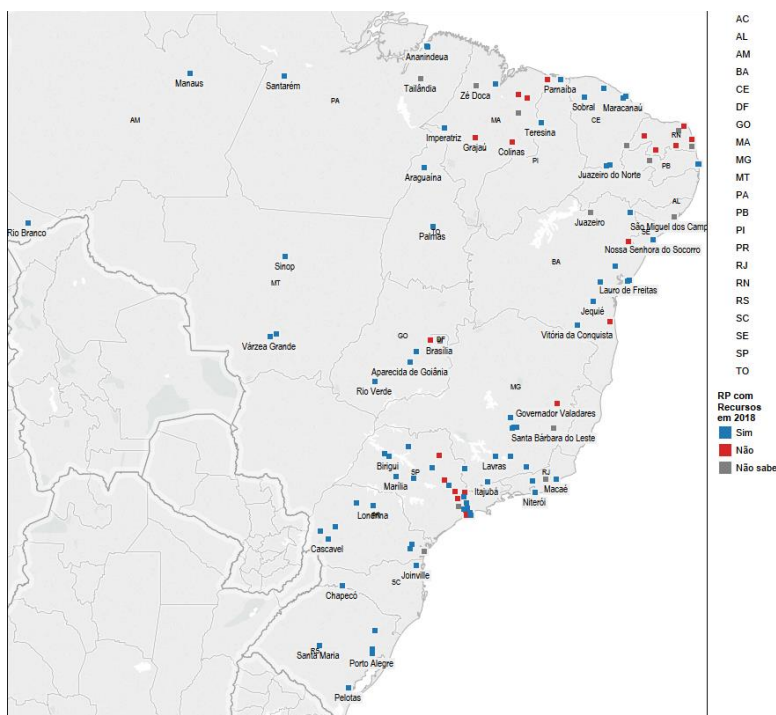
Gráfico 70. Distribuição percentual de Restaurantes Populares segundo o regime de gestão



⁴⁰ 155 Restaurantes Populares cadastrados continuam esta informação conforme fornecida pelos gestores que participaram da pesquisa.

Em 64% dos Restaurantes Populares cadastrados, o município dispõe de recursos para financiar o seu funcionamento. 18% dos RP não dispõem e 18% não soube informar.

Cartograma 25. Municípios classificados segundo os Restaurantes Populares com e sem recursos para custeio, manutenção e gestão previstos no orçamento municipal de 2018 (se houver sim e não para diferentes RP no mesmo município, prevalece sim)



Restaurantes Populares e o Programa de Aquisição de Alimentos

Os EPSAN podem ser articulados de maneira que um reforce e contribua para o bom funcionamento do outro. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um programa que visa promover o acesso da população à alimentação adequada e incentivar a agricultura familiar.

O PAA tem dois tipos de beneficiários:

- Beneficiários fornecedores: agricultores familiares
- Beneficiários consumidores: indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e indivíduos atendidos por ações de alimentação e nutrição financiadas pelo Poder Público

O segundo grupo de beneficiários coincide com o público dos Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias. Deste modo os RP podem adquirir produtos do PAA, concorrendo para os dois objetivos do programa e, ao mesmo tempo, reduzindo os custos de aquisição de alimentos para o preparo das refeições já que a aquisição é direto do produtor rural de agricultura familiar.

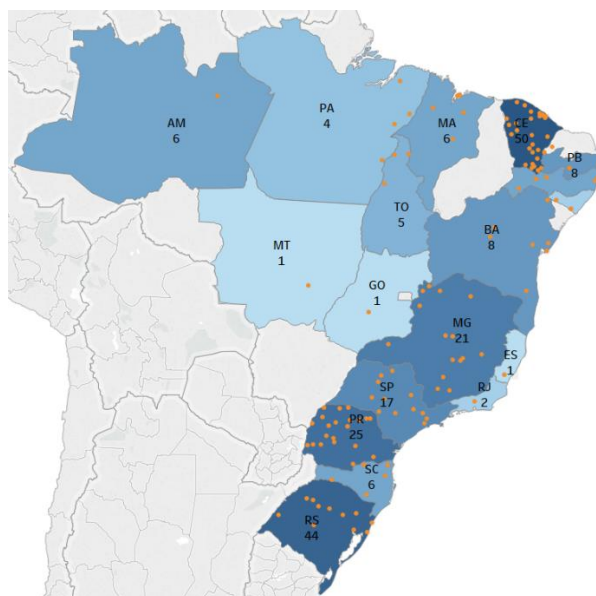
No MapaSAN 2018, verificou-se que somente 27,1% dos Restaurantes Populares adquire produtos oriundos do PAA, considerados somente os dados válidos⁴¹. Entre os RP situados na região Sul a proporção é maior, já que nesta região 41% dos RP cadastrados na pesquisa adquirem alimentos do PAA, demonstrando há uma maior integração entre programas e políticas de abastecimento e acesso alimentar nesta região. 30% dos RP da região Sudeste adquirem do PAA, 29% dos RP situados no Nordeste, 20% dos RP do Norte e nenhum dos 18 RP da região Centro-Oeste.

⁴¹ 155 RP cadastrados forneceram esta informação, dos quais 42 adquirem do PAA.

Cozinha Comunitária

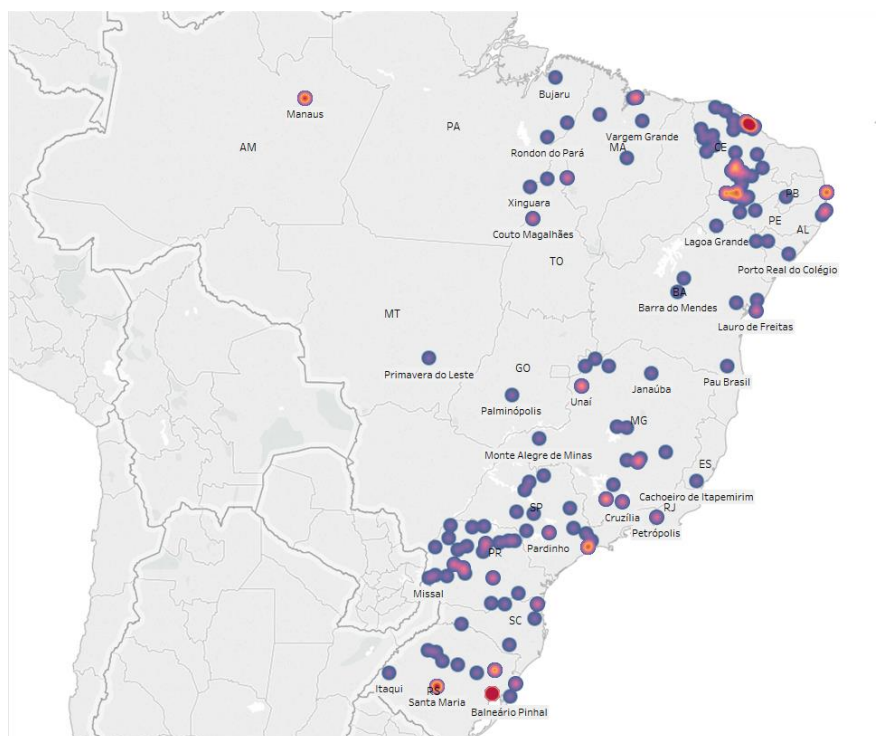
No total, 127 municípios realizaram o cadastro de 213 Cozinhas Comunitárias no formulário específico. O estado do Ceará apresenta a maior quantidade, totalizando 50 Cozinhas Comunitárias, seguido do Rio Grande do Sul que conta com 44 deste tipo de EPSAN. Em ordem decrescente aparecem os estados do Paraná, com 25 Cozinhas Comunitárias, Minas Gerais com 21 e São Paulo com 17.

Cartograma 26. Municípios com uma ou mais Cozinhas Comunitárias e soma por UF, segundo dados de cadastro.



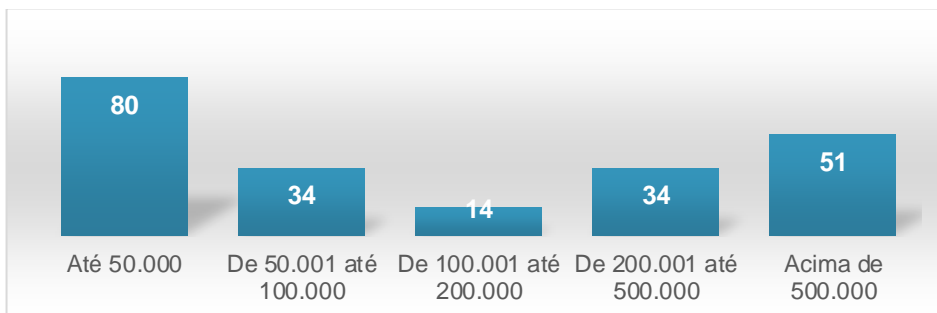
No que diz respeito a quantidade de Cozinhas Comunitárias por município o Cartograma 27, a seguir, apresenta o mapa de densidade no qual se observa, em termos de disposição geográfica em quais municípios há uma concentração maior deste tipo de EPSAN. Destacam-se as regiões metropolitanas e capitais, além de alguns pontos no interior do Ceará, Maranhão, Tocantins, Bahia, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Cartograma 27. Mapa de densidade de Cozinhas Comunitárias por município, segundo dados de cadastro



A maior parte das CC (37,6%) estão situadas em municípios com até 50 mil hab., e (23,9%) em municípios com mais de 500 mil hab. conforme se verifica no gráfico abaixo:

Gráfico 71. Distribuição de Cozinhas Comunitárias segundo porte populacional dos municípios



Situação das Cozinhas Comunitárias

62% das Cozinhas Comunitárias cadastradas (132 CC) estão em pleno funcionamento, 5,6% estão em fase de construção (12 CC) e 32,4% estão paralisadas (69 CC).

A maioria das Cozinhas Comunitárias em fase de construção estão situadas no Nordeste (8 CC), representando 67% dos EPSAN nesta situação e 17% estão na região Norte (2).

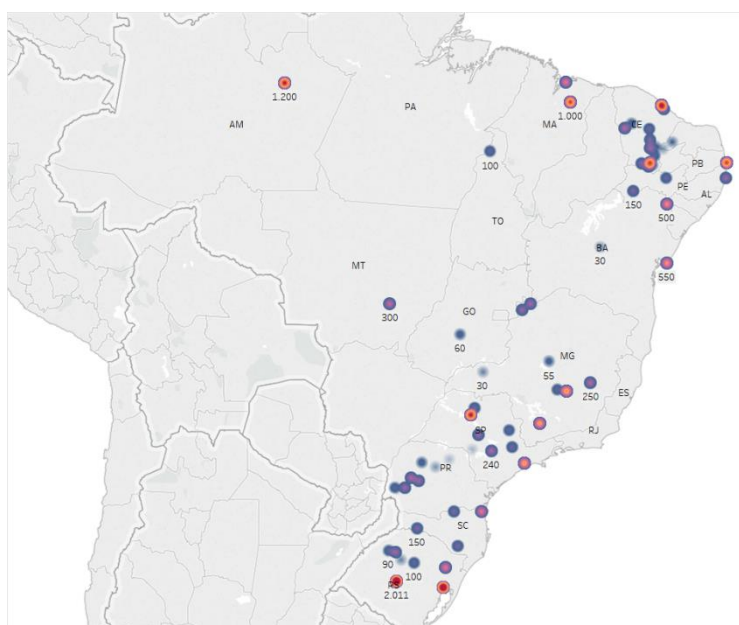
Das 69 CC que estão paralisadas, a maioria (27) está situada no Nordeste, o que representa 39% do total de CC na mesma situação. 22 CC paralisadas estão situadas na região Sul, representando 32% do total. 16 CC paralisadas (23%) são da região Sudeste e 4 (6%) são de municípios da região Norte.

Das 69 Cozinhas comunitárias que estão paralisadas, apenas 9 informaram os motivos da paralização das atividades. Destes EPSAN a maioria (67%) paralisou por falta de recursos para custeio e manutenção.

Beneficiários das Cozinhas Comunitárias

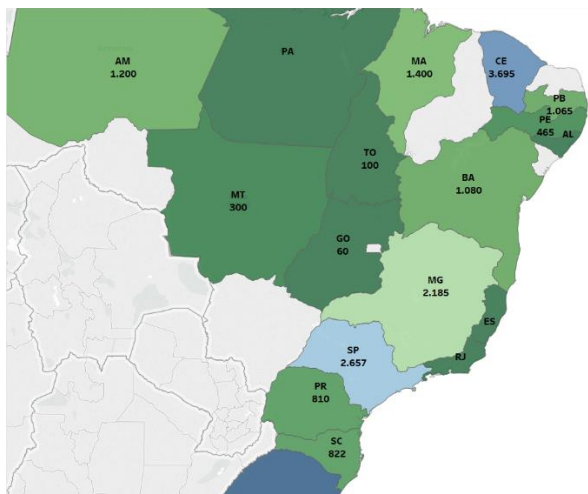
Das 132 Cozinhas Comunitárias em funcionamento nos municípios que participaram do MapaSAN 2018, 34% subsidia totalmente as refeições fornecidas aos beneficiários de políticas públicas que recebem as refeições preparadas pelo EPSAN. 36% das CC subsidia parcialmente o valor das refeições fornecidas e 26% não subsidia. 4% não soube responder.

Cartograma 28. Mapa de densidade de quantidade de beneficiários das Cozinhas Comunitárias por município, atendidos com refeições fornecidas no horário do almoço, no mês de referência da pesquisa.



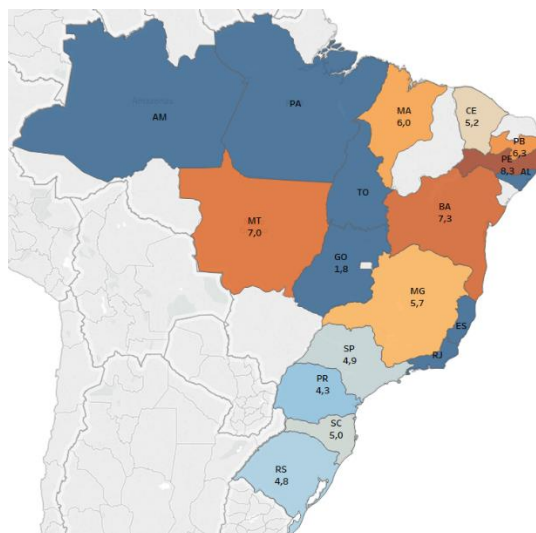
Se consideramos que uma média de 22 dias úteis por mês, a quantidade total de refeições fornecidas às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional pelas Cozinhas Comunitárias resulta em uma soma total de aproximadamente 450 mil por mês e cerca de 5,3 milhões de refeições fornecidas por ano. Os estados que fornecem a maior quantidade de refeições diariamente são o Ceará, com 3.695 e São Paulo, com 2.657 refeições servidas em média no horário do almoço.

Cartograma 29. Soma da quantidade de pessoas atendidas em média por dia no horário do almoço pelas Cozinhas Comunitárias em cada UF



O custo médio das refeições preparadas no mês de referência da pesquisa é de R\$ 5,30. Desconsiderados os extremos em 5%, a média interna ou aparada, é de R\$ 5,12. O Cartograma 30 apresenta as médias dos custos de preparo das refeições em cada Estado, no qual se verifica que a PE, BA, MT, PB, MA, MG e CE apresentam, em ordem decrescente os custos mais elevados em comparação com os demais estados. O estado de GO apresenta a menor valor de custo médio da refeição preparada nas Cozinhas Comunitárias, segundo dados fornecidos pelos municípios.

Cartograma 30. Custo médio da refeição fornecida no horário do almoço pelas Cozinhas Comunitárias em cada UF

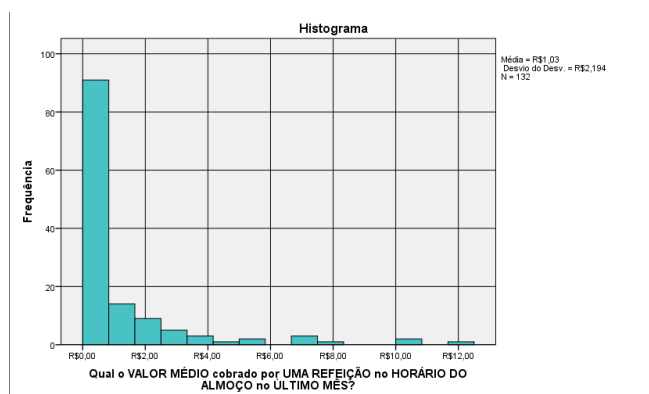


Quanto aos valores médios cobrados pelas refeições das Cozinhas Comunitárias em cada Estado, observa-se que os menores valores médios cobrados pelas refeições preparadas pelas Cozinhas Comunitárias são dos estados do RS (R\$ 0,50); PR, SP e MT (R\$ 1,00); CE (R\$ 1,30); BA (R\$ 1,40) e; PE (R\$ 1,60).

Das 132 CC em funcionamento, 90 não cobram pela refeição servida, já que se trata de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas, em sua maioria, pela rede direta e indireta da Assistência Social dos municípios. Esta quantidade de CC que não cobra pela refeição corresponde a

68% do total. O Gráfico 72 apresenta o histograma dos valores cobrados pelas CC, conforme os dados fornecidos no MapaSAN 2018:

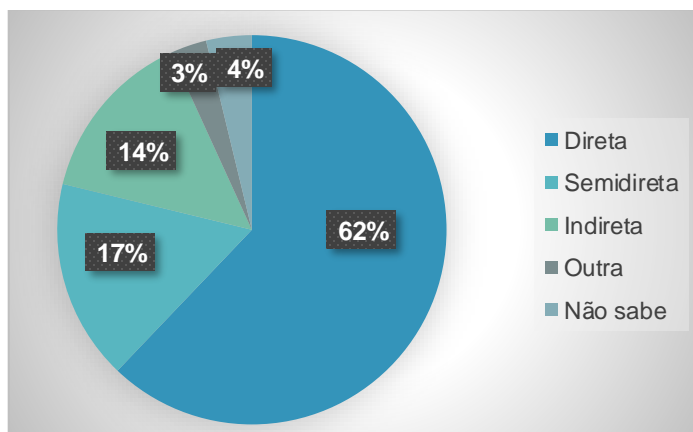
Gráfico 72. Histograma de distribuição de CC segundo o valor médio cobrado por uma refeição, servida no horário do almoço, fornecido por Cozinhas Comunitárias, no mês de referência de pesquisa.



Gestão das Cozinhas Comunitárias

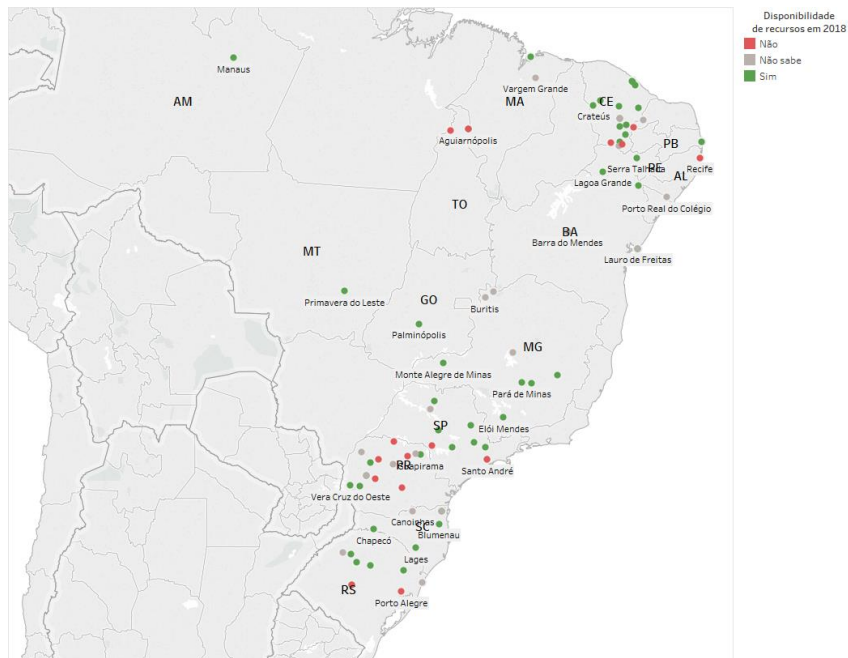
62% das Cozinhas Comunitárias tem gestão direta realizada pelo município. 14% estão sob o regime de gestão indireta, delegado a alguma empresa terceirizada e 17% sob gestão semidireta, que combina gestão direta com indireta.

Gráfico 73. Distribuição percentual de Cozinhas Comunitárias segundo regime de gestão



A maioria das 132 Cozinhas Comunitárias em funcionamento, 53,8% (71), dispunha de recursos para manutenção e custeio das despesas operacionais no orçamento de 2018 no mês de referência da pesquisa. 29,5% (39) não dispunha de recursos neste período e 16,7% (22) não soube responder.

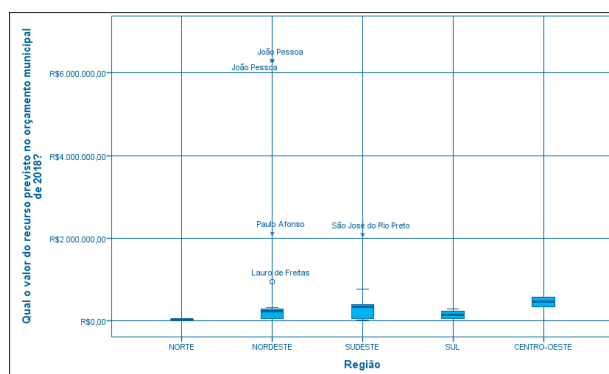
Cartograma 31. Municípios classificados conforme disponibilidade de recursos para o custeio de Cozinhas Comunitárias em 2018 (caso ocorra cozinhas sem recursos e com recursos no mesmo município, prevalece o não, em vermelho)



64 Cozinhas Comunitárias informaram os valores de recursos disponíveis no orçamento municipal para custeio e manutenção do EPSAN em 2018. Estes valores resultam em uma média simples de R\$ 541,8 mil e uma média interna ou aparada em 5% igual a R\$ 265,7 mil, provavelmente mais próxima da realidade, já que a média aparada desconsidera 5% dos valores nas extremidades superiores e inferiores do cálculo.

As médias simples podem conter erro padrão relativamente alto em decorrência da dispersão e granulação dos valores disponíveis entre de uma CC para outra. Por este motivo os dados de a seguir serão apresentados com base nas médias aparadas em 5% e não em médias simples.

Gráfico 74. Boxplot das médias de recursos disponíveis para manutenção e custeio das Cozinhas Comunitárias por região

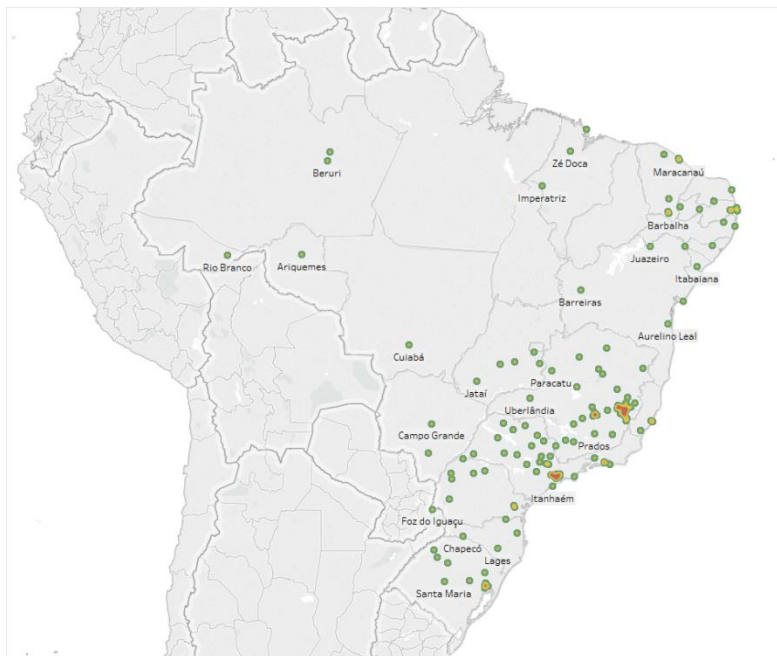


A região Nordeste apresenta uma média aparada em 5% igual a R\$ 576 mil reais disponíveis em 2018 para custeio e manutenção das Cozinhas Comunitárias cadastradas no MapaSAN 2018. A média aparada da região Sudeste para os recursos disponíveis é igual a R\$ 308 mil por Cozinha Comunitária e da região Sul, igual a R\$ 139mil. Já no Centro-Oeste as Cozinhas Comunitárias contam com um valor médio de R\$ 335 mil em 2018.

Banco de Alimentos

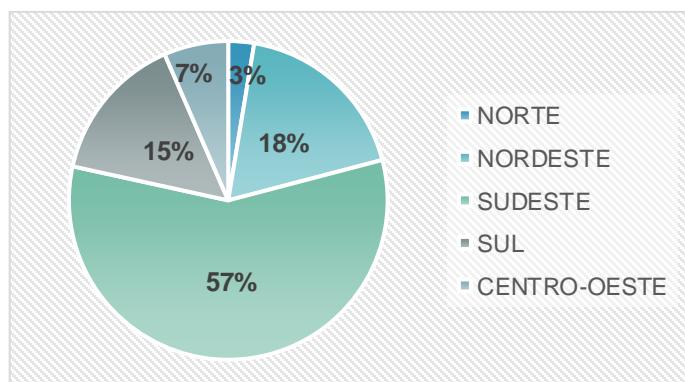
No formulário de cadastro de Bancos de Alimentos, os respondentes do MapaSAN 2018 cadastraram 152 Bancos de Alimentos existentes em 145 municípios. O cartograma abaixo apresenta o mapa de densidade e a localização destes EPSAN cadastrados pelos municípios:

Cartograma 32. Mapa de densidade de Bancos de Alimentos cadastrados



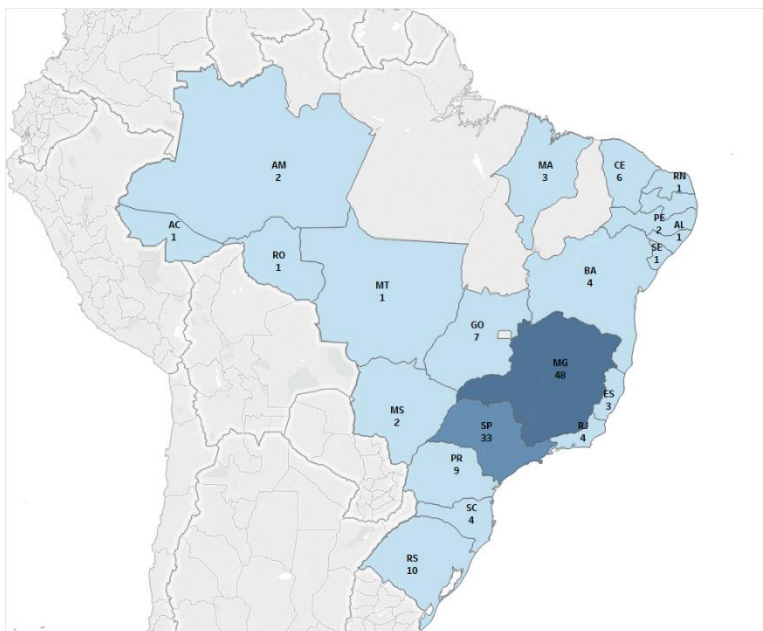
A maioria dos Bancos de Alimentos estão situados na região Sudeste (88 BA) representando 57% do total de Bancos de Alimentos cadastrados na pesquisa. Na sequência, em ordem decrescente, está a região Nordeste, com 18% dos Bancos de Alimentos (27 BA). A região Sul, com 23 Bancos de Alimentos, representa 15% do total, a região Centro-Oeste representa 7% (10 BA) e a região Norte, 3% (4 BA).

Gráfico 75. Distribuição percentual de Bancos de Alimentos entre as regiões



O estado de MG concentra 31,6% dos Bancos de Alimentos cadastrados no MapaSAN 2018. 21,7% estão no estado de SP e 6,6% no RS. O estado do PR concentra 5,9% e o CE 3,9% dos Bancos de Alimentos cadastrados na pesquisa.

Cartograma 33. Bancos de Alimentos por UF segundo dados de cadastro



No que se refere ao porte populacional dos municípios com Banco de Alimentos, 26,3% dos Bancos de Alimentos (40) estão situados em município com população entre 200 mil hab. e 500 mil hab. e 25,7% (39) em município com população até 50 mil hab. 16,7% dos Bancos de Alimentos (25) estão situados em municípios com população entre 50 mil e 100 mil hab. e outros 16,7% (25) em municípios com população entre 100 mil e 200 mil hab. Representam 15,1% (23) os Bancos de Alimentos situados em municípios com população acima de 500 mil hab.

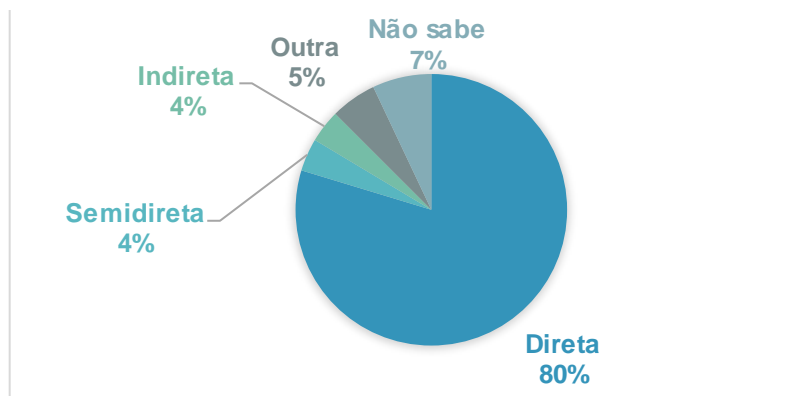
Situação dos Bancos de Alimentos

Dos 152 Bancos de Alimentos 128 (84,2%) estão em pleno funcionamento, 6 (4%) estão em fase de construção e 18 (11,8%) paralisados. Dos BA que estão paralisados metade das paralizações tiveram como motivos a falta de recursos e metade por outros motivos não especificados.

Gestão dos Bancos de Alimentos

Entre os Bancos de Alimentos em funcionamento 80% (102) operam sob regime de gestão direta, 4% (5) sob gestão indireta e outros 4% (5) semidireta. 7 Bancos de Alimentos funcionam a partir de outro modelo de gestão e 9 não souberam informar.

Gráfico 76. Distribuição percentual de Bancos de Alimentos em funcionamento segundo regime de gestão

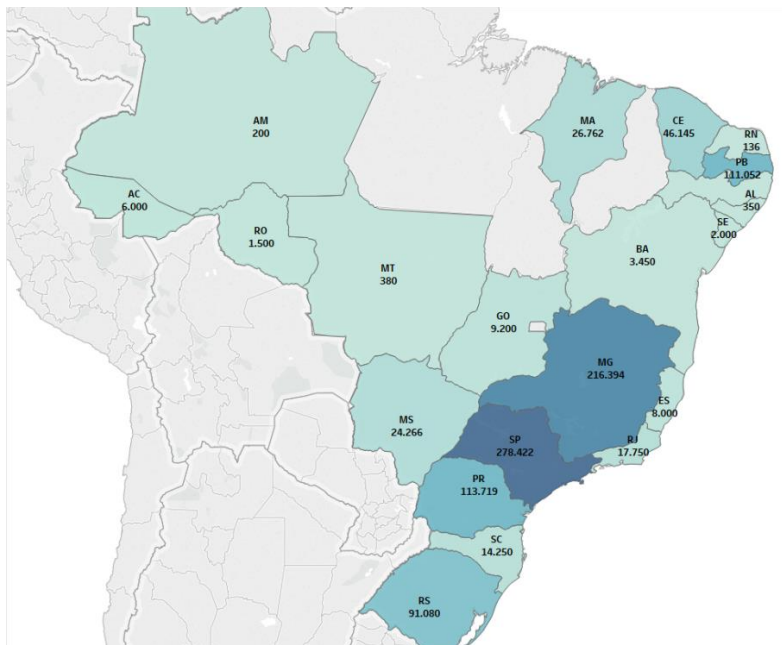


55,5% dos Bancos de Alimentos (71) tinham disponibilidade de recursos para gestão, custeio ou manutenção, previstos no orçamento municipal em 2018, já 23% (29) não dispunham de recursos orçamentários no período de referência de realização da pesquisa. 22% não soube responder.

Beneficiários dos Bancos de Alimentos

No total 4.370 entidades recebem 1,77 mil toneladas de alimentos, que beneficiam 971.256 pessoas mensalmente por 118 Bancos de Alimentos que forneceram esta informação. Isto resulta em um total anual de 21,2 mil toneladas de alimentos possibilitando cerca de 11,6 milhões de *benefícios das mais variadas formas*.

Cartograma 34. Pessoas beneficiadas com alimentos distribuídos pelos Bancos de Alimentos por UF

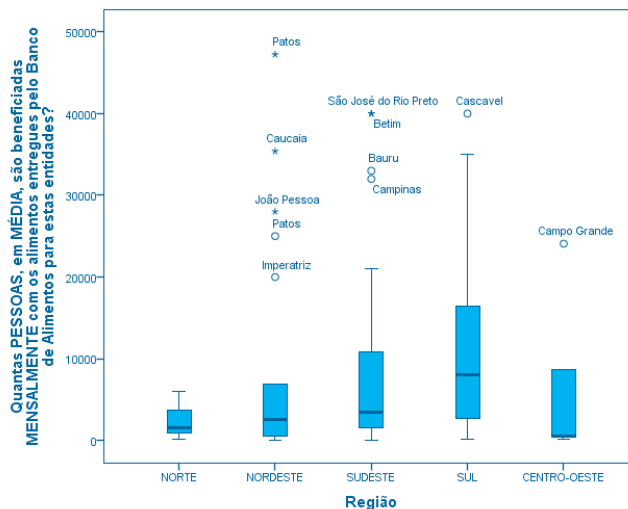


No entanto pode-se afirmar que esta quantidade de “pessoas” são quantidades de “benefícios” ou na forma de cestas básicas, cestas de frutas, legumes ou verduras e outras formas de preparo de refeições como ocorre nas Cozinhas Comunitárias ou Restaurantes Populares que recebem alimentos dos Bancos de Alimentos. Assim, as entidades que recebem esta quantidade de alimentos mensalmente podem ser vinculadas tanto a rede direta quanto indireta da assistência social, ou entidades da sociedade civil que realizam parcerias com os Bancos de Alimentos públicos ou mesmo com os de economia mista como é o caso da rede de Bancos de Alimentos do SESC e do Programa Mesa Brasil, por exemplo.

Em média simples cada um dos 118 Bancos de Alimentos atende cerca de 38 entidades mensalmente, que distribuem 375 toneladas de alimentos resultando em cerca de 8 mil benefícios. Considerando as médias aparadas em 5% das extremidades, os Bancos de Alimentos repassam, mensalmente, a 33 entidades cerca de 25,4 toneladas de alimentos e 7,5 mil benefícios.

Quanto a quantidade de pessoas atendidas por estas entidades que recebem alimentos dos Bancos de Alimentos as médias simples calculadas para cada região são apresentadas no Gráfico 77, no qual se verifica os municípios cujos Bancos de Alimentos (representados pelo asterisco) apresentam médias acima da média regional.

Gráfico 77. Boxplot das médias de pessoas atendidas pelas entidades que recebem alimentos dos Bancos de Alimentos

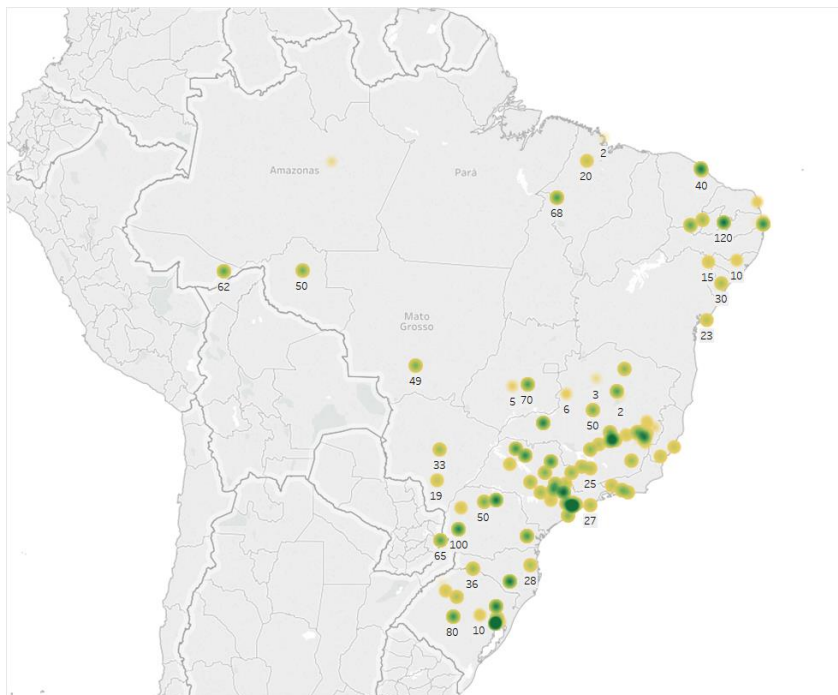


por Região.

Os Bancos de Alimentos situados na região Norte fornecem, em média, 2.566 benefícios na forma de alimentos por meio das entidades beneficiadas. No Nordeste esta média é de aproximadamente 9 mil pessoas, com destaque para os BA de Patos/PB, Caucaia/CE, João Pessoa/PB e Imperatriz/MA com quantidade de benefícios acima da média regional e nacional, no caso de Patos/PB. No Sudeste a média de pessoas beneficiadas é de cerca de 7 mil e na região Sul, de 11,5 mil pessoas. No Centro-Oeste a média é de 6,7 mil pessoas ou benefícios fornecidos mensalmente.

O Cartograma 35, abaixo, apresenta a representação gráfica da quantidade de entidades que recebem alimentos dos Bancos de Alimentos em cada município.

Cartograma 35. Mapa de densidade de entidades atendidas por Bancos de Alimentos em cada município

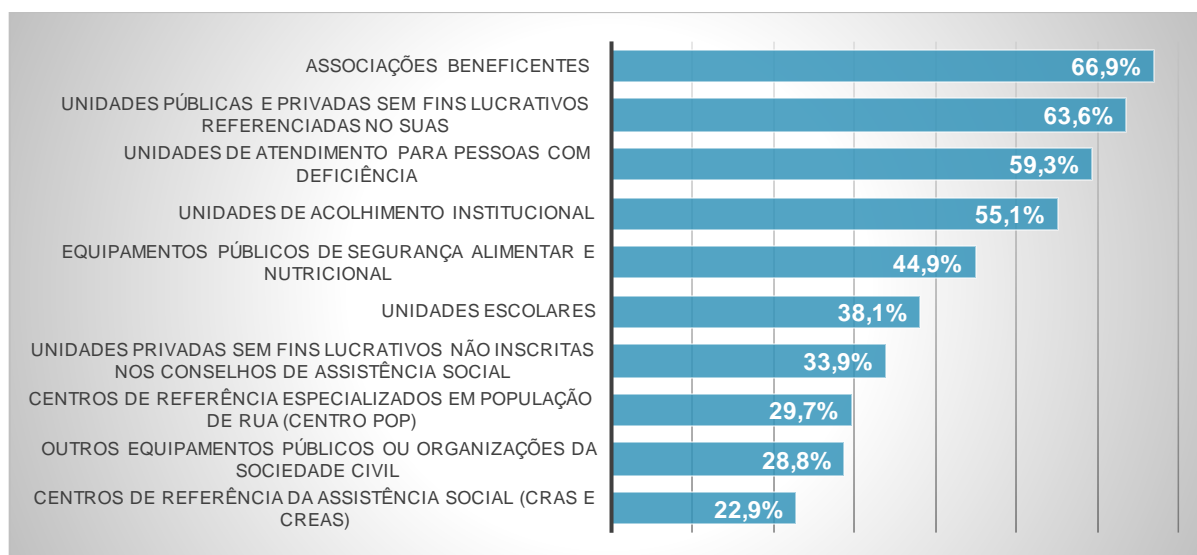


Nota-se o destaque das capitais e regiões metropolitanas, além de Patos/PB (120 entidades beneficiadas mensalmente), Santa Maria no RS (80), Lages em SC (114), Londrina (114) e Cascavel (100) no PR,

Campinas (120) São José do Rio Preto (90), Ribeirão Preto (80) e Piracicaba (74) no estado de SP. Em MG evidenciam-se, para além de Belo Horizonte e região (Contagem, Betim e Ribeirão das Neves), Uberlândia (98) Bocaiuva (66) e Três Marias (50). No CE destaca-se o município de Maracanaú (40) e no Maranhão, o município de Imperatriz (68).

118 Bancos de Alimentos informaram sobre quais entidades e equipamentos públicos recebem alimentos, 66,9% são Associações Benéficas (religiosas, de moradores, etc.), 63,6% são Unidades públicas e privadas sem fins lucrativos e referenciadas no SUAS (inscritas nos Conselhos de Assistência Social). 59,3% são Unidades de atendimento de pessoas com deficiência (inclusive associações, APAE, etc.).

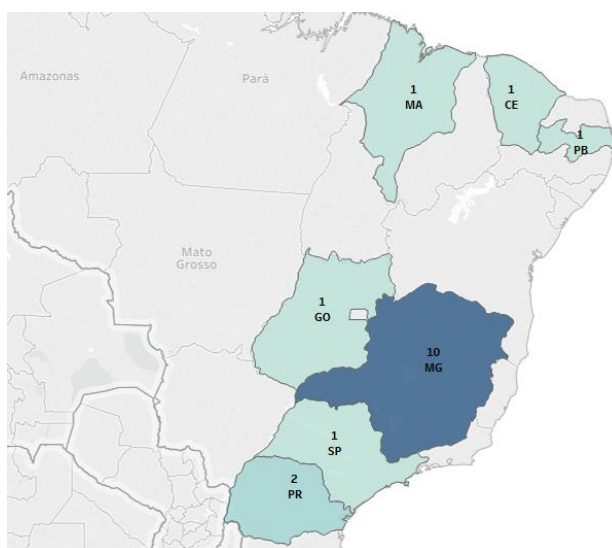
Gráfico 78. Tipos de entidades beneficiadas com fornecimento de alimentos mensalmente, em pp de BA.



Operação logística do PNAE e do PAA nos Bancos de Alimentos

Dos 128 Bancos de Alimentos em funcionamento, 13,3% (17 BA) operam a logística do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Cartograma 36. Quantidade de Bancos de Alimentos que operam a logística do PNAE por UF

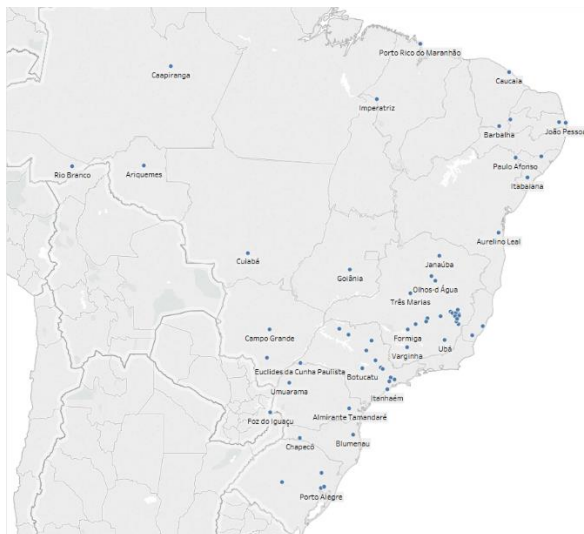


Cartograma 37. Municípios em que um ou mais Bancos de Alimentos operam a logística do PNAE



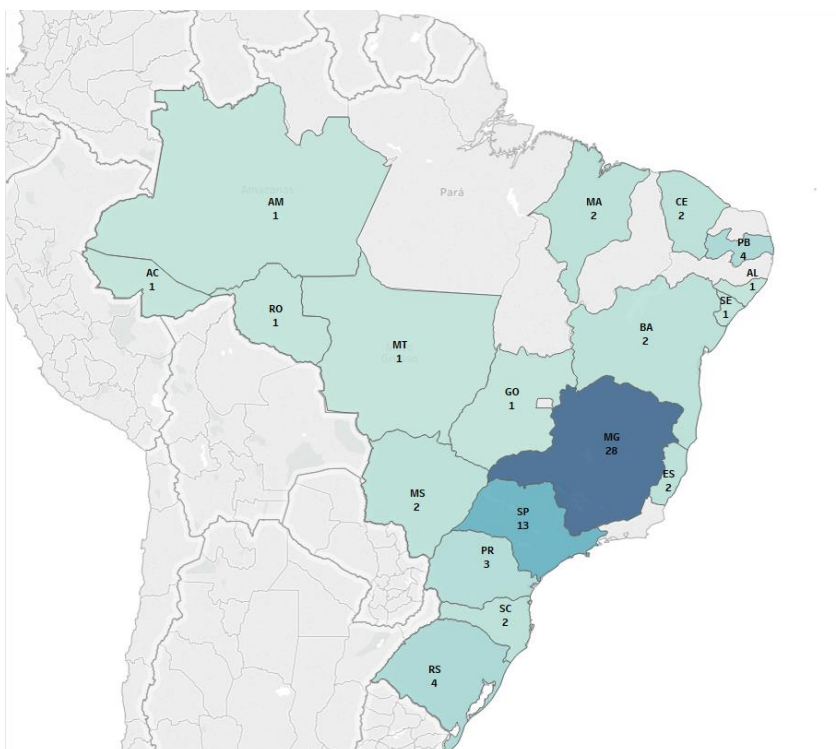
Considerados somente dados válidos⁴², 64% dos Banco de Alimentos (71) operam a logística de alimentos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Cartograma 38. Municípios em que um ou mais Bancos de Alimentos operam a logística do PAA



A maioria dos Bancos de Alimentos que operam a logística do PAA estão situados na região Sudeste, representando 60,6% do total. 16,9% estão situados no Nordeste, 12,7% no Sul, 4,2% no Norte e 5,6% no Centro-Oeste.

Cartograma 39. Quantidade de Bancos de Alimentos que operam a logística do PAA por UF



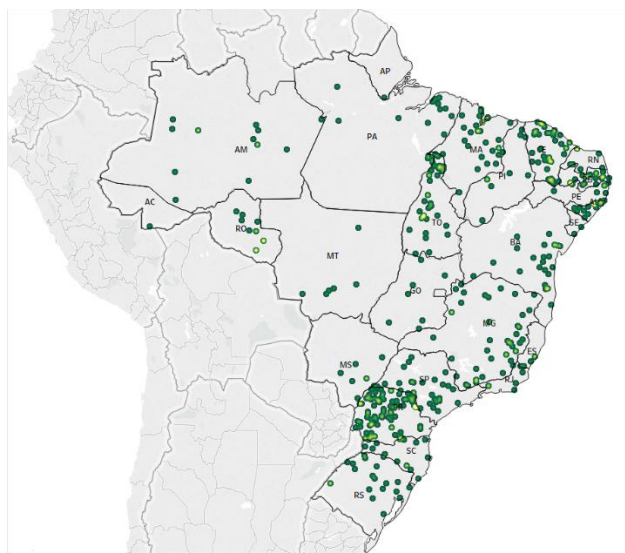
⁴² 111 Bancos de Alimentos forneceram esta informação no cadastro do MapaSAN 2018, o que constitui, portanto, o universo total de dados válidos sobre o qual se calculam os percentuais.

Unidades de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar (UDAF)

Os respondentes dos municípios podem cadastrar os EPSAN livremente no segundo formulário, específico para cadastro de cada um dos equipamentos que forem informados no formulário principal. Por isso nem sempre as quantidades informadas no questionário de EPSAN correspondem a quantidade de cadastros efetuados nos formulários específicos de cadastro.

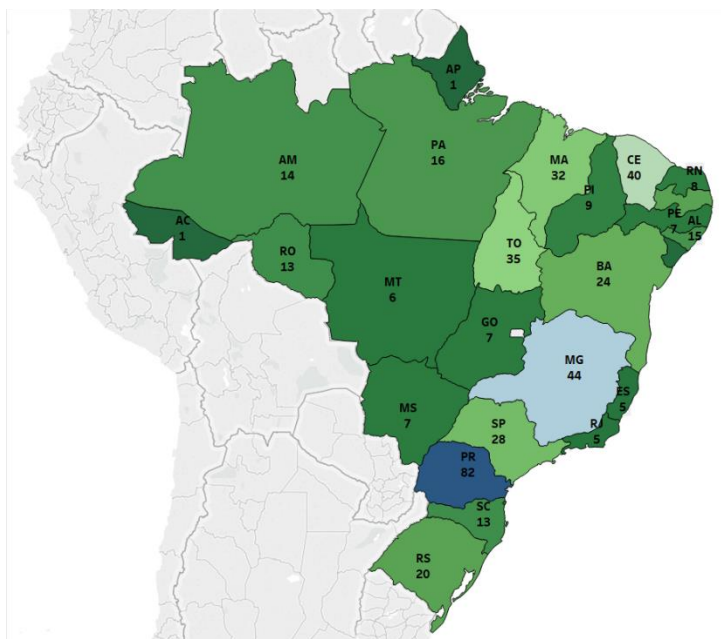
505 municípios informaram a existência de 642 UADF, no entanto foram cadastrados 454 UADF, para as quais foram fornecidas informações específicas para cada um dos EPSAN existente no município.

Cartograma 40. Mapa de densidade de UADF cadastrada por município



No que se refere aos cadastros, o estado do Paraná cadastrou 82 UADF e Minas Gerais, 44. Ceará cadastrou 40 UADF e São Paulo, 28. O Cartograma abaixo apresenta a quantidade de UADF cadastrada por UF:

Cartograma 41. UADF cadastradas por UF



A maioria das UDAF cadastradas estão nas regiões Nordeste e Sul, respectivamente.

Tabela 19. Distribuição percentual de UDAF cadastradas por região

	UDAF	Porcentagem
NORTE	80	17,6%
NORDESTE	157	34,6%
SUDESTE	82	18,1%
SUL	115	25,3%
CENTRO-OESTE	20	4,4%
Total	454	100,0%

Situação das UDAF

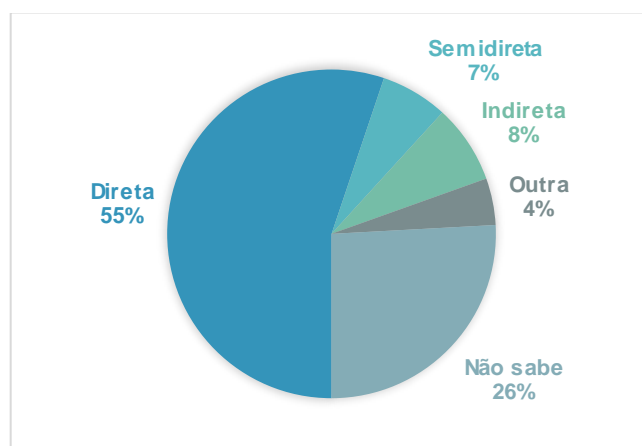
77% das UDAF cadastradas no MapaSAN 2018 estavam em funcionamento no período de referência da pesquisa. 7% estavam em construção e 16% paralisadas.

Dentre as UDAF cujas atividades encontram-se paralisadas, somente 8 informaram os motivos para a paralização das atividades: 1 UDAF (12%) paralisou suas atividades por falta de recursos para custeio e manutenção; 2 UDAF (25%) paralisaram por opção da gestão municipal e 5 (63%) por outros motivos não especificados.

Gestão das UDAF

55% das UDAF cadastradas, levando-se em conta somente dados válidos⁴³, estão sob regime de gestão direta, 8% regime de gestão indireta e 7% semidireta. 4% apresentam outros modelos de regime de gestão e 26% não souberam responder.

Gráfico 79. Distribuição percentual de UDAF segundo regime de gestão

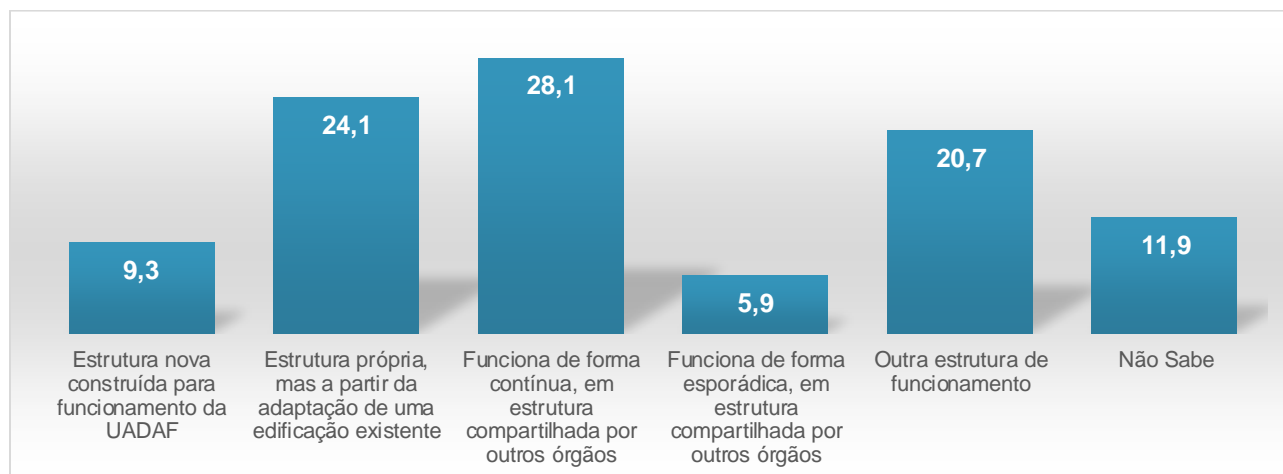


As UDAF, podem ser construídas para sua finalidade, especificamente, o apoio logístico na distribuição de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar, no entanto outras estruturas existentes no município ou sob responsabilidade dos estados e da União, também podem ser adaptados para utilização como uma UDAF. Por este motivo alguns dos cadastros citam CONAB ou CRAS. Neste sentido consultamos os municípios sobre como se caracterizam as estruturas das UDAF cadastradas no MapaSAN 2018.

⁴³ 348 UDAF cadastradas continham esta informação.

O Gráfico 80, a seguir, apresenta a distribuição percentual das UDAF segundo a classificação da principal finalidade funcional de sua estrutura. No MapaSAN 2018, verificou-se que nos casos válidos⁴⁴, 28,1% das UDAF funciona de forma contínua, em estrutura compartilhada por outros órgãos, 24,1% tem estrutura própria, mas a partir da adaptação de uma edificação existente. 20,7% dispõe de outra estrutura de funcionamento não especificada, o que é um percentual alto e deve ser qualificado nas próximas pesquisas.

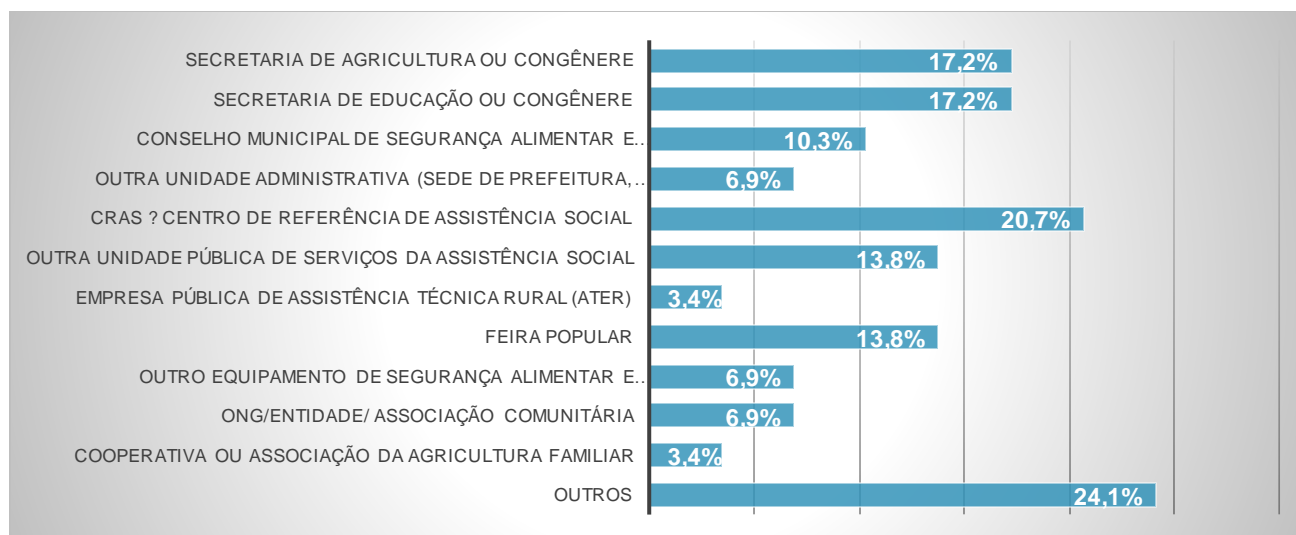
Gráfico 80. Distribuição percentual de UDAF segundo característica funcional da estrutura utilizada



335 cadastros continham informações solicitadas em consulta sobre avaliação quanto a infraestrutura disponível para o funcionamento das UDAF, deste total de respondentes, 71,6% avaliam como satisfatória, 13,4% como insatisfatória e 10% como excelente. 5% não soube responder.

Consultadas sobre quais órgãos que compartilhavam imóveis com a UDAF, 29 registros foram fornecidos com esta informação. Como o compartilhamento pode ser com mais de um órgão público os respondentes puderam selecionar mais de um órgão para identificar com quais compartilham a infraestrutura. Como resultado obteve-se os seguintes percentuais:

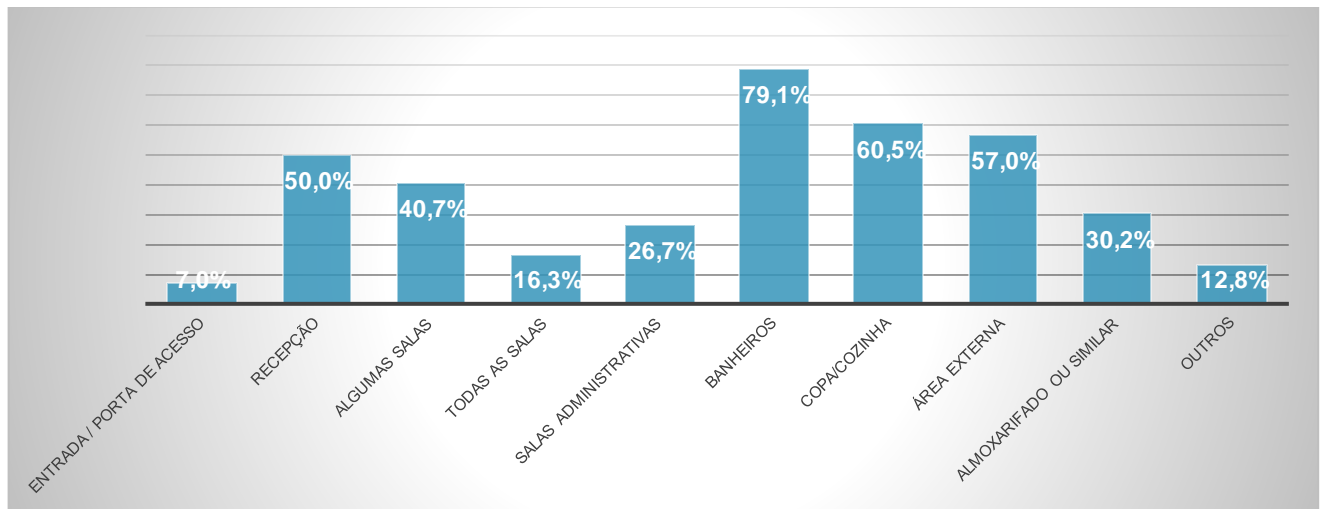
Gráfico 81. Órgãos da administração pública com os quais as UDAF compartilham imóveis



⁴⁴ 270 UDAF apresentaram esta informação no seu cadastro.

A maioria das UDAF compartilha banheiros (79,1%), copa/cozinha (60,5%) e área externa (57%) dos imóveis. A recepção é compartilhada por 50% das UDAF, considerados somente dados válidos⁴⁵:

Gráfico 82. Parte(s) do imóvel que é(são) compartilhada(s) com a UDAF



Somente 15,8% das UDAF (55) dispunham de recursos para gestão, custeio ou manutenção previstos no orçamento de 2018, segundo dados do MapaSAN fornecidos no período de referência da pesquisa. 40,5% (141) não dispunham de recursos previstos no orçamento e 43,7% (152) não soube informar. 106 UDAF não informaram, já que os percentuais se referem a 348 cadastros com informações válidas.

Dentre as UDAF que dispunham de recursos para financiamento da gestão, custeio ou manutenção, 57,6% utilizam recursos repassados pelo governo federal, 37,3% também utilizam recursos repassados pelo estado, 15,3% compõem seu orçamento por meio de parcerias com a iniciativa privada e 13,6% utilizam outras fontes de financiamento.

49 UDAF informaram os valores dos recursos disponíveis para financiamento da gestão, custeio e manutenção. No total, somados os recursos acumulam R\$ 18,8 milhões, compondo uma média de R\$ 385,2 mil. A média aparada em 5% resulta em R\$ 180 mil.

A região Nordeste apresenta o maior volume total de orçamento disponível para manutenção das UDAF e a Região Sudeste a maior média por UDAF, como se verifica na tabela a seguir:

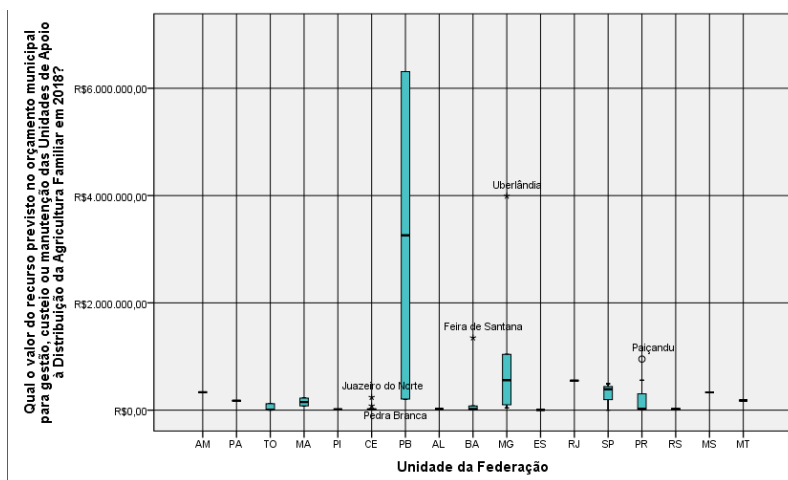
Tabela 20. Valores médios e totais do orçamento disponível para financiar gestão, custeio e manutenção das UDAF por Região.

Região	Municípios	Média Região	Soma Região	Percentual
NORTE	7	R\$109.199,29	R\$764.395,00	17,6%
NORDESTE	21	R\$416.667,87	R\$8.750.025,22	34,6%
SUDESTE	10	R\$717.290,00	R\$7.172.900,00	18,1%
SUL	9	R\$186.164,84	R\$1.675.483,53	25,3%
CENTRO-OESTE	2	R\$256.417,74	R\$512.835,48	4,4%
Total	49	R\$385.217,13	R\$18.875.639,23	100,0%

⁴⁵ 86 municípios UDAF forneceram esta informação nos seus cadastros.

Dentre as UF com maior média de valores de recursos disponíveis para manutenção das UDAF está a Paraíba, com cerca de R\$ 3,2 milhões por UDAF cadastrada, como demonstrado no gráfico abaixo:

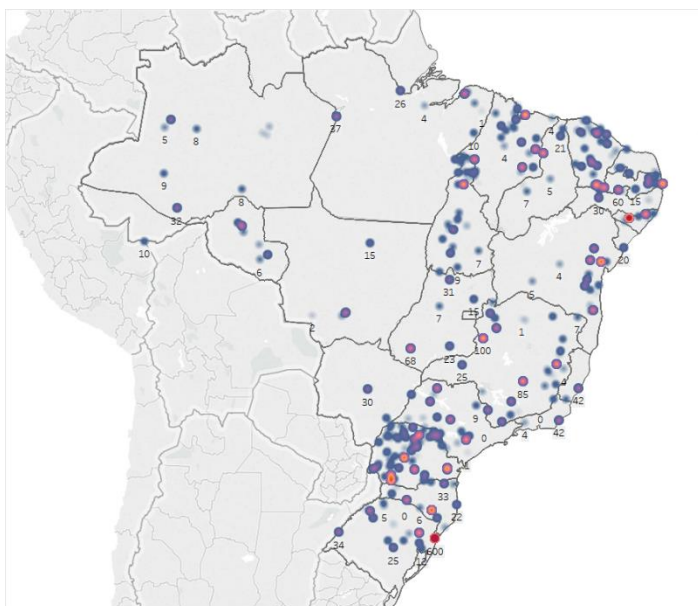
Gráfico 83. Boxplot de valores disponíveis no orçamento de 2018 de 49 municípios com recursos disponíveis para financiamento da manutenção das UDAF por UF



Beneficiários e doadores das UDAF

No total, levando-se em conta 330 cadastros com dados válidos, 6.751 entidades são atendidas mensalmente, em média, com os alimentos entregues nas Unidades de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar. Em média são 20,5 entidades atendidas por UDAF mensalmente.

Cartograma 42. Mapa de densidade de entidades atendidas mensalmente por UDAF em cada município



Somadas as quantidades médias de alimentos distribuídos mensalmente, totalizam 110 mil toneladas, perfazendo uma média de 336 toneladas distribuídas mensalmente por UDAF. O Estado do Maranhão apresenta uma quantidade extremamente alta de alimentos distribuídos que representa sozinho, 90% do total com 27 das 330 UDAF cadastradas, somando 99,56 mil toneladas. Por este motivo a média aparada em 5% é mais apropriada. O Maranhão cadastrou 27 UDAF, que distribuem, em média 3,68 mil toneladas de alimentos.

Cartograma 43. Quantidade média de alimentos distribuídos mensalmente por 330 UDAF, por UF (em kg)



Desconsiderando-se os dados do Maranhão, em média são distribuídas, por mês, aproximadamente 27,4 toneladas de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar em cada UDAF (303). Uma média de 475 toneladas por UF, totalizando 11,4 mil toneladas por mês. Isto resulta em um total de 136,8 mil toneladas por ano, se não forem considerados os números fornecidos pelas 27 UDAF do Maranhão.

O cálculo das médias simples para as regiões são bastantes díspares, principalmente em função dos dados do Maranhão. As médias aparadas em 5% apresentam números próximos que variam entre 3,9 toneladas (Centro-Oeste) e 6,5 toneladas (Sudeste) por UDAF em cada uma das regiões. Os dados podem ser verificados na tabela abaixo:

Tabela 21. Quantidade média simples e interna (aparada em 5%) de alimentos distribuídos mensalmente por UDAF em cada região (em Kg)

Região	Média	Média
NORTE	81.431,49	4.765,08
NORDESTE	888.130,91	6.170,86
SUDESTE	11.894,75	6.535,88
SUL	37.631,80	5.810,30
CENTRO-OESTE	4.826,46	3.969,40
	204.783,08	5.450,31

O cálculo das médias simples e internas por UF são apresentados na tabela abaixo. Verifica-se que, no geral, a média interna, aparada em 5% é de 5,5 mil toneladas de alimentos para 330 UDAF e que nas UF as médias internas variam de 192,11 Kg distribuídos mensalmente (PI) até 142 toneladas (MA). Excluindo-se o Maranhão, as maiores médias são dos estados de SC (100 ton.) PA (58,07 ton.) e BA (58,02 ton.) de alimentos distribuídos mensalmente por UDAF às entidades receptoras de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar.

Tabela 22. Quantidade média simples e interna (aparada em 5%) de alimentos distribuídos por UDAF em cada UF (em Kg)

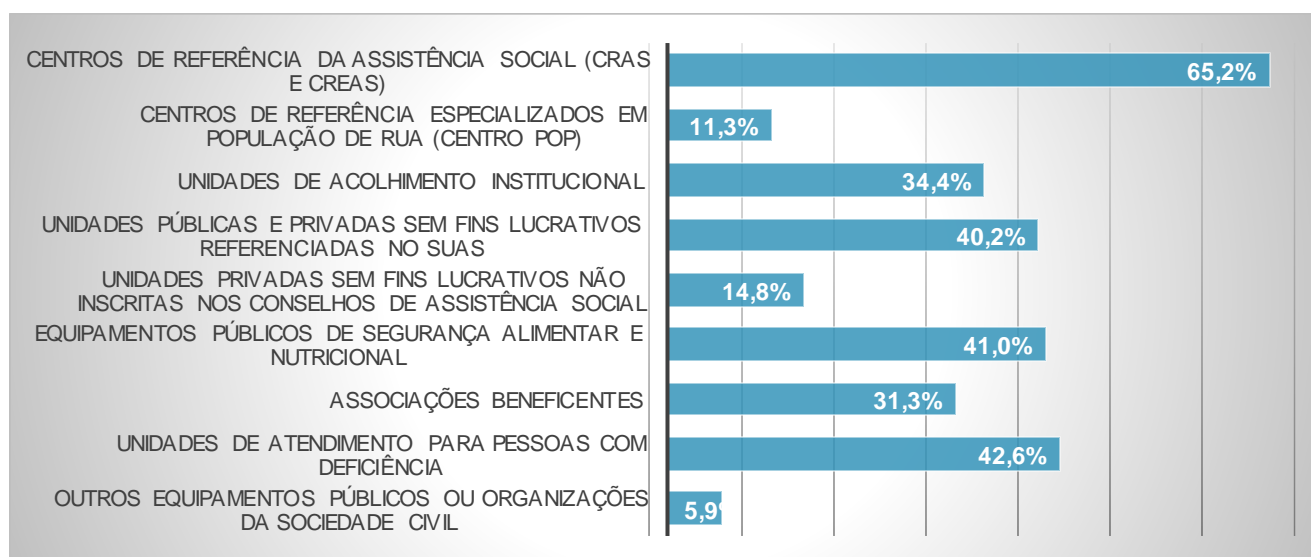
	UDAF	Média simples	Média aparada 5%
RO	10	4.280,00	4.355,56
AM	1	1.906,45	1.668,28
PA	11	70.022,22	58.069,14
TO	9	152.203,22	2.141,56
MA	1	3.687.686,00	142.331,36
PI	27	203,20	192,11
CE	27	9.677,83	6.786,11
RN	5	346,86	332,73
PB	30	6.892,67	4.319,63
PE	7	1.600,60	1.617,17
AL	12	1.416,36	1.122,63

BA	5	127.215,24	58.016,71
MG	11	5.446,10	3.651,51
ES	1	4.745,33	.
RJ	17	73.416,67	.
SP	31	13.938,67	10.720,74
PR	3	27.150,90	4.977,83
SC	3	127.194,50	100.049,17
RS	18	9.763,13	6.670,14
MS	60	2.576,67	.
MT	12	3.382,80	3.180,11
GO	16	7.620,00	7.050,00
	330	336.266,87	5.557,58

Entidades receptoras de alimentos distribuídos pelas UDAF

Consultados sobre quais entidades recebem alimentos distribuídos pelas UDAF, os respondentes da pesquisa forneceram esta informação em 256 cadastros. Considerando este quantitativo de cadastros como dados válidos, obteve-se como resultado que 65,2% das UDAF distribuem alimentos produzidos pela Agricultura Familiar a Centros de Referência da Assistência Social (CRAS e CREAS).

Gráfico 84. Entidades receptoras de alimentos da Agricultura Familiar distribuídas pelas UDAF cadastradas



42,6% distribuem alimentos para Unidades de Atendimento para Pessoas com Deficiência (inclusive associações, APAE, etc.), 41% distribuem alimentos para os EPSAN existentes nos municípios e 40,2% para Unidades públicas e privadas sem fins lucrativos referenciadas no SUAS (inscritas nos Conselhos de Assistência Social).

34,4% distribuem alimentos para as Unidades de Acolhimento Institucional (abrigos institucionais, casalar, casa de passagem, residência inclusiva e república), 31,3% distribuem para Associações beneficentes (religiosas, de moradores, etc.) e 14,8% para Unidades privadas sem fins lucrativos não inscritas nos Conselhos de Assistência Social.
